



CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS
Ata da 20ª reunião, realizada em 26 de janeiro de 2018

1 Em 26 de janeiro de 2018, reuniu-se extraordinariamente a Câmara de
2 Atividades Minerárias (CMI), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente
3 e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Renato Teixeira
5 Brandão, representante da SEMAD. Representantes do poder público: Daniel
6 Rennó Tenenwurcel, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico,
7 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Túlio Almeida Lopes, da
8 Secretaria de Estado de Governo (Segov); Verônica Ildefonso Cunha Coutinho,
9 da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (Seccri);
10 Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de
11 Minas Gerais (Codemig); Marcelo Belisário Campos, do Instituto Brasileiro do
12 Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Claudinei Oliveira
13 Cruz, do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Representantes
14 da sociedade civil: Paula Meireles Aguiar, do Instituto Brasileiro de Mineração
15 (Ibram); Francisco de Assis Lafetá Couto, do Sindicato da Indústria Mineral do
16 Estado de Minas Gerais (Sindiextra); Fabiana Aparecida Garcia, da Federação
17 das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais
18 (Federaminas); Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, do Fórum Nacional da
19 Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc); Evandro
20 Carrusca de Oliveira, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas
21 Gerais (Cefet-MG); Newton Reis de Oliveira Luz, do Conselho Regional de
22 Engenharia e Agronomia (Crea). **Assuntos em pauta.** **1) EXECUÇÃO DO**
23 **HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**
24 **ABERTURA.** O presidente Renato Teixeira Brandão declarou aberta a 20ª
25 reunião da Câmara de Atividades Minerárias. **3) COMUNICADOS DOS**
26 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheira Maria Teresa Viana de
27 Freitas Corujo: “Bom dia. Eu trago uma questão de ordem relacionada com o
28 fato de que existem pessoas ainda... Deixa eu terminar.” Presidente Renato
29 Teixeira Brandão: “Conselheira, o procedimento da questão de ordem está
30 previsto no Regimento: a senhora tem que falar qual artigo e qual inciso do
31 Regimento está sendo citado para a questão de ordem, por favor.” Conselheira
32 Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Esta se trata de uma reunião pública da
33 Câmara de Atividades Minerárias. Sendo uma reunião pública, ela garante o
34 direito de participação e presença de todos os interessados. O Fonasc
35 requereu, para a reunião de 22 de dezembro, que fosse garantido um espaço
36 maior, e mantiveram este espaço. Então, é uma questão de ordem no âmbito do
37 direito pelo fato de que, sendo uma reunião pública, não há como começar esta

38 reunião tendo pessoas que estão impedidas de estar aqui na reunião. E isso eu
39 considero grave e por si só pode colocar, inclusive em risco e trazer a nulidade
40 dessa reunião. Teriam que tomar providências para que aqueles que viessem à
41 reunião pudessem participar. Eu fui informada pelo Ministério Público que existe
42 uma determinação do STF de que, caso o espaço não comporte, tem que ser
43 garantido ou televisionado. Isso eu já vi em outros espaços onde a gente não
44 consegue entrar no espaço onde está acontecendo a reunião, mas em um outro
45 espaço naquele endereço ou em outra sala ou em outro auditório, existe um
46 telão, e as pessoas presentes podem participar, inclusive têm chance de se
47 inscrever para falar, mesmo que não estejam no espaço onde está a mesa. E o
48 que está aqui acontecendo não é isso. Não existe um telão lá embaixo para
49 quem está na fila – não sei se continuam – para assistir a esta reunião. Então,
50 eu estou trazendo, o Fonasc está trazendo uma questão que considera
51 fundamental. É uma reunião pública, as pessoas vieram e não puderam subir
52 todas ou terem um espaço para participar, e isso fere e, no nosso entendimento,
53 coloca em risco, inclusive, a validade se essa reunião realmente iniciar dessa
54 forma.” Antônio Augusto Melo Malard, superintendente de Apoio à
55 Regularização Ambiental/SEMAD: “Bom dia a todos. Em primeiro momento,
56 cabe esclarecer que realmente é uma reunião pública, mas que também tem
57 caráter de uma reunião técnica. Houve já o momento da audiência pública, das
58 outras reuniões públicas também que aconteceram já em outros municípios,
59 mas hoje realmente é uma reunião com um caráter um pouco mais limitado em
60 razão, inclusive, do espaço aqui colocado, que tem limitação de 130 pessoas,
61 determinado, inclusive, pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. São 140
62 pessoas. As reuniões do COPAM ocorrem aqui há bastante tempo, há cerca de
63 dez anos, sempre ocorreram, realmente, neste espaço. Nós jamais fizemos em
64 locais com número maior de pessoas. Então, é o normal, já aconteceu para
65 diversos processos, então, realmente, é o que nós adotamos como praxe.
66 Inclusive, hoje está sendo também transmitida pelos canais do Facebook e do
67 YouTube – o endereço, inclusive, está aparecendo na tela –, para que qualquer
68 interessado, não só os que estejam aqui, mas que estejam em qualquer lugar
69 aqui ou que estejam em Conceição do Mato Dentro ou nos demais municípios
70 também possam assistir à reunião. Então, é bastante importante frisar que em
71 todo momento desse processo houve uma extensa transparência de divulgação
72 para o público de maneira geral. Entretanto, infelizmente, hoje nós temos uma
73 limitação de espaço e não somente aqui. Se nós fizéssemos, inclusive, na outra
74 sede do COPAM que foi inaugurada há bastante tempo, haveria até uma
75 limitação de espaço maior. Então, até com esse objetivo nós optamos por fazer
76 neste endereço. Então, realmente, só para ressaltar mais uma vez, nada está
77 sendo modificado de toda a dinâmica que sempre foi adotada pela SEMAD e
78 pelo Conselho de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais. Sempre as
79 reuniões foram localizadas aqui, então não há que se confundir também com
80 essa reunião: é uma reunião técnica, claro, aberta também ao público. Com as

81 limitações, todos podem se manifestar, se inscrever no livro, mas não há que se
82 confundir com as audiências públicas.” Presidente Renato Teixeira Brandão:
83 “Conselheira, como eu tinha dito, questão de ordem, conforme o artigo 33, tem
84 que ser dada com clareza a identificação para elucidar. Como essa questão nós
85 já tínhamos nos manifestado na outra reunião, inclusive, eu abri uma exceção
86 para o secretário Antônio fazer a explanação. Mas eu vou dar prosseguimento à
87 pauta, porque a questão de ordem elencada não foi caracterizada.” Conselheira
88 Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Considerando que não houve
89 possibilidade de eu fazer uso da palavra de novo na questão anterior, estou
90 solicitando que constem na ata, na íntegra, as declarações feitas sobre esta
91 reunião e que conste, na íntegra, a justificativa dada pela assessoria jurídica da
92 Câmara de Atividades Minerárias. E gostaria de saber se, considerando que o
93 Ministério Público, na ocasião, encaminhou ao Estado uma recomendação
94 nesse mesmo sentido, estando presente, se é possível solicitar que ele se
95 manifeste sobre o fato apresentado pelo Fonasc sobre esta reunião pública, que
96 inviabilizou a participação de pessoas que vieram e não vão poder participar da
97 mesma.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Conselheira, foi feita uma
98 orientação para o Ministério Público sobre essa questão, e essa foi respondida
99 com relação aos dados apresentados aqui, inclusive, pelo secretário Malard.
100 Então, eu acho que essa questão – em função até da publicação da reunião e
101 da manutenção deste lugar – está respondida ao Ministério Público, e eu acho
102 que nós podemos, efetivamente, iniciar a discussão do ponto de pauta. Então, é
103 a nossa sugestão. O Ministério Público vai ter, efetivamente, a participação aqui
104 durante o processo para discutir todas as questões do processo, que, inclusive,
105 foram intensamente discutidas, mas a questão do local nós recebemos uma
106 recomendação, que foi respondida ao Ministério Público, e nós procuramos
107 aqui, dentro da possibilidade do uso do auditório, fazer uma organização para
108 que nós tenhamos e que aconteça a reunião dentro das limitações que o
109 espaço traz.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Para fechar
110 essa questão, foi informado pelo assessor jurídico que está sendo televisionado.
111 É um endereço da própria empresa Anglo American. Eu quero saber de que
112 forma que o televisionado no site da empresa interessada nesse licenciamento,
113 que está à disposição no Facebook ou em outros formatos, e isso não está
114 disponibilizado para quem ficou na fila ou não pôde vir e está voltando para
115 casa, de que forma isso cumpre a questão legal sobre reuniões públicas e se
116 isso foi considerado quando foi dada a resposta pela assessoria jurídica.”
117 Presidente Renato Teixeira Brandão: “Só uma correção, conselheira, o
118 secretário Antônio não está como assessoria jurídica. É o Elias que é o nosso
119 assessor jurídico hoje nesta reunião.” Antônio Augusto Melo Malard,
120 superintendente de Apoio à Regularização Ambiental/SEMAD: “Em primeiro
121 momento, não é uma obrigação legal fazer essa transmissão. Foi optado por
122 realizar a transmissão só para que mais pessoas possam ter acesso. E eu
123 repito: em virtude do local onde esta reunião está sendo realizada e,

124 principalmente, pela limitação que foi colocada pela própria Polícia Militar, dos
125 140 lugares que poderiam ser ocupados neste auditório, por motivo de
126 segurança. O endereço ser da empresa ou não nós não vemos o menor
127 problema, está sendo televisionado na íntegra, não há cortes e não haverá
128 nenhum corte. Tudo que está sendo dito aqui está sendo transmitido ao vivo.
129 Então, o fato de o endereço ser da empresa e não ser do Estado nós não
130 enxergamos como o menor problema. E repito: está sendo transmitido, mas não
131 há obrigação legal. Não vamos confundir, mais uma vez, reunião pública com
132 audiência pública. Essas reuniões têm a sua limitação e assim sempre foi,
133 historicamente, na SEMAD, por se tratar, realmente, de uma reunião para
134 deferimento ou indeferimento de processos de licenciamento, e não uma
135 reunião de início de processo realmente para coletar todas as informações,
136 como são as audiências públicas, para que isso faça parte do processo. Nós
137 estamos já no momento final dessa fase desse processo. Então, não há se
138 confundir audiência pública com essa reunião de Câmara Técnica do Conselho
139 Estadual de Política Ambiental.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas
140 Corujo: “Eu requeiro que conste em ata, na íntegra, a resposta dada pelo
141 senhor Antônio Malard, que, na realidade, não está assessorando juridicamente,
142 mas está se manifestando a respeito das questões levantadas pelo Fonasc.”
143 Presidente Renato Teixeira Brandão: “Mais algum conselheiro? Então, vamos
144 dar andamento.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Conforme
145 o Regimento Interno, artigo 27, tem uma ordem de trabalhos. Segundo o artigo
146 27, inciso V, apresentação ao presidente de pedidos de retirada de pauta tem
147 que preceder a discussão e logo após a parte dos comunicados e votação de
148 ata, que hoje não teve. Então, o Fonasc, usando essa prerrogativa do artigo 27,
149 vem apresentar a esta Câmara e a todos os presentes as razões que o Fonasc
150 entende que esse processo de licenciamento tem que ser retirado de pauta.
151 Desde o início, eu requeiro que conste, na íntegra, o que eu vou colocar, as
152 razões, que são várias. Esse processo de licenciamento não está devidamente
153 instruído e, assim, deve ser retirado de pauta. Quais as razões? Na reunião
154 desta Câmara Técnica, no dia 22 de dezembro, foi informado pelo senhor
155 Renato Brandão, que preside a mesa hoje também, o seguinte. Nós tiramos do
156 áudio da reunião. ‘Em comum acordo com o Ministério Público, a empresa e o
157 Poder Executivo esses decidiram pela realização de reuniões técnicas para
158 elucidação de dúvidas que persistem trazidas por partes da sociedade civil
159 previamente à deliberação da licença. Para que isso se revise, a SEMAD,
160 primando pelo diálogo, entendeu por bem retirar o processo de pauta’. Então, as
161 razões a partir daí são: conforme o nosso parecer de vista, existem diversas
162 razões apontadas, especialmente no item 5, sobre as razões dessa retirada de
163 pauta. Mas, a partir do que foi colocado pelo senhor Renato Brandão, é
164 importante salientar que o Parecer Único é o documento que embasa os
165 conselheiros para decidir a respeito do licenciamento, inclusive com sugestão
166 de deferimento ou indeferimento. O Parecer Único desse processo é pelo

167 deferimento. A data do Parecer Único e 5/12/2017. Além do fato de que, em
168 dezembro, foi retirado de pauta porque se configurou a necessidade de revisar
169 esse processo de licenciamento para elucidar dúvidas, isso, concretamente,
170 significa que isso foi após a data do Parecer Único. Fora isso ainda existe:
171 ‘Conforme consulta ao sistema, ao Siam integrado, existem 17 documentos
172 após a data do dia 4 de dezembro, inclusive: autorizações do manejo de fauna,
173 documento técnico da Polos, que presta assessoria aos atingidos, com
174 contribuições ao processo de licenciamento já nessa perspectiva de elucidar
175 dúvidas trazidas pela sociedade civil; ofícios da empresa, relatório de vistoria de
176 consultores’. Não conseguimos saber que consultores, porque o documento,
177 mesmo no site com acesso como conselheira, não está disponibilizado. ‘E um
178 relatório de vistoria número 34/2017 e o auto de fiscalização 133937/2017, que
179 são de 6 de dezembro, ou seja, após a data do Parecer Único, e que entraram e
180 foram formalizados no sistema no dia 7 de dezembro. Então, esse é um ponto.
181 Outro ponto: se essas reuniões que foram a justificativa dada para retirada de
182 pauta em dezembro ocorreram, e se isso foi tratado no âmbito meramente da
183 empresa com o Estado e o Ministério Público, essas elucidações e essas
184 dúvidas não são de conhecimento da sociedade civil, daqueles que
185 demandaram informações do processo, que até hoje não tiveram. Inclusive, eu
186 tenho – e foi protocolado hoje para reiterar isso – um documento bem completo,
187 que está no protocolo, sobre isso, precisamente, a necessidade de retirada de
188 pauta por uma série de questões relacionadas com apresentação do EIA/Rima
189 em audiência pública que foi realizada no dia 20 de junho. Além dessa
190 audiência pública, nas reuniões realizadas em Alvorada de Minas e Dom
191 Joaquim, em 3 e 4 de outubro de 2017, houve uma série de demandas da
192 sociedade civil, que são precisamente as que justificaram, segundo o Ministério
193 Público, o Estado e a empresa, retirar de pauta no dia 22 de dezembro, que até
194 agora a sociedade civil e os requerentes não receberam qualquer resposta.
195 Então, no nosso entendimento, o Parecer Único do dia 4 de dezembro não está
196 contemplando toda essa série de novas elucidações sobre esse processo de
197 licenciamento. Além desses fatos já narrados, existe uma questão relacionada a
198 barragem de rejeitos, existem várias questões que não estão tratadas no
199 Parecer Único do dia 4. Por exemplo, existe um laudo do IPT referente a
200 barragem de rejeitos, diques e questões hidrogeológicas posterior ao Parecer
201 Único. Eu não sei se é o tal que está no Siam como consultores, porque eu não
202 tenho acesso, mas eu sei que existe esse laudo. E esse laudo trata da
203 barragem, dos diques e de questões hidrogeológicas desse empreendimento,
204 que são questões chaves que não poderiam ficar fora de um Parecer Único que
205 embasa a decisão deste Conselho, desta Câmara sobre esse licenciamento.
206 Porque esse Parecer Único não está completo, ele tem que ser realmente
207 atualizado e tem que ser revisto e tem que ser considerado. Por si, só no
208 entendimento do Fonasc, esse fato configura que esse processo de
209 licenciamento não tem como ser decidido hoje. Um Parecer Único do dia 4, de

210 um processo que foi retirado de pauta no dia 22 porque o próprio Estado, o
211 Ministério Público e a empresa avaliaram a necessidade de elucidar situações,
212 não pode estar sendo tratado como um processo devidamente instruído para
213 ser decidido. Então, o Fonasc está requerendo que seja retirado de pauta para
214 que se cumpra a legalidade. Tem mais dois pontos. Processos complexos não
215 têm que seguir, obrigatoriamente, a questão de rapidez, porque nós temos
216 princípios na legislação da precaução, no direito ambiental. Conforme
217 informações nesse processo de licenciamento, a vida útil da única barragem do
218 projeto Minas-Rio, que atenderá também a etapa 3, é de 20 anos. No entanto,
219 conforme informações também no processo de licenciamento, o projeto Minas-
220 Rio, com essa etapa 3, terá duração de 28 anos. É mais um detalhe relacionado
221 com barragens, fora o que está no laudo do IPT, que ainda não foi possível se
222 ter reconhecimento. Segundo essas informações, a questão é de 28 anos, ou
223 seja, não foi devidamente tratada no Parecer Único e no processo que está em
224 questão hoje a disposição de rejeitos do projeto Minas-Rio. E isso é premissa,
225 isso é requisito para se tratar da viabilidade ambiental. Então, o processo não
226 está devidamente instruído por várias questões, e muitas delas relacionadas
227 com a viabilidade ambiental. Viabilidade ambiental é tratada quando da LP. Se
228 tem questões como essas, algumas apontadas aqui, que tem também a
229 questão das áreas de influência não devidamente elucidadas e outras tantas
230 questões, que já estão no nosso parecer de vista, este processo não está
231 devidamente instruído. Porque é um processo de LP, tudo que se refere a
232 requisito para LP, questão de viabilidade ambiental tem que estar devidamente
233 tratado no bojo do processo de licenciamento. Isso é a legislação nossa, isso
234 tem que valer. Então, esse processo precisa ser retirado de pauta porque ele
235 não está devidamente instruído, ainda mais com o Parecer Único do dia 4 de
236 dezembro e com tantas questões após o dia 4 de dezembro, inclusive reuniões
237 técnicas – e foram sete – entre Ministério Público, empresa e Estado, sem
238 participação de sociedade civil, sem participação de quem demandou e,
239 principalmente, tratando de questões para elucidar, entre as quais estão,
240 precisamente – a maioria delas –, relacionadas com viabilidade ambiental.
241 Então, se esse processo não for retirado de pauta, fora o fato de que não tinha
242 que ter tido esta reunião, por violar o direito a participação, mais uma vez se
243 configura que esta Câmara e o Estado e quem conduz esse processo vêm,
244 reiteradamente, descumprindo leis e violando direitos. Esse é nosso
245 requerimento neste momento da reunião.” Anderson Silva de Aguiar,
246 subsecretário de Regularização Ambiental/SEMAD: “Primeiro eu gostaria de
247 esclarecer não só a conselheira, mas todos os presentes, que nós estamos
248 falando de um processo do ano de 2015, que está sendo trazido agora no ano
249 de 2018 para deliberação. Esse processo foi aberto o prazo para solicitação de
250 audiência pública, o que não aconteceu. Na ocasião, o secretário executivo do
251 COPAM, por sua avaliação da importância desse processo e do conhecimento
252 que a sociedade deveria ter acerca dele, convocou a audiência pública. Foi

253 realizada a audiência pública. Após essa audiência pública, foram realizadas
254 reuniões públicas, decorrente de um acordo entre a SEMAD e o Ministério
255 Público e a própria empresa, em Alvorada de Minas e Dom Joaquim, em um
256 termo de referência para realização de audiências públicas diferente do termo
257 padrão, que dava possibilidades distintas daquela que tem na DN12 para a
258 sociedade se manifestar, assim como a empresa tirar as dúvidas e também as
259 perguntas serem feitas e respondidas uma a uma, passo a passo. Todo o
260 conteúdo de pergunta, respostas e manifestações consta do Parecer Único,
261 tanto da audiência pública quanto das duas reuniões públicas realizadas. O fato
262 de haver dúvidas no processo administrativo não quer dizer que ele não está
263 preparado para ser pautado, de forma nenhuma. O Parecer Único é o parecer
264 técnico que avalia pontos técnicos e também de controle processual. Ainda
265 assim, no dia 21, havia dúvidas que pairavam sobre o processo, foi realizada
266 uma reunião com o Ministério Público, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente
267 e a empresa, e entre esses três entes foi entendido que a melhor ação era
268 retirar de pauta para que esses entes pudessem esclarecer todas as dúvidas
269 decorrentes da operação da atividade, da produção do Parecer Único e de
270 solicitações e manifestações que o Ministério Público havia recebido até aquela
271 data e também posteriormente. Após isso, foram realizadas seis reuniões com
272 temáticas definidas de pontos entendidos como pontos críticos, em que havia
273 ainda dúvidas em relação ao conteúdo do processo administrativo e o que
274 estava no parecer técnico. Decorrente da dinâmica do processo de
275 licenciamento, muitas vezes, dúvidas são elucidadas em reuniões técnicas, em
276 vistorias em campo ou até mesmo esclarecimentos técnicos via os meios de
277 comunicação. Nessas seis reuniões foram tratados temas como socioeconomia
278 e atividade social da região, recursos hídricos, cavidades naturais, barragens,
279 inclusive com avaliação do laudo do IPT e participação do IPT também no dia
280 22/1, e também o tema de fauna e flora. Nessas seis reuniões, então, foram
281 esclarecidos os apontamentos colocados, as dúvidas que chegaram ao
282 Ministério Público decorrentes de manifestações ou até mesmo dúvidas que
283 ainda pairavam sobre o empreendimento dentro processo administrativo, seja
284 dos documentos ali colocados, como o EIA/Rima e outros estudos
285 especializados, como o de cavidades, por exemplo, o de fauna, flora, dentre
286 outros. E desses entendimentos foram avaliados todos eles, esclarecida a maior
287 parte, e, para melhor entendimento e também para assegurar a garantia dos
288 direitos sociais, da preservação da natureza, da conservação e também da
289 continuidade do processo administrativo, foi elaborada uma lista de inclusão de
290 condicionantes que será proposta pela Supram, no momento adequado da
291 reunião, que supre, no nosso entendimento, todos os questionamentos e
292 dúvidas que a ainda pairavam sobre esse processo de licenciamento ambiental.
293 Sobre a plenária aqui hoje, o Dr. Antônio Malard já fez a sua colocação, nós
294 respondemos a recomendação do Ministério Público. Há uma distinção em
295 plenária, que é de participação pública e reunião pública ou audiência pública, já

296 muito bem esclarecida. Logo, todos os pontos colocados pela conselheira, ao
297 nosso entendimento, não merecem prosperar, e o processo deve continuar,
298 inclusive para a garantia dos direitos de toda a sociedade e dos recursos
299 naturais.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Que constem em
300 ata, na íntegra, as colocações do senhor Anderson. Lembrando que questões
301 de viabilidade ambiental, questões afetas aos requisitos para que um processo
302 de licenciamento esteja devidamente instruído – processuais, em todos os
303 âmbitos –, e questões ligadas a viabilidade ambiental não podem ser tratadas
304 com condicionantes, porque isso é inverter totalmente a ordem. Condicionantes
305 são colocadas em processos de licenciamento de LP e LI após se avaliar e
306 decidir pela viabilidade ambiental. Várias das questões trazidas pelo Fonasc
307 sobre as razões da retirada de pauta, inclusive que serviram de embasamento
308 para a retirada de pauta no dia 22, nesse entendimento entre Estado, empresa
309 e Ministério Público, não tratam de questões de medidas mitigadoras ou
310 compensatórias desse licenciamento, elas tratam de questões diretamente
311 relacionadas a viabilidade ambiental. Então, o secretário Anderson dizer que
312 tudo o que tinha de elucidações a serem feitas, de que o Fonasc e a sociedade
313 civil ainda não têm conhecimento, foram reduzidas a condicionantes que nós
314 vamos tomar conhecimento hoje, isso o Fonasc não entende como aceitável. E,
315 principalmente, porque foi apresentado aqui pelo Fonasc que tem questões que
316 tinham que estar incorporadas ao Parecer Único para além de condicionantes.
317 Como é que o Parecer Único vai trazer condicionantes para se elucidar uma
318 série de dúvidas e pendências apresentadas e que justificaram sete reuniões
319 entre os três atores, se o próprio Parecer Único do dia 4 não contemplou e não
320 foi revisto e refeito para trazer todos os elementos que justificaram essa decisão
321 de transformar isso só em condicionantes. Eu sou uma educadora ambiental.
322 Qualquer criança ou adolescente ou alguém com quem nós formos conversar
323 sobre essa questão, em uma linguagem, vai dizer que isso não tem lógica. Nós
324 estamos invertendo a ordem. Nós não podemos permitir que um licenciamento
325 da etapa 3 do projeto Minas-Rio, com tantas questões graves, complexas, com
326 tantas violações, com tantos problemas, seja mais uma vez reduzido a uma falta
327 de responsabilidade e falta de cuidado. Por isso nós requeremos a retirada de
328 pauta. Não aceitamos a justificativa dada pelo senhor Anderson para dizer que
329 a questão de não estar devidamente instruída está devidamente solucionada
330 com condicionantes que vão ser apresentadas aqui, combinadas entre o
331 Estado, a empresa e o Ministério Público. Com o Parecer Único pelo
332 deferimento, que não traz todo esse arcabouço de decisões, de discussões e de
333 entendimentos entre a empresa Anglo e o Estado sobre a etapa 3, que justificou
334 a resposta dada pelo Anderson de que vai ser tudo solucionado com
335 condicionantes. Isso é ilegal, isso viola direitos, isso é grave e isso não pode ser
336 permitido.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Obrigado conselheira. Então,
337 como decisão deste presidente da Câmara, nós entendemos que o processo –
338 diferente do que a conselheira colocou – está devidamente instruído. Os

339 esclarecimentos dos relatos de vista vão ser discutidos aqui nesta Câmara hoje.
340 Por isso nós vamos dar prosseguimento, então, a esta reunião.” Anderson Silva
341 de Aguiar, secretário de Regularização Ambiental/SEMAD: “Só informar a
342 todos os presentes que ainda não havia entrado no prédio apenas 30 pessoas.
343 Nós conseguimos disponibilizar, aqui no prédio mesmo, uma sala para
344 transmissão da reunião que está acontecendo para essas 30 pessoas. Logo,
345 não há ninguém do lado de fora que não vai participar da reunião.” Felipe
346 Starling, da Anglo American: “Bom dia a todos, senhor presidente, muito
347 obrigado. Eu sei que o senhor sempre pede nas reuniões desta Câmara para
348 não entrarmos no mérito dos processos em considerações gerais. Eu entendo
349 isso, até me proponho a retirar o meu nome da próxima pauta. Mas o meu
350 assunto não é de mérito, é justamente esse assunto que vocês estão
351 comentando. Eu acho muito importante a empresa se posicionar, inclusive,
352 sobre essa retirada de pauta. Antes disso, escutando aqui o relato da
353 conselheira, do secretário Anderson, o nosso processo é complexo, sim. Nós
354 estamos, desde 2010, com uma concessão de lavra do DNPM, vigente. Esse
355 processo de licenciamento começou em 2015, com protocolo do EIA/Rima. Nós
356 tivemos, ainda antes do protocolo do EIA/Rima, a declaração de conformidade
357 emitida pela Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro. Nós tivemos
358 uma anuência do Iepha pelo patrimônio histórico e artístico, em 2017, do Iphan,
359 em 2016. Nós tivemos inúmeras vitórias ao longo desse ano, nos meses de
360 março, maio, julho, agosto, setembro, em 2017, sobre espeleologia, aspectos
361 sociais, recursos hídricos, compensação ambiental. Tivemos um parecer
362 favorável do IEF do projeto de compensação florestal, em abril de 2017.
363 Tivemos aprovação do projeto de compensação florestal aqui mesmo na
364 Câmara de Proteção à Biodiversidade, a CPB, no mês seguinte, em maio de
365 2017. Tivemos a anuência de supressão vegetal de Mata Atlântica emitida pelo
366 Ibama, também no ano passado, no mês de setembro. Tivemos aprovação dos
367 drenos da pilha de estéril do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, o CERH,
368 em dezembro desse ano, após ampla análise no Comitê de Bacia do Santo
369 Antônio, em Itabira. Tivemos a anuência do Monumento Natural da Serra da
370 Ferrugem, em questão relacionada à zona de amortecimento, que é uma
371 unidade de conservação o Monumento Natural da Serra da Ferrugem, de
372 Conceição. Tivemos a anuência do comitê gestor em dezembro de 2017. Foram
373 inúmeras análises, fóruns, pareceres, inúmeras pessoas envolvidas nesse
374 processo, da Anglo American, consultores, empresas especializadas, pessoas
375 renomadas em determinados assuntos pontuais. Além de todo esse processo,
376 nós tivemos também uma audiência pública para aproximadamente 1.400
377 pessoas lá em Conceição do Mato Dentro. Tivemos ainda – seguindo orientação
378 e recomendação do próprio Ministério Público e também da Secretaria de
379 Estado de Meio Ambiente – duas reuniões públicas. Como o secretário
380 comentou aqui. Até para dar detalhes das informações do secretário, em
381 Alvorada de Minas, no dia 3 de outubro de 2017, contou com a participação de

382 529 pessoas, e em Dom Joaquim, no dia seguinte, 4 de outubro, contou com a
383 participação de 459 pessoas. Essas reuniões, inclusive, tiveram um rito
384 diferente em comum acordo entre a empresa, a SEMAD e o Ministério Público,
385 que possibilitou até interface direta e a resposta específica para cada uma das
386 pessoas que se manifestaram. Realmente, no dia 11 de dezembro, a empresa
387 Anglo American foi pauta desta CMI. Houve um pedido de vista. Voltamos no
388 dia 22. Houve a retirada de pauta. E na nossa avaliação essa retirada de pauta
389 e esse um mês, de sete reuniões temáticas com o Ministério Público,
390 proporcionaram, sim, mais ganho ao processo. Nós vamos comentar isso ao
391 longo do dia, nós temos inúmeras pessoas da empresa inscritas para comentar
392 o conteúdo de cada uma dessas reuniões de socioeconomia, patrimônio
393 espeleológico, sociocultural, recursos hídricos, fauna e flora e barragem de
394 rejeito. Tivemos, inclusive, ontem – e respondendo até o posicionamento da
395 conselheira –, um acordo que iremos entrar no detalhe aqui hoje, que foi um
396 termo de compromisso assinado com o próprio Ministério Público em relação a
397 auditoria das nossas barragens. Mais uma auditoria. Em que pese que nós já
398 tenhamos todas as auditorias exigidas pelo DNPM, pela legislação, nós iremos,
399 sim, abrir ao Ministério Público mais uma outra auditoria. Provavelmente, o IPT,
400 citado, ou outra empresa que se candidate. Enfim, o que nós queríamos dar de
401 recado aqui nas considerações gerais? Estamos preparados, entendemos que o
402 processo está pronto, temos embasamentos técnico, temos um embasamento
403 democrático, vamos dizer assim, dadas as inúmeras participações que esse
404 processo teve desde 2015. Sabemos dos desafios colocados para o setor
405 minerário, sabemos das nossas responsabilidades, encaramos esses desafios
406 de frente, sem fugir a essa responsabilidade. A nossa empresa tem cem anos
407 de atuação, 45 anos de atuação aqui no Brasil, e hoje nós queremos escrever
408 mais uma página dessa história, uma página que seja segura, justa,
409 responsável e, principalmente, sustentável.” Conselheira Maria Teresa Viana de
410 Freitas Corujo: “Para registrar, mais uma vez, a falta de equidade. Eu já fui
411 testemunha. Quando alguém se inscreve em Assuntos Gerais e se refere a
412 algum item da pauta, a Câmara informa que tem que falar no item de pauta.
413 Hoje a Anglo American se inscreveu em Assuntos Gerais sobre o item da pauta
414 4.1, quer esta mesa decidiu não retirar de pauta, e foi permitido que a empresa
415 fizesse uso, quando isso deveria ser dentro das inscrições do item 4.1. Para
416 constar que existem situações que são tratadas de forma diversa ao longo
417 desse funcionamento desta Câmara.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Eu
418 só queria fazer um esclarecimento de que foi a conselheira que trouxe o
419 assunto para esse item de pauta, anteriormente até à questão. Eu não acho
420 adequado falar que nós estamos tendo dois entendimentos, porque, na última
421 reunião, em que a conselheira não estava, foi aberta a palavra para ser falado
422 sobre esse processo, inclusive, da Anglo. Nós tentamos, dentro do possível,
423 discutir dentro do prazo, mas as questões trazidas pela conselheira se referem
424 a um processo que foi discutido aqui pela SEMAD, uma série de detalhes com

425 relação a esse processo. A outra questão que eu queria registrar para a
426 conselheira é que, até em função da fala, essa pessoa inscrita não vai poder
427 fazer o uso da palavra no outro item. Nós não vamos autorizar o uso da palavra
428 dessa pessoa, uma vez que ela utilizou aqui, neste momento, para falar sobre o
429 item específico. Então, encerrando o item 3, Comunicados dos Conselheiros e
430 Assuntos Gerais, eu pergunto se algum conselheiro tem algum impedimento de
431 fazer o uso desse processo. Não havendo manifestações.” **4) PROCESSO**
432 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE**
433 **COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO. 4.1) Anglo American Minério de Ferro**
434 **Brasil S/A. Lavra a céu aberto com tratamento a úmido. Minério de ferro.**
435 **Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas/MG. PA**
436 **00472/2007/008/2015, DNPM 830.359/2004. Classe 6. Apresentação: Suppri**
437 **e Supram Jequitinhonha. Retorno de vista: Fonasc, Ibram, Sedectes e**
438 **Sindiextra.** Licença concedida por maioria nos termos do Parecer Único, com
439 inclusões e alterações de condicionantes, conforme descrito nesta ata.
440 Declaração de voto - Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Voto
441 contrário pelas razões amplamente aqui apontadas, inclusive porque esse
442 processo não está devidamente instruído, teria que ter sido retirado de pauta, foi
443 negado o pedido de vista do Fonasc com vários fatos novos que me são
444 realmente claros. E entendemos que é muito grave essa questão do projeto
445 Minas-Rio diante de todos os impactos e sofrimento das pessoas e do futuro. Eu
446 quero dizer que eu preciso me ausentar agora. Como o Fonasc não vai entrar
447 no escopo de condicionantes, a partir da própria lógica que, se esse processo
448 tinha que ser retirado de pauta, não há como transformar isso em
449 condicionantes. E deixar já registrado o nosso voto contrário às condicionantes.
450 Se não é possível, então, eu estou me ausentando e justificando que não
451 vamos tratar de questões de condicionantes, por discordar e repudiar a forma
452 como esse licenciamento foi tratado. Gostaríamos de finalizar requerendo a
453 transcrição. Só requerer que sejam transcritas em ata também todas as falas
454 das comunidades.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Então, nós temos a
455 votação, 11 votos favoráveis e um contrário. Condicionantes aprovadas com
456 nova redação: – 33) Cumprir os Protocolos de Intenções e demais instrumentos
457 decorrentes, assinados em dezembro de 2017 junto aos municípios de
458 Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas no âmbito das discussões do
459 processo de Licenciamento do Projeto de Extensão da Mina do Sapo - Etapa 3.
460 Prazo - Conforme cronograma do Protocolo de Intenções. – 34) Cumprir as
461 obrigações e medidas compensatórias estabelecidas, em anexo, à Autorização
462 concedida em 05/12/2017 pelo Conselho Gestor do Monumento Natural da
463 Serra da Ferrugem, independentemente da assinatura de instrumentos
464 específicos com o município de Conceição do Mato Dentro, exceto quando
465 expressamente previsto no Anexo da referida Autorização. Prazo – Conforme
466 cronograma estabelecido na Anuência. – 37) Apresentar novo Programa de
467 Educação Ambiental – PEA conforme diretrizes estabelecidas na Deliberação

468 Normativa COPAM nº 214 de 2017. Prazo - De acordo com a DN/COPAM nº
469 214/2017. – 39) Custear a contratação e disponibilizar Assessoria Técnica
470 Independente e multidisciplinar, a ser escolhida por cada comunidade, a fim de
471 subsidiar a participação ampla e informada de todas as comunidades em todos
472 os planos, programas e ações de responsabilidade do empreendedor junto às
473 comunidades que sofreram ou sofrerem algum dano ou que tenham seu modo
474 de viver afetado pelo empreendimento, devendo contemplar, no mínimo, as
475 comunidades de Água Quente, Beco, Turco, Cabeceira do Turco, Córregos,
476 Gondó, Itapanhoacanga, Passa Sete, São Sebastião do Bom Sucesso (Sapo),
477 São José do Jassém, São Jose do Arruda, São José da Ilha e Taporoco. Prazo
478 - 60 (sessenta) dias após a escolha e aprovação da comunidade.
479 Condicionantes incluídas: – Custear a contratação de serviço de auditoria
480 externa e independente para monitoramento dos impactos do empreendimento
481 sobre os recursos hídricos superficiais e subterrâneos, com duração de 5
482 (cinco) anos, passível de renovação, bem como para o acompanhamento da
483 recuperação do córrego Passa Sete até a sua efetiva revitalização. Prazo - 90
484 (noventa) dias após a concessão da LP+LI. – As intervenções previstas para os
485 imóveis rurais sob os registros números 120, 130, 195 e 297 não poderão
486 ocorrer antes da efetiva regularização do Cadastro Ambiental Rural -CAR,
487 mediante a apresentação do recibo, que conste todas as matrículas do imóvel
488 rural. Prazo - Antes de iniciar as intervenções. – Custear a contratação de
489 diagnóstico, por instituição independente, nas comunidades para avaliação de
490 características de tradições, sendo a sua abrangência definida em termo
491 de referência, a ser apresentado pela SEMAD ao empreendedor em 60
492 (sessenta) dias, para a sua execução. Prazo - 240 (duzentos e quarenta) dias
493 após a entrega do termo de referência. – Custear a contratação de serviço de
494 auditoria externa e independente para análise geológica/geotécnica referente à
495 barragem de rejeitos e seus alteamentos, durante todo o período em que
496 perdurarem as obras de alteamento, remetendo-se à SEMAD a informação de
497 que o relatório está disponível junto ao Plano de Segurança de Barragem - PSB.
498 Prazo - 90 (noventa) dias após a concessão da LP+LI. – Apresentar estudos de
499 Epic/Repic (Estudo Prévio de Impacto Cultural e Relatório de Impacto no
500 Patrimônio Cultural) para manifestação dos conselhos municipais de patrimônio.
501 Prazo - 90 (noventa) dias após a concessão da LP+LI. – Apresentar revisão do
502 Programa de Convivência, de forma a abarcar os planos de negociação
503 opcional, de solução de conflitos e de indenização por danos, considerando os
504 parâmetros determinados pelo ofício Suppri/Suram/SEMAD/Sisema nº 111/17,
505 e, ainda, as situações dos posseiros, meeiros, parceiros, arrendatários,
506 trabalhadores e herdeiros, com a previsão, inclusive, de revisão de eventuais
507 aquisições para que se adequem aos critérios objetivos e coletivos do PNO.
508 Prazo - 90 (noventa) dias após a concessão da LP+LI. – Apresentar programa
509 de estruturação da Comunidade de São José do Jassém, contendo: avaliação
510 de todos os impactos específicos sobre a comunidade, inclusive referentes

511 àqueles ocasionados pela eventual realocação de população nas comunidades
512 de Passa Sete e Água Quente; as medidas mitigadoras e estruturantes
513 necessárias; estudos e processo de avaliação de permanência de impactos
514 sobre a comunidade; inclusão dos residentes no plano de negociação, a
515 depender das consequências dos impactos constatados para a comunidade.
516 Prazo - 240 (duzentos e quarenta) dias após a concessão da LP+LI. – Custear a
517 contratação de novo estudo, por consultoria independente e especializada, com
518 o objetivo de aferir quais foram as comunidades efetivamente impactadas e se
519 os impactos cumulativos decorrentes da operação do empreendimento desde a
520 fase 1 foram majorados ou se surgiram novos impactos, bem como se existem
521 impactos que não foram mitigados, que possam justificar, inclusive, uma
522 possível realocação de eventuais atingidos. Prazo -120 (cento e vinte) dias após
523 a aprovação do Termo de Referência. – Não realizar supressão das cavidades
524 naturais subterrâneas CSS-0001, CSS-0002, CSS-0003, CSS-0004, CSS-0005,
525 CSS-0006, CSS-0007, CSS-0007A, CSS-0008, CSS-0009, CSS-0010, CSS-
526 0011, CSS-0012, CSS-0016, CSS-0023, CSS-0024, CSS-0025, CSS-
527 0027, CSS-0029, CSS-0030, CSS-0068, CSS-0073, CSS-0076, CSS-0077,
528 CSS-0080, CSS-0084, CSS-0089, CSS-0097, CSS-0098, CSS-0100, CSS-
529 0101, CSS-0105, CSS-0111, CSS-0113, CSS-0114, CSS-0115, CSS-0116,
530 CSS-0118, FSS-0043, FSS-0081, FSS-0155, FSS-0162 até que seja realizada a
531 descrição formal dos novos táxons apresentados. O empreendedor deverá
532 apresentar aceite (no prelo) de artigo em revista ou periódico reconhecido pela
533 comunidade acadêmica da descrição científica formal dos táxons novos
534 encontrados ou apresentar um laudo do especialista confirmando a existência
535 de caracteres que se repetem, comprovando que os indivíduos de cada grupo
536 pertencem a uma única forma taxonômica, e que não representem troglóbios
537 raros, endêmicos ou relictos, conforme § 2º, do artigo 18 da IN MMA nº 02/2017.
538 Prazo - Antes da supressão das cavidades. – Não realizar intervenção na área
539 de influência das cavidades existentes na ADA até que seja apurada a
540 existência ou não do atributo “relevância histórico-cultural e religiosa” pelo
541 Iphan. Prazo - Antes da supressão das cavidades. – Custear a contratação de
542 instituição independente, após consenso entre as partes acerca da escolha,
543 para o levantamento e valoração dos danos materiais e imateriais. Os estudos
544 deverão contar com metodologia adequada e a participação das comunidades
545 atingidas para a caracterização das perdas e danos ao longo do processo de
546 licenciamento ambiental, o que inclui a produção, modos de vida, atividades
547 costumeiras, redes e laços de solidariedade, entre outros aspectos. Prazo - 240
548 (duzentos e quarenta) dias após a concessão da LP+LI. – Apresentar a
549 comprovação do cumprimento das condicionantes aferidas no âmbito da
550 anuência para supressão de vegetação da Mata Atlântica, expedida pelo Ibama.
551 Prazo - Anual. – Estudar e apresentar alternativa de disposição de rejeitos que
552 dispense a utilização de barragens de rejeitos ou, pelo menos, que reduza esta
553 forma de disposição, de maneira que não sejam realizados novos alteamentos

554 além daqueles apresentados na LP original ou novos barramentos para
555 disposição de rejeitos para todo o período operacional do “Step 3” da Mina do
556 Sapo. Prazo - Em até 5 (cinco) anos. **Transcrição das apresentações,**
557 **manifestações e debates que antecederam a votação deste processo.**
558 **Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo:** “Considerando que a reunião
559 foi mantida, o pedido de retirada de pauta, pelas razões apontadas, não foi
560 considerado, e fazendo uso do Regimento Interno, no seu artigo 34, que diz o
561 seguinte. Para fins de esclarecimento, ‘entende-se por pedido de vista’ e fala
562 sobre o pedido de vista. No seu parágrafo 1º, coloca: ‘O pedido de vista deverá
563 ser feito antes de a matéria ser submetida a votação ou na forma de destaque,
564 conforme os parágrafos 2º e 3º do artigo 27, desde que fundamentado e por
565 uma única vez, salvo quando houver superveniência de fato novo devidamente
566 comprovado’. Então, nosso Regimento prevê que, havendo fato novo,
567 devidamente comprovado, em relação ao momento do pedido de vista – que foi
568 na reunião da CMI da primeira quinzena de dezembro –, o conselheiro pode,
569 sim, fazer novo pedido de vista quando houver superveniência de fato novo.
570 Então, o Fonasc está trazendo aqui agora os fatos novos que justificam o fato
571 de o Fonasc estar requerendo o pedido de vista hoje, nesta reunião. Está
572 configurado, a própria Anglo informou, e está de conhecimento que a Anglo fez
573 várias reuniões após o pedido de vista, após o Parecer Único, no Codema, dia
574 11 de janeiro, no Conselho do MONA Serra da Ferrugem, no dia 22 de janeiro.
575 Na reunião desta Câmara do dia 22 de janeiro, a Anglo informou que tem outro
576 Plano de Aproveitamento Econômico, desde 2013, que será disponibilizado só
577 em fevereiro. Então, de novo, nós temos uma informação que é um fato novo,
578 porque essa informação não está no bojo do Parecer Único e da época do
579 parecer de vista. A Secretaria de Meio Ambiente de Conceição fez reunião com
580 a SEMAD no dia 25, tiveram as sete reuniões entre o Ministério Público, a
581 SEMAD e a Anglo, que são fatos novos que não se conhecimento ainda, que
582 não estão incorporados ao Parecer Único com todas as discussões, com todas
583 as questões técnicas levantadas. São fatos novos, indubitavelmente. Existe uma
584 publicação do DNPM do dia 3 de janeiro, que é um despacho do
585 superintendente na relação 515 e que se refere ao DNPM deste processo de
586 licenciamento. Essa publicação requer, da Anglo American, informações. São
587 exigências sobre as bagagens e sobre a barragem da Anglo American neste
588 processo de licenciamento. E deu o prazo de 60 dias, e nós não temos acesso a
589 saber que informações, que exigências foram feitas. E, por último, existe um
590 fato que é o fato de que a Anglo American, conforme pesquisa realizada hoje,
591 não tem o seu Cadastro Técnico Federal, que é obrigatório para pessoas físicas
592 ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras. Segundo a
593 consulta feita ao site do Ministério do Meio Ambiente, ao Cadastro Técnico
594 Federal, na data de hoje, dia 26 de janeiro, a Anglo American não possui
595 certificado de regularidade do Cadastro Técnico Federal. O último que ela
596 possuiu venceu no dia 14 de dezembro de 2017. Eu tenho aqui o print screen

597 feito hoje de manhã. Então, a Anglo American se encontra em uma situação de
598 ilegalidade em relação a essa questão do CTF. Então, são vários fatos novos.
599 Por si só, a retirada de pauta no dia 22 de dezembro, em um acordo entre
600 Ministério Público, Estado e empresa, para elucidar pendências e que justificou
601 sete reuniões no período depois da reunião, inclusive até ontem, isso é,
602 indubitavelmente, fatos novos. Fatos novos relacionados com esse processo de
603 licenciamento. Fora os outros que eu apontei. Então, o Fonasc, fazendo uso da
604 prerrogativa do Regimento Interno, parágrafo 1º, do artigo 34, está requerendo
605 vista a este processo e está requerendo que, para tal, todos os documentos
606 após o Parecer Único estejam disponibilizados no Siam, devidamente, inclusive
607 as atas dessas reuniões entre os três atores, inclusive o parecer do IPT. Tudo
608 que se referir tecnicamente tem que estar incorporado ao processo de
609 licenciamento. E que, então, o Estado elabore um Parecer Único que contemple
610 no seu bojo todas as informações novas que tem em relação a este processo de
611 licenciamento. O Fonasc vem requerer vista ao processo de licenciamento em
612 questão na pauta de hoje, no item 4.1”. Anderson Silva de Aquilar, subsecretário
613 de Regularização Ambiental/SEMAD: “Primeiro, nós temos que fazer um
614 resgate e voltar a esclarecer que o processo de licenciamento é dinâmico. O
615 processo de licenciamento permite o protocolo – que é um direito do cidadão –
616 acontecer a qualquer momento, seja no início do processo existente até toda a
617 sua duração. O processo que está sendo julgado aqui não quer dizer que ele
618 não permite que seja protocolado, para ser apreciado a qualquer momento,
619 qualquer documento, o que não gera fato novo sobremaneira. Sobre as
620 reuniões que aconteceram, foram reuniões para melhor entendimento e para
621 afinamento do que se materializa entre o Parecer Único e os documentos
622 colocados no processo. O Ministério Público exerce a tutela dos direitos da
623 sociedade. Dizer que isso não tem a manifestação, o resguardo da sociedade
624 eu acho que é uma afronta às instituições públicas de defesa aos patrimônios,
625 de defesa da sociedade, até mesmo ao bem natural. O que ocorre, então, é
626 que, dentro da dinâmica do processo de licenciamento, não há que se produzir
627 um novo parecer ou se entender, de forma nenhuma, fato novo no processo de
628 licenciamento, porque os requisitos para o licenciamento ambiental e o rito
629 processual foram obedecidos. A proposta de inclusão de condicionante – como
630 em todas as reuniões os próprios conselheiros observam isso, e muitas vezes
631 aqui aconteceu – pode vir do conselheiro, pode ser uma proposta da equipe da
632 superintendência que analisou o processo e, no momento da discussão,
633 entende por melhor acrescentar alguma inclusão, e, algumas vezes, até o
634 próprio empreendedor solicitou que se acrescentassem novas condicionantes
635 dentro do seu processo. E é deliberação do Conselho acatá-las ou não. Então,
636 não é fato novo. O Parecer Único já foi colocado à apreciação do Conselho, já
637 foi pedida vista. Nós estamos no retorno de vista, depois de uma retirada de
638 pauta. O processo está completamente apto a votação, não sendo necessário
639 um novo pedido de vista, porque o pedido de vista não tem embasamento e não

640 preenche os requisitos.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo:
641 “Que conste, na íntegra, a resposta dada pelo senhor Anderson Aguilar. É
642 inacreditável nós escutarmos as justificativas apresentadas. Como não tem fato
643 novo? Não estamos falando aqui de protocolos de cidadãos sobre questões.
644 Está configurado, foi dito pelo Renato Brandão, no dia 22: ‘Em comum acordo
645 com o Ministério Público, com a empresa tal, tal, tal, haveria reuniões técnicas
646 para elucidação de dúvidas que persistem, trazidas previamente à deliberação
647 da licença. Para que isso se revise, a SEMAD, primando pelo diálogo, entendeu
648 por bem retirar’. Que fique claro, Anderson, nós não vamos tratar aqui da
649 relação da sociedade com o Ministério Público, isso vai ser em outra esfera.
650 Nós estamos tratando aqui do Fonasc. Deixar claro que existiram sete reuniões
651 chamadas técnicas – foi confirmado pelo senhor –, entre o Ministério Público, a
652 SEMAD e a empresa, sobre esse licenciamento. Essas reuniões técnicas, a
653 partir de todo o arcabouço técnico, não foram incorporadas ao Parecer Único,
654 que permanece do dia 4 de dezembro. Isso é fato novo, fora os outros que eu
655 aponte. Só esse, por si só, é fato novo, indubitavelmente. E o Fonasc exige o
656 seu direito de pedir vista, porque só isso é um fato novo. Ele não foi incorporado
657 ao Parecer Único de 4 de dezembro, aconteceu posteriormente ao dia 4, trouxe
658 questões e discussões técnicas, trouxe soluções que, no entendimento dos três
659 atores, se resumem a condicionantes, que estão sendo trazidas na reunião de
660 hoje, para configurar, inclusive, que essas reuniões técnicas justificaram
661 condicionantes no processo de hoje. Isso não é fato novo? Renato Brandão,
662 nós estamos aqui em uma sequência, desde o início desta reunião, de questões
663 graves, que eu – que nem sou da área do direito, mas, por conta da minha
664 trajetória de militância – sei que são muito graves. Eu sei que as empresas
665 ficam primando pela segurança jurídica, que temos que ter segurança jurídica, e
666 o Estado fica primando o quanto é eficiente na gestão ambiental. Eu não quero
667 acreditar que nesta reunião de hoje vai ter uma sequência atrás da outra de
668 violações. E que a última, que é uma coisa simples, o Regimento diz: ‘Em caso
669 de fato novo, há a possibilidade de pedido de vista’. O Fonasc está requerendo
670 o seu pedido de vista. Está confirmado e configurado, sem sombra de dúvida,
671 que existe fato novo nas próprias falas da resposta do Anderson. E se recusar o
672 pedido de vista só porque existe o interesse de hoje licenciar a etapa 3 da Anglo
673 American isso é violentamente ilegal e é gravíssimo, e nós não podemos
674 aceitar. Existem muitas questões graves em Conceição do Mato Dentro, existem
675 muitas situações de impactos muito preocupantes, e isso não pode se
676 transformar nessa situação mais aqui hoje. É regimental. Há fatos novos, claros
677 e indubitáveis nas reuniões do Ministério Público com a empresa e com o
678 Estado. E são técnicas, e nós não temos conhecimento. O Fonasc quer e está
679 requerendo vista a esse processo novamente e que Parecer Único seja
680 incorporado de tudo que houve de discussões técnicas entre os três atores e
681 que aí, sim, se incorporem ao Parecer Único quais as condicionantes foram
682 apresentadas pelos três atores como solução para todas as questões que foram

683 apresentadas pelos três atores como solução para todas as questões técnicas
684 tratadas.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “O pedido de vista da
685 conselheira foi indeferido porque, como esclarecido pelo secretário Anderson, o
686 entendimento desta Secretaria é que não existe fato novo. A conselheira citou a
687 minha fala, e, na verdade, são esclarecimentos realmente, essas informações
688 estão no processo. Então, nós entendemos que o processo está devidamente
689 instruído. Essas reuniões de esclarecimentos não trazem fatos novos, então,
690 nós vamos dar prosseguimento à reunião.” Conselheiro Claudinei Oliveira Cruz:
691 “Só para esclarecer o que foi citado, que teve uma exigência no dia 3/1.
692 Realmente teve, mas é uma coisa interna do DNPM. Mas, já que foi citado, eles
693 inseriram no SIGBM e esqueceram de uma assinatura. O DNPM fez a exigência
694 de que em cinco dias fizessem a assinatura, e já foi cumprido, inclusive. Só para
695 esclarecer.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Questão de
696 ordem, artigo 34, parágrafo 1º. Eu tratei de fazer um pedido de vista, eu não
697 usei o tempo do Fonasc para apresentar o parecer de vista. Não teria a menor
698 lógica eu estar requerendo pedido de vista novamente, a partir de fatos novos, e
699 isso ser entendido como apresentação de parecer de vista que o Fonasc
700 encaminhou no dia 15 de dezembro.” Presidente Renato Teixeira Brandão:
701 “Conselheira, então, eu vou ter que abrir um esclarecimento com relação a essa
702 questão. Quando eu abri a palavra para a conselheira, eu falei que era o retorno
703 do relato de vista. A conselheira fez o uso da palavra para pedir nova vista. Fica
704 claro aqui que foi aberto um prazo para relato de vista. Então, a senhora vai me
705 desculpar, a senhora já usou todo o tempo do relato de vista, e nós temos que
706 passar para a conselheira Paula, para o relato de vista dela. Por favor,
707 conselheira.” Conselheira Paula Meireles Aguiar: “O nosso parecer foi
708 disponibilizado previamente. São 12 páginas, mas eu não vou detalhar. Eu só
709 queria citar a estrutura do parecer. Ele teve como base, especialmente, o
710 Parecer Único e algumas reuniões que fizemos, com convite a todos os
711 conselheiros, mas ele caracteriza o empreendimento, traz suas estruturas e o
712 cronograma de implantação. Nós identificamos alguns dos principais impactos
713 ambientais das respectivas medidas mitigadoras, também adentramos na parte
714 da autorização para intervenção ambiental e uso de recursos hídricos. Essas
715 autorizações estão apresentadas no parecer como devidamente atendidas e
716 adequadas aos processos. Também com relação a manifestações de unidades
717 de conservação, reserva legal, listamos as compensações e incidentes nessa
718 fase de LP mais LI. A conclusão da Supram Jequitinhonha e da Supri é pelo
719 deferimento da Licença Prévia e de Instalação pelo prazo de seis anos,
720 vinculado ao cumprimento das condicionantes. E o parecer do Ibram também
721 sugere o deferimento da licença nos mesmos termos do parecer da Suppri e da
722 Supram.” Conselheiro Daniel Rennó Tenenwurcel: “A Sedectes também, como
723 parecerista, concorda com o que a conselheira Paula falou e conclui pela
724 sugestão do deferimento, conforme termos do parecer da Supram”. Conselheiro
725 Francisco de Assis Lafetá Couto: “O relato foi feito em conjunto. Como a Paula

726 falou, foi um relato relativamente extenso, 12 páginas. Nós tivemos a
727 oportunidade de ler o Parecer Único. Desde 91 eu faço parte do COPAM e
728 nunca vi um Parecer Único de 456 páginas. Realmente é um parecer bastante
729 extenso, bastante detalhado, como acho que é devido porque, como o próprio
730 funcionário da Anglo falou, é um processo realmente complexo, com bastante
731 detalhe. E gostaria de ter a oportunidade também de discutir depois as
732 condicionantes que vão ser apresentadas pela Supram em vista das discussões
733 que foram feitas com o Ministério Público.” Conselheiro Marcelo Belisário
734 Campos: “Eu tenho uma dúvida nas condicionantes elencadas no Parecer
735 Único. Foi emitido uma anuência de supressão de Mata Atlântica pelo Ibama,
736 um trabalho diligente, rigoroso, pela escala do empreendimento e os impactos
737 envolvidos, e com bastante trabalho e a questão de assessoria, de consultores
738 de nome, renomados, foi possível emitir a anuência. Essa anuência tem 24
739 condicionantes, e, lendo o Parecer Único do empreendimento, nós localizamos
740 uma condicionante específica, a 34, que fala de ‘cumprir as obrigações
741 definidas do âmbito da licença concedida pelo conselho gestor do Monumento
742 Natural da Serra da Ferrugem. Então, se tem uma condicionante nesses
743 termos, por que não ter uma condicionante nos mesmos termos com relação
744 anuência de supressão de Mata Atlântica? Eu estou trabalhando com a questão
745 do evento de rompimento da barragem de Fundão, da Samarco, desde 2015.
746 Coordeno a Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos, que faz parte do acordo, e
747 hoje estou presidindo o Comitê Interfederativo. Então, nós temos lidado com
748 diversas questões o quanto que o empreendimento desse porte, dessa tipologia
749 pode ser impactante e pode ser insustentável. Nós temos que partir para um
750 caminho de minimizar os riscos associados e, analisando aqui o
751 empreendimento, nós observamos uma grande bacia de rejeito, uma
752 metodologia de disposição, uma metodologia construtiva muito mais segura do
753 que era aquela da Samarco, contudo com uma previsão de dois alteamentos e
754 que ambos não são suficientes para o tempo de vida útil do próprio
755 empreendimento. Nós viemos, ontem, de um seminário sobre segurança de
756 barragens, sobre disposição de rejeitos, e toda uma tentativa do setor de mudar
757 alternativas tecnológicas, de aumentar essa segurança. Nós temos questões
758 não só de aumento de segurança, nós afastamos ou pelo menos diminuimos
759 muito as incertezas da população que mora abaixo, diminuimos impactos. Tem
760 a questão de reaproveitamento de água, uma restrição severa de água. E
761 questão de melhoria da própria qualidade da água e da quantidade. Com isso,
762 nós achamos que, como não está bem esclarecida a questão da vida útil da
763 disposição de rejeitos em bacia de rejeitos com a vida útil do Step 3, que não
764 sejam permitidos novos alteamentos ou ampliação da barragem de rejeitos
765 existentes e não seja permitida qualquer forma de disposição que demande
766 novas barragens de rejeitos menor que o período de operação. Enfim, tem a
767 primeira etapa, primeiro alteamento, o segundo alteamento. E depois vai
768 construir outra barragem, vai fazer o terceiro alteamento? A sugestão de

769 condicionante é estudar e apresentar, em até dois anos, alternativa de
770 disposição de rejeitos que prescindia, ou seja, que dispense a utilização de
771 barragem de rejeitos ou pelo menos que reduza essa forma de disposição de
772 maneira que não seja realizado o segundo alteamento da cota que está
773 determinada, para todo o período operacional do Step 3 da Mina do Sapo.”
774 Conselheiro Claudinei Oliveira Cruz: “Só aproveitando o gancho do conselheiro
775 Marcelo, o DNPM já tinha previsto isso há algum tempo atrás, tanto que fez uma
776 exigência para a Anglo e está sendo cumprida. Eu vou ler na íntegra para
777 vocês: ‘Apresentar um estudo alternativo sobre a disposição de rejeitos a partir
778 de 2023, sem contar com disposição nas cavas exauridas’. Ou seja, o DNPM já
779 vem trabalhando com a Anglo uma forma de disposição de rejeito alternativa
780 que não seja barragem nem disposição em cavas, porque as cavas deles ainda
781 contém minério. Só para esclarecer que isso já está sendo trabalhado com o
782 DNPM e a empresa já há algum tempo. É um ofício datado de 2013, assinado
783 pela Superintendência. É uma exigência, na verdade.” Conselheiro Evandro
784 Carrusca de Oliveira: “Eu queria só fazer uma observação em cima do retorno
785 de vista do Ibram. No finalzinho tem ‘conclusão da Supram Jequitinhonha e
786 Suppri’. Eu participei da equipe que implantou licenciamento de postos
787 combustíveis aqui em Minas Gerais e me preocupa como está sendo colocado.
788 Poços revendedores, poços de abastecimento, instalação de sistemas
789 retalhistas e posto de combustíveis. Na verdade, ali é um posto de
790 abastecimento. Onde diz que é instalação que possui equipamentos e sistemas
791 para armazenamento de combustível automotivo com riscador de volume
792 apropriado para abastecimento de equipamentos móveis, veículos, motores
793 terrestres, aeronaves, embarcações e locomotivas e cujos produtos sejam
794 destinados exclusivamente ao uso do detentor das instalações ou de grupos
795 fechados de pessoas físicas ou jurídicas, previamente identificadas e
796 associadas em forma de empresas, cooperativas, condomínios, clubes e
797 assemelhados’. Do jeito que está sendo colocado aqui, a empresa está sendo
798 autorizada a ter posto revendedor, a ter posto de abastecimento, a ter
799 instalação de sistema retalhista e posto de combustível. E não: é apenas posto
800 de abastecimento. Eu gostaria que isso ficasse, em algum momento, em algum
801 lugar, mais claro. Eu, lendo isso aqui, eles estão autorizados a tudo isso, sendo
802 que é uma empresa onde seria um posto de abastecimento.” Presidente Renato
803 Teixeira Brandão: “Eu vou deixar a equipe técnica responder, conselheiro
804 Evandro, mas aí é o código da atividade. O próprio parecer relata quais são as
805 atividades que estão autorizadas, e essas atividades estão caracterizadas tanto
806 no EIA/Rima quanto no parecer. Eu acho que fica claro. Mas, então, para essa
807 quantificação da entrada do parecer, essa capa do parecer, fica o código
808 genérico mesmo da DN. Ao longo do parecer, o que os conselheiros estão
809 autorizando aqui são as unidades que estão citadas no parecer e no EIA/Rima.”
810 Conselheiro Evandro Carrusca de Oliveira: “Ok. É porque eu não me sinto
811 confortável, já que participei da elaboração da DN 050, da 108, da 060, e isso

812 sempre foi um motivo de preocupação nossa na época. Concordo que é um
813 código, mas que seja bem claro isso para nós.” Presidente Renato Teixeira
814 Brandão: “Mas eu acho que, ao longo do parecer, fica claro o que está sendo
815 autorizado aqui. São algumas unidades só. Pergunto se mais algum conselheiro
816 tem alguma consideração. Então, neste momento, eu vou abrir a palavra para
817 os inscritos. Vou ressaltar que nós temos uma lista grande de inscritos. Cada
818 inscrito tem 5 minutos para fazer o uso da fala. Em função do número de
819 inscritos, eu vou trabalhar com o prazo regimental.” Jonas Campos da Silva:
820 “Bom dia a todos, meu nome é Jonas Campos da Silva, eu represento a
821 associação comunitária da minha comunidade do bairro Córrego Pereira, de
822 Conceição do Mato Dentro. Eu estou aqui para falar sobre as condições às
823 quais muitos de nós lá estamos vivendo hoje. Nós criamos uma expectativa
824 muito grande em cima do empreendimento dentro da nossa cidade. Há anos
825 nós vivíamos somente do comércio, da agricultura local e, às vezes, da
826 prefeitura. Quando chegou o empreendimento para a nossa cidade, nós tivemos
827 a oportunidade de mudar essa regra, nós tivemos a oportunidade de largar a
828 foice de lado, de largar a enxada de lado e nos tornarmos profissionais em
829 outras áreas. E hoje com uma pequena parada da Anglo American muitos de
830 nós ficamos desempregados, muitos de nós não estamos tendo a oportunidade
831 de sustentar nossas famílias, pelo que nós acreditamos que o empreendimento
832 traria para nós. E outro detalhe também, nós, como cidadãos, percebemos
833 também o quanto chegou de progresso para nós lá. Há alguns anos, para poder
834 ir a alguns distritos, a gente enfrentava dificuldade, porque não tinha asfalto.
835 Para chegar a um hospital, em outros municípios, levava tempo. Até mesmo
836 para vir aqui a Belo Horizonte, dependendo da situação, tinha que sair às 6h da
837 manhã e chegava aqui às 10h da noite, e às vezes nem era atendido. Porque
838 não tinha estrada. Então, o empreendimento chegou e também trouxe
839 benefícios. E hoje, principalmente na minha comunidade, os profissionais, em
840 torno de 110 a 120 profissionais, estão aguardando a oportunidade de ser
841 aprovado esse step para poder voltar a trabalhar. Então, essa é a razão pela
842 qual nós acreditamos que seria importante ter a continuidade. E outra: a
843 empresa tem se unido mais com a gente, tem procurado conhecer o nosso
844 perfil, dessas pessoas que saíram da zona rural e foram para o centro, para
845 poder tentar novas oportunidades. Ela tem nos acompanhado, tem conversado
846 com a gente. E para nós deixou a entender que a oportunidade vai abrir um
847 novo leque. Então, essa é a razão pela qual estamos aqui para poder dar
848 continuidade às nossas necessidades, aos nossos sonhos dentro de Conceição
849 do Mato Dentro.” Afrânio Lages Neto: “Bom dia a todos, senhores conselheiros,
850 meus conterrâneos aqui presentes, a todos os presentes. Meu nome é Afrânio
851 Lages Neto, sou advogado, sou produtor rural, com muito orgulho, estou na
852 presidência do Sindicato dos Produtores Rurais. Procuro participar de todos os
853 movimentos que acontecem na cidade de Conceição do Mato Dentro, uma
854 cidade de porte pequeno, eu diria, onde todo mundo se conhece. À noite, se

855 você gritar de um lado da cidade, do outro lado, corre-se o risco de escutar.
856 Participo de todos os movimentos, e realmente o que tem acontecido com o
857 empreendimento foi muito duro. No começo, foi realmente uma situação quase
858 que caótica para nós, cidadãos. Eu participei de um movimento que teve com
859 relação a segurança pública. E muitos acusam, aumentaram os roubos,
860 aumentou a parte criminal na cidade. Eu sou criminalista, participei, muito de
861 perto, dos acontecimentos criminais, vamos dizer assim, da cidade, e, com toda
862 sinceridade, no final das contas, se observa que tudo está ali dentro da cidade.
863 Talvez como nós, filhos de Conceição, que pudemos retornar, e eu até me
864 coloco como exceção, porque sempre foi um objetivo meu. Estudei fora, fui
865 estudar, acho que me igualo a muitos de Conceição que fizeram essa mesma
866 trajetória, ser enviado para uma capital, ser enviado para casa de um parente
867 para poder estudar, para poder promover, de alguma maneira, um futuro
868 diferente. Mas meu objetivo sempre foi voltar para a cidade. Eu acredito que fui
869 um dos primeiros a retornar. Eu tenho 40 anos. Todo mundo que saiu,
870 acompanhando, e aí a gente vê realmente aquele fluxo voltando, ocupando a
871 cidade, ocupando seus espaços. A cidade não foi entregue aos estranhos, aos
872 de fora, a cidade permaneceu com os concepcionenses, manteve o centro,
873 manteve o comércio. Eu acredito que começamos a evoluir com relação a
874 convivência com o empreendimento. Volto a falar, no primeiro momento, foi
875 muito duro mesmo, foi muito estranho, a criminalidade subiu demais, questões
876 de trabalho. O Jonas está aqui falando, pudemos largar o cabo da enxada. Pelo
877 lado dele, foi ótimo, para o lado nosso, do produtor rural, foi péssimo. Com
878 quem nós vamos trabalhar agora, como vai ser isso, o que vai acontecer? Mas
879 vamos lá, vamos visualizar o pessoal do Sul do país. Eles têm empregados?
880 Acredito que não a maioria. Tocam suas propriedades, vão pegar no peito da
881 vaca, e produtor rural que quer progredir tem que fazer isso. Eu acho que
882 acabou esse tempo de o produtor rural ficar na capital tendo sua propriedade
883 tocada lá, sabe-se lá como, à custa de empregado, chegando e cobrando e
884 simplesmente recebendo os frutos daquilo ali. Eu acho que esse tempo mudou.
885 Mas, de um tempo para cá, depois que passou a implantação, o que nós
886 podemos dizer? Realmente que a cidade tem surgido uma harmonia. Eu não
887 quero entrar nesse mérito, que eu vejo que é técnico, e longe de mim querer
888 participar disso. Realmente, eu vejo que tanto a empresa quanto o Conselho
889 aqui são muito guerreiros em promoverem esse debate, quererem levantar a
890 legalidade. Eu sou um produtor rural e, se formos falar em legalidade ao pé da
891 letra, eu paro minha propriedade, porque realmente você não pode bater um
892 pasto, não pode retirar uma água, e isso é realidade. Vamos falar a verdade.
893 Em 2006, eu vi o queijo ser condenado a acabar. Está aqui a minha colega
894 Nicinha, que sabe falar muito melhor sobre isso. Somos dois diretores do
895 sindicato dos produtores rurais, eu sou diretor presidente, ela é diretora
896 secretária. Mas vamos falar. O queijo Minas foi condenado a acabar. Em busca
897 de informações sobre a regularização, quase não se conseguia regularizar.

898 Volta o processo, não vai. O representante do IMA tem que vir, não vem. Vem o
899 da Emater, passa um croqui errado da construção, volta para o IMA, o IMA não
900 aprova. Vai um representante do IMA lá. Quando, ninguém sabe? Esse ano?
901 ‘Não, não deu para vir esse ano, vai ser ano que vem’. E nós esperando. O que
902 nós queremos? Trabalhar, vender um produto que fazemos há centenas,
903 milhares de anos, que passa de geração para geração. Mas, então, hoje, o que
904 é a situação? Existe uma harmonia. Esse empreendimento está promovendo
905 uma melhoria social sem dúvida nenhuma na cidade. Eu vivo em um bairro,
906 inicialmente, irregular, por conta da administração pública, não por conta do
907 empreendimento. Eu vivo ali. Muito procurado para aluguel, muito ocupado por
908 pessoas, por funcionários da empresa, que vêm fora e se instalaram ali e
909 gostam daquela região. Eu vejo de manhã, quando eu saio, muitos uniformes
910 azuis, um tanto de gente indo pegar ônibus. Problema nenhum, todo mundo vive
911 em harmonia. Eu fico até com dó deles, sinceramente, porque muitos tiveram
912 suas casas assaltadas sem terem a oportunidade de abrir a mala. Chegaram para
913 trabalhar, voltaram, e de sua casa tinha sido levado tudo, uma mala com tudo
914 pronto. Isso foram diversos casos que ouvimos falar. Mas houve uma
915 perseguição, quer dizer, aquela casa ali tem moradores e à noite não vai ter
916 ninguém. Foca aquela casa ali. Passei três meses sem me ausentar da minha
917 casa. Tenho duas filhas pequenas, tenho esposa, vivo lá. Passei sem me
918 ausentar por conta dessa insegurança pública. E agora isso é culpa de quem?
919 Eu acho que tudo está interligado. Tem ali na cidade a delegacia, tem a polícia.
920 Finalizo dizendo hoje esse empreendimento é muito bom, estamos participando
921 do programa Crescer, reuniu produtores. Era um produtor de queijo
922 regularizado, somos três, com perspectivas de passarmos a 15, e está correndo
923 tudo muito bem. Parabéns a harmonia que tem procedido.” Davidson Gonçalves
924 Simões: “Bom dia. O empreendimento, com certeza, provoca impactos em toda
925 a região, mas existe uma contrapartida no desenvolvimento regional. Eu faço
926 parte do projeto Crescer também e de outros projetos também da Cáritas, da
927 Polos, e acredito em um desenvolvimento futuro da região de Conceição do
928 Mato Dentro com a empresa Anglo. Meu nome é Davidson Simões, eu presido a
929 Associação Comunitária de Preservação das Nascentes do Rio Santo Antônio e
930 sou morador da região rural de Conceição do Mato Dentro.” Irenice Fátima
931 Bicalho: “Bom dia a todos. Eu sou Irenice, mas todo mundo me conhece como
932 Nicinha. Sou produtora rural, sou presidente de uma associação de produtores
933 rurais lá em Conceição do Mato Dentro, secretária do Sindicato de Produtores
934 Rurais. A Anglo American significa muito não só para mim como para toda a
935 comunidade, porque eu venho acompanhando o trabalho dela desde o princípio.
936 Eu fiz um curso de empreendedorismo no programa Crescer, e isso me ajudou
937 demais. A nossa produção de queijo tem 80 anos, a gente vendia queijo para
938 fora. Tempo das águas, era R\$ 1,50, e tempo da seca, era R\$ 3,50. Depois que
939 a Anglo American instalou em Conceição, hoje o menor preço de queijo nosso –
940 estou falando de nós, produtores – é R\$ 15. Então, está capacitando o pessoal,

941 está dando a oportunidade às pessoas. O nosso produto era todo vendido para
942 fora. Hoje, toda a nossa produção é vendida dentro de Conceição do Mato
943 Dentro. Há um tempo atrás, ela colocou um número de produtores na van, levou
944 para a Canastra, para vermos como os produtores de lá vendem queijo a R\$ 50,
945 e que nós também podemos fazer isso. Hoje eu vendo queijo a R\$ 50 dentro de
946 Conceição do Mato Dentro e em outras feiras: no Expominas, na Cidade de
947 Administrativa. Ela abre as portas da mineradora para fazermos feira. São
948 vários grupos de artesãos que fazem feira dentro da mineradora. Ela abre
949 oportunidade de virmos vender os produtos aqui dentro do escritório da Anglo
950 American. Eu faço teatro, curso de teatro, canto no coral, e às vezes vou à noite
951 para a roça, e agora estou deparando com muitos animais, tatu, paca, lobo na
952 estrada. Antes não tinha isso. A fazendas que ela comprou próximo à minha
953 fazenda ela está reflorestando. São todas hoje reservas. E graças à Anglo nós
954 ainda temos água. E a água é questão de senso de cada um, é cada um saber
955 respeitar o dom da vida, que é a água. Então, todos os produtores estão sendo
956 beneficiados, estão vendendo queijo com preço bom. Agora nós estamos nesse
957 programa de certificação, a Anglo está investindo, está ajudando. Eu sou
958 catequista, preparei 40 adolescentes. A igreja Matriz estava caindo e, se não
959 fosse pela Anglo, já teria caído. Montou uma megaescola na nossa cidade.
960 Meus filhos estudavam em escola pública, e às vezes a escola ficava
961 interditada, eles tinham que parar de estudar. E meu sonho é que meus filhos
962 tivessem conhecimento e que estudassem. E hoje também eu vejo o povo de
963 Conceição retornando para sua família, retornando para sua casa. A Anglo veio
964 para fazer diferença, e se nós hoje impedirmos a Anglo Conceição do Mato
965 Dentro volta a ser a mesma mazela de sempre.” João Batista: “Bom dia a todos,
966 João Batista, morador de São Sebastião do Bom Sucesso, sou representante
967 do comitê de convivência, no qual nós temos feito 43 reuniões e levamos todos
968 os problemas que tem na comunidade e estamos tentando discutir com a
969 empresa. Uma boa vivencia, um bom relacionamento entre comunidade e
970 empresa. E quero dizer também que a Polos postou um documento falando mal
971 do comitê. Eu queria que eles nos respeitassem como nós os respeitamos.
972 Porque eles foram incentivar um conflito. Pelo contrário, nós não precisamos da
973 Polos, nós nos reunimos na comunidade e resolvemos todos os conflitos. Hoje
974 na comunidade em que eu convivo, em São Sebastião do Bom Sucesso, não
975 tem conflito entre Anglo e comunidade. Então, todos nós esperamos o Step 3.”
976 Katiana Damaso: “Bom dia a todos, meu nome é Katiana Damaso, sou
977 moradora da comunidade do Turco e hoje eu agradeço a Anglo por ter levado o
978 Senai para Conceição do Mato Dentro. Porque antes de a empresa chegar na
979 cidade não tinha escola técnica. Hoje eu trabalho dentro da empresa, com muito
980 orgulho, porque eu não tinha formação técnica, e hoje já posso crescer na
981 profissão por essa oportunidade que ela levou a Conceição do Mato Dentro.”
982 Marcilene Paiva: “Bom dia a todos, meu nome é Marcilene, sou moradora de
983 Conceição, com muito orgulho, uma terra que me recebeu de braços abertos.

984 Eu até me emociono, porque a minha família mora toda lá. Meus filhos
985 estudavam em escola pública e hoje têm uma oportunidade única de estudar em
986 uma escola boa, graças a Deus. Nós temos a agradecer a empresa porque
987 proporcionou isso na cidade. Sou empreendedora dentro da cidade, também
988 com o projeto nós tivemos essa ideia do empreendedorismo, da possibilidade,
989 dos nossos sonhos, que às vezes temos há anos trabalhando para outras
990 pessoas. Vamos montar o nosso negócio próprio mesmo, a gente é capaz, a
991 gente tem sonhos. Com o empreendimento, a cidade nos proporciona isso,
992 porque o empreendimento é grande, a cidade recebeu várias pessoas. Estou
993 aqui representando pais de família que estão defendendo seu emprego, que
994 precisam levar o sustento para suas famílias, manter suas famílias, defendendo
995 a população de Conceição, que eu acredito no crescimento. Acredito que possa
996 haver uma relação comunidade e empresa. Eu acho que tem que ter uma boa
997 relação e acredito no trabalho da empresa. Vejo o que a empresa tem
998 promovido na cidade, com relação a asfalto, que não tinha na cidade, com
999 relação à igreja Matriz. Eu trabalho em frente à igreja Matriz, que é uma coisa
1000 linda que está sendo restaurada com o apoio da Anglo American. Então, tudo
1001 isso. Tem muita coisa a ser feita? Tem, sabemos disso. A comunidade precisa
1002 andar junto com a empresa. A empresa vai ter desafios? Sim, mas eu acredito
1003 que todo mundo caminhando junto eu acredito em uma mineração sustentável,
1004 que possa viver bem todo mundo, a população juntamente com a Anglo
1005 American. Então, eu acredito muito no projeto, acredito que o projeto é
1006 sustentável, acredito nas pessoas que trabalham no projeto. A empresa
1007 realmente busca esse contato com a população o tempo todo, porque eu vejo,
1008 porque eu trabalho no comércio local. Estou defendendo também os
1009 comerciantes locais aqui, viu gente, que dependem também do projeto do
1010 empreendimento. Então, os comerciantes dependem disso, porque já tivemos
1011 uma queda nas vendas, muito significativa, porque já tivemos demissões devido
1012 aos parâmetros. Eu não entendo muito bem das liberações do projeto. Então,
1013 com essas liberações, acabou tendo algumas demissões. Isso é muito ruim
1014 porque a pessoa que vai embora tem que voltar para sua cidade. E o país em
1015 que estamos vivendo? Tem que voltar para sua cidade e vai voltar para sua
1016 cidade desempregada. Cadê o sustento da sua família que ele foi buscar? Não
1017 é fácil sair da sua cidade, largar sua casa, sua família e viver numa cidade em
1018 que você não conhece ninguém. Você vai para lá sem saber como você vai ser
1019 recebido na cidade. E, graças a Deus, eu amo Conceição, então, eu luto por
1020 Conceição, luto pela empresa e acredito que esse processo vai ser liberado
1021 aqui hoje, porque a nossa cidade, o crescimento de Conceição depende desse
1022 empreendimento. E eu acredito em uma mineração sustentável e acho que dá
1023 para a comunidade andar junto com a empresa, e a empresa tem que respeitar
1024 as leis. As leis estão aí para ser cumpridas, por isso há essa votação. Eu não
1025 entendo de lei, mas acredito que vai ser liberado. Mas tem pessoas aqui, vocês
1026 estão aqui julgando esse processo. Então, são pessoas competentes e pessoas

1027 que vão pensar no bem-estar da população. A população de Conceição precisa.
1028 Temos muitos jovens de Conceição que ingressaram no Senai. Com esses
1029 jovens ingressando no Senai, o que possibilitou? Esse Senai quem levou foi a
1030 Anglo American. Possibilitou sair das ruas, muitas vezes sair de drogas, ter uma
1031 oportunidade, não precisar sair da sua cidade, da terra que eles amam, porque
1032 é uma cidade – não sei se vocês conhecem – linda. Uma cidade em que às
1033 vezes você vai às cachoeiras, conversa com as pessoas, é mágico. Se vocês
1034 nunca foram a Tabuleiro, recentemente foi feita uma estrutura toda com apoio
1035 da Anglo American. Então, é mágico, chega àquele lugar, você tem certeza
1036 absoluta que Deus existe, porque, quando você chega, você paralisa. Eu já
1037 conversei com várias pessoas, e elas tiveram essa mesma reação. Se tiverem
1038 oportunidade, visitem Conceição, o turismo lá vale muito a pena. Muito
1039 obrigada.” Glausciane Gonçalves: “Bom dia, pode seguir.” Jovana Valadares:
1040 “Eu sou do Jovana Valadares, sou do distrito de Itapanhoacanga, que pertence
1041 a Alvorada de Minas. A Anglo American trouxe mudanças inegáveis para a
1042 localização, para as comunidades em geral, trouxe o Senai, fez com que a
1043 gente conseguíssemos algum estudo para conseguirmos empregos melhores.
1044 Hoje eu faço parte da empresa há cinco anos através desse curso
1045 disponibilizados por eles. E hoje qualquer um da comunidade pode conseguir
1046 estudar, não somente cursos profissionalizantes, como em uma das melhores
1047 escolas, conceituada, que é o Colegium.” Hoje a Anglo American trouxe
1048 projetos sociais para a comunidade, principalmente para Itapanhoacanga.
1049 Trouxe projetos sociais para crianças e jovens através de suas terceirizadas.
1050 Trouxe além de melhoria na economia, drástica, a melhoria supervisível por
1051 todos. E sem essa economia jamais conseguiríamos ter outros rendimentos. A
1052 Anglo American trouxe cursos de doces e salgados, empreendedorismo para
1053 todas as comunidades, todos os moradores. Imaginem, sem economia, jamais,
1054 não tem como imaginar se a Anglo American paralisar. Eu confio, sim, confio no
1055 time técnico, no corpo técnico todo da Anglo para manter a sua continuidade
1056 operacional, manter em Conceição e melhorar drasticamente, continuar
1057 melhorando todas as comunidades, como ela está hoje no projeto. Eu acredito
1058 hoje que a licença vai ser concedida, e a etapa 3, vamos prosseguir com ela.”
1059 Flaviana Matos Ribeiro. “Bom dia, meu nome é Flaviana, sou moradora de
1060 Conceição do Mato Dentro e queria aproveitar um pouco a fala do Neto. Nós
1061 temos a mesma idade, 40 anos, e só nos reuníamos, quando dava, no Jubileu.
1062 Então, de ano em ano, e olhe lá se desse certo. E hoje nos finais de semana
1063 nós podemos nos encontrar. Então, o que eu quero falar? É sobre a harmonia.
1064 Hoje as pessoas puderam retornar para suas casas, puderam retornar para a
1065 sua família. Meu sogro tem 84 anos e está supersatisfeito, superfeliz – meu
1066 sogro, minha sogra, todos – de o filho dele ter retornado para Conceição, porque
1067 antes teve que sair por causa de falta de empresa. Então, hoje eu vejo
1068 harmonia em Conceição, eu vejo desenvolvimento em Conceição. Eu tenho dois
1069 filhos – um de 9 anos e um de 5 anos – e hoje não tenho preocupação nenhuma

1070 em ter que sair para fora para levá-los para fazer uma consulta de rotina ou
1071 outra consulta. Não tenho preocupação nenhuma na compra de medicação, que
1072 antigamente era difícil, a gente tinha que encomendar essa medicação para
1073 poder chegar a Conceição, e hoje, não, tem todo tipo de medicação. Então, isso
1074 tudo é o desenvolvimento. E meu filho mais velho, de 9 anos, até brincou agora
1075 no início do ano, 'oh, mãe, o que eu vou fazer esse ano, por que tem tanta coisa
1076 para fazer?'. Tem escolinha de futebol, tem aula de judô, tem aula de natação,
1077 então, assim, é o desenvolvimento, e antes não tinha nada disso. Então, eu,
1078 como mãe, hoje, fico supertranquila de saber que, quando meus filhos
1079 completarem 18 anos, eles não vão precisar sair para fora para procurar
1080 emprego ou para estudar. Obrigada.” Tiago Oliveira: “Bom dia a todos os
1081 conselheiros e conterrâneos, nome é Tiago Oliveira, eu sou natural de
1082 Conceição do Mato Dentro, sempre morei em Conceição, e há mais ou menos
1083 uns 10, 12 anos eu sempre gostei de acompanhar esse processo de
1084 licenciamento, desde que a Anglo American foi para Conceição. Alguns colegas
1085 já falaram aqui para os senhores, conselheiros, sobre as benfeitorias que a
1086 empresa tem feito para a comunidade. E eu gostaria só de ressaltar aqui
1087 algumas delas. Através de parceria com o poder público municipal, Conceição
1088 do Mato Dentro tem um hospital que já teve fechada a sua porta várias vezes
1089 por falta de estrutura, e a empresa, dentro das suas limitações, tem feito
1090 constantes investimentos nesse Hospital Municipal. A Policlínica Municipal
1091 também foi toda equipada, escolas municipais, a questão do turismo, do
1092 patrimônio histórico. Então, são vários os setores onde a empresa vem atuando,
1093 ela vem contribuindo, vem colaborando. Sem falar na questão social. O pessoal
1094 já comentou aqui com os senhores sobre a escola técnica que a empresa levou
1095 para a cidade para fazer a formação da mão de obra local. Hoje, eu falo aqui em
1096 nome de mais de 400 jovens que, assim como eu, puderam buscar uma
1097 qualificação técnica para poder ingressar na empresa. São inegáveis as
1098 benfeitorias que a empresa tem feito não só para Conceição do Mato Dentro,
1099 mas para toda a região, as cidades de Serro, Alvorada de Minas, Dom Joaquim,
1100 Congonhas do Norte. Então, criou-se uma cadeia, uma interação entre a
1101 empresa e esses municípios e o poder público, e hoje não dá para pensar em
1102 Conceição do Mato Dentro sem mineração. Um outro fator, depois do dia 22 de
1103 dezembro, em que foi retirado de pauta o processo, começou em Conceição
1104 uma mobilização social gigantesca da população clamando pela colocação do
1105 processo novamente em pauta e pela votação. Então, não são só funcionários,
1106 não são só os pais de família, não são só as pessoas que estão diretamente
1107 ligadas ao empreendimento. A comunidade clama pela continuidade desse
1108 empreendimento. Nós conseguimos um abaixo-assinado com mais de 5.400
1109 assinaturas da população de toda a região, e foi protocolado nas prefeituras de
1110 Conceição, de Serro, de Dom Joaquim, de Alvorada de Minas, no Ministério
1111 Público Estadual, aqui na própria SEMAD, no gabinete do governador, e essas
1112 5.400 pessoas que se dispuseram em assinar esse abaixo-assinado, essa é a

1113 voz da população clamando pela continuidade do empreendimento. Conceição
1114 do Mato Dentro, se comparado há dez, 12 anos atrás, vive em um progresso
1115 contínuo, um progresso que não pode ser pausado, que não pode ser parado
1116 neste exato momento. Então, senhores, eu peço atenção de todos na questão
1117 da votação dessa licença. É um assunto muito complexo, é um assunto muito
1118 sério, mas existem mais de 25 mil pessoas, neste momento, algumas delas
1119 estão assistindo, estão acompanhando esta reunião, ao vivo, e todos estão
1120 atentos, todos estão com olhares para esta reunião, porque o futuro de
1121 Conceição do Mato Dentro está sendo decidido aqui neste momento. Muito
1122 obrigado a todos. Boa reunião.” Sandra Stemler: “Bom dia, senhores
1123 conselheiros, bom dia a todos. Meu nome é Sandra Stemler, estou aqui como
1124 moradora do Sapo e membro do comitê de convivência das comunidades do
1125 Sapo, Turco, Cabeceira do Turco e Beco. Diante de conflitos e manifestações,
1126 onde não encontramos apoio para que solucionássemos os nossos problemas,
1127 resolvemos juntar as forças e, em fevereiro de 2017, iniciamos o diálogo com a
1128 Anglo American. Após três reuniões entre as comunidades e a Anglo American,
1129 criamos o comitê de convivência. Os membros foram escolhidos pelas próprias
1130 comunidades presentes nas reuniões. O comitê foi criado para discutir ações
1131 para as comunidades e organizar um formato de diálogo entre as comunidades
1132 e a Anglo American. Depois de algumas reuniões, chegamos à conclusão de
1133 que a maioria dos moradores não desejavam conviver com os impactos. O
1134 diálogo entre a Anglo e as comunidades está sendo desenvolvido, incluindo
1135 todos, isso é, estamos discutindo ações de qualidade de vida para quem quer
1136 continuar vivendo nas comunidades e para o grupo que deseja sair. Temos o
1137 número de 43 reuniões realizadas, todas com atas. Não tínhamos reservatórios
1138 de água suficientes no Sapo, e nossa água não era tratada. Esse problema foi
1139 resolvido pela Anglo através do comitê. Outras conquistas que obtivemos
1140 através do comitê foi a reforma da UBS do Sapo, a melhoria dos acessos das
1141 vicinais, a implantação do atendimento médico no prédio da antiga escola do
1142 Beco, reinauguramos a tradicional Festa de Maria, e, através do recebimento de
1143 currículos pelo comitê, vários moradores de nossas comunidades hoje estão
1144 empregados nas empresas da Anglo e não precisaram largar o seio familiar,
1145 como antigamente faziam. Agora o comitê está intermediando para implantação
1146 de uma nova rede de distribuição de água para o Sapo. Nossa última reunião
1147 com as comunidades foi junto com o Ministério Público, onde foi sugerido pelo
1148 Ministério Público uma assessoria técnica independente para acompanhar o
1149 processo de negociação opcional das famílias. As comunidades, juntamente
1150 com o comitê, estão neste momento realizando o trabalho de busca e seleção
1151 dessa assessoria técnica para contratação. Em paralelo, o comitê continua com
1152 a definição de critérios para as negociações. O comitê tem representatividade e
1153 é legitimado pelas comunidades que representamos. Não temos estudo, mas
1154 somos capazes e temos algo muito sublime, que é a sabedoria e a experiência
1155 de vida. Todo trabalho do comitê é registrado através de atas disponíveis para

1156 todos, e o Ministério Público tem conhecimento de todo o processo. Todas as
1157 decisões tomadas pelo comitê vêm de demandas e informações buscadas nas
1158 comunidades, dialogadas com a Anglo, registradas em ata, que em seguida é
1159 lida pelo comitê para as comunidades. E no caso de concordância as atas são
1160 validadas pela comunidade. Trabalhamos com respeito, compromisso,
1161 seriedade e transparência, pois só nós conhecemos de perto a realidade de
1162 cada um. Não somos manipulados nem domesticados pela Anglo American. Só
1163 queremos uma relação tranquila entre cidadãos e ausência de problemas e
1164 violência. Queremos simplificar e não complicar. Obrigada.” André Costa
1165 Simões: “Primeiramente, bom dia a todos, bom dia ao pessoal da mesa. Meu
1166 nome é André Simões, minha família é da região do Turco. Eu vou fazer
1167 menção aqui ao pessoal do comitê, ao senhor Afrânio Simões, parabenizá-lo
1168 pelo discurso. A situação é a seguinte. A gente vê muita crítica referente à
1169 empresa, ‘a empresa isso, a empresa aquilo’. Mas é o seguinte: se não fossem
1170 as empresas, meus irmãos não teriam se formado, não teriam adquirido
1171 conhecimento, nós estaríamos arrancando mandioca até hoje e batendo
1172 enxada. E hoje, lá, praticamente, é mínimo isso. Atualmente eu estou em BH,
1173 eu faço curso de direito. Como morador, como filho do Turco, do Sapo, eu torço
1174 por esse empreendimento. Trouxe desenvolvimento, trouxe avanço para nós,
1175 moradores, filhos do lugar. E que essa etapa 3 possa ser aprovada. Nós não
1176 precisamos, vamos dizer assim, de ninguém pensando por nós. Não é porque
1177 estamos na rocha que nós... Muitas vezes, ‘ah, não, está na roça, vamos falar
1178 por eles aqui, vamos decidir o que a gente bem entender, e toca para eles’.
1179 Não, a gente tem voz também. Podemos não ter a leitura, o conhecimento de
1180 determinadas pessoas, mas não precisamos de ninguém decidindo nada por
1181 nós. A Anglo está aqui, a Anglo tem o meu telefone, eu creio que tem o telefone
1182 dos demais. Tem o Dr. Marcelo, que eu tive a oportunidade de conhecer lá,
1183 representante do Ministério Público, que está acompanhando. Então, eu acho
1184 que está bem equilibrado isso. A gente não precisa de ninguém, de nenhum
1185 estranho que nunca bateu enxada com a gente, que nunca bateu um pé de
1186 mandioca com a gente pensando pela gente. Eu acho que, quando você quer
1187 falar alguma coisa, você tem que ter conhecimento de causa. Fica estranho,
1188 você nunca me viu, você não me conhece, e você quer decidir como eu vou
1189 viver, como eu devo, como eu quero viver? Eu tenho autonomia do que eu faço
1190 da minha vida. É isso. Eu agradeço e torço, assim como os demais que estão
1191 lá, meus irmãos, que se qualificaram, que obtiveram um progresso de vida muito
1192 grande, através da Anglo e, claro, das terceirizadas que prestam serviço para
1193 ela. É isso, e torço para que isso dê certo. Muito obrigado. Um bom dia a todos.”
1194 Neuza Maria: “Bom dia a todos vocês que estão presentes, conselheiros da
1195 mesa e os demais conhecidos da localidade. Moro em São Sebastião do Bom
1196 Sucesso, faço parte do comitê de convivência com a Anglo American, que
1197 representa a comunidade do Turco e São Sebastião do Bom Sucesso. Fui
1198 nascida e criada na região de lá e conheço todos os moradores. E venho aqui

1199 fazer um apelo, simplesmente, porque estão falando que o comitê não
1200 representa a comunidade. Inclusive, já foi falado aos meus companheiros e
1201 moradores de localidades que representamos muito bem, sim, inclusive, todas
1202 as reuniões que são feitas são passadas para a comunidade, e todos
1203 reconhecem que somos capazes de representar todos eles lá. Então, é muito
1204 triste a gente ouvir e ler nos papéis e nos jornais falando sobre nós. Inclusive,
1205 tem muitos que falam sobre nós que nem são de lá, nem conhecem o nosso
1206 fundamento. E estamos também em andamento, com a Anglo American, opções
1207 de realocação, de negociação, e aguardamos que isso seja cumprido. E espero
1208 que eles reforcem as nossas palavras para todos ouvirem, que nós vamos ser
1209 reconhecidos como atingidos e estamos prestes à negociação. E reconheço que
1210 vocês aí também da mesa, nossos representantes, que também reconheçam
1211 isso por nós. Isso que esperamos de vocês. Muito obrigada.” Fabíola Carvalho:
1212 “Bom dia a todos. Meu nome é Fabíola, tenho 27 anos, sou moradora da cidade
1213 do Serro. Eu venho defender a Anglo e o projeto porque é um projeto que trouxe
1214 futuro e sustentabilidade para nossa região. Eu vou citar exemplos claros que
1215 aconteciam não só em Serro, mas em todos os municípios. Nós, jovens, não
1216 éramos capacitados, às vezes nos submetíamos a condições de trabalho de 12,
1217 14 horas durante sete, oito dias. Tinha vezes que não tínhamos folga, e, na
1218 maioria das vezes, os trabalhos não eram regulamentados, não tínhamos
1219 carteira assinada, trabalhávamos em condições precárias. Com a vinda da
1220 Anglo American para a região, vários jovens tiveram a oportunidade de se
1221 capacitar, fazer algum curso técnico no Senai. Muitos tiveram a oportunidade de
1222 regressar às suas origens, tiveram a oportunidade de voltar para as suas casas,
1223 voltar a conviver com suas famílias. Hoje, milhares de pais têm condições de
1224 deitarem e saberem de onde vão tirar o sustento dos seus filhos. Com isso,
1225 precisamos da continuidade desse projeto, precisamos pensar na condição em
1226 que país se encontra, milhares de desempregados. Se esse projeto parar?
1227 Como que nós, que estamos envolvidos direta e indiretamente, vamos ter
1228 condições de dar sustento a nossos filhos? Como que nós vamos conseguir
1229 deitar tranquilos e pensar o que vai ser o dia de amanhã? Vários e vários pais
1230 de família hoje estão nos assistindo e esperando que seja julgado com
1231 responsabilidade, pois a empresa é uma empresa séria, é uma empresa
1232 responsável, uma empresa que permite às mulheres condições de trabalho,
1233 condições de sustento, condições de independência. É uma empresa que busca
1234 na sociedade novas oportunidades. Ela traz capacitação, é uma empresa séria,
1235 uma empresa segura, uma empresa responsável. Muitas pessoas julgam sem
1236 saber o que realmente se passa na nossa região, mas a região era uma região
1237 sofrida, uma região –como muitas pessoas já falaram – que se submetia a
1238 condições de empregos praticamente escravos, e hoje estamos tendo
1239 oportunidade. E eu sou a favor do Step 3 e toda a comunidade da região, vários
1240 jovens, estão aguardando esse licenciamento para ter oportunidade de estudar,
1241 de criar seus filhos. Hoje, nós temos condições de saúde, condições de

1242 moradia, várias vias foram pavimentadas, vários hospitais que estavam inativos
1243 hoje estão se reestruturando. Então, hoje nós temos condições de vida. Eu
1244 tenho 27 anos e tenho um curso técnico e estou em busca de crescimento para
1245 criar meu filho, para meu filho ter uma profissão, coisa que antes não era
1246 garantida. Quem nasceu pobre seria ali empregado de um comércio e viveria
1247 aquilo ali o resto da sua vida, não tinha condições de fazer uma faculdade, não
1248 tinha condições de buscar desenvolvimento, não tinha condições de crescer.
1249 Hoje, nós estamos com possibilidade de crescimento sustentável, com
1250 responsabilidade e respeito. Por isso eu apoio o Step 3.” Deivson Antônio da
1251 Silva Coelho: “Bom dia a todos. Eu faço parte do comitê de convivência
1252 também, moro lá há mais ou menos dois anos, mas conheço a região há mais
1253 de dez anos. Moro na cabeceira do Turco. Quando eu fui lá pela primeira vez,
1254 não era pavimentado, não tinha nem acesso durante a chuva, porque carro não
1255 passava. E com o empreendimento mudou muito, trouxe emprego,
1256 pavimentação. E hoje eu entendo não por fazer parte do comitê de convivência
1257 que eu apoio o Step 3, mas eu apoio o Step 3 pela seguinte forma: hoje, a
1258 empresa move tudo em torno da cidade, gera emprego, gera condição para os
1259 mais pobres terem a oportunidade de se formar, como já foi falado aqui. E eu
1260 apoio muito o Step 3. Espero que vocês pensem bem na hora de julgar porque
1261 são muitas vidas que ali estão mudando com a vinda do Step 3. Podem ser
1262 meus filhos, minha família, isso vai mudar a vida de muitas pessoas, pela
1263 oportunidade que eles vão ter e que muitos hoje, mais antigos, não tiveram no
1264 passado. Obrigado.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “O próximo inscrito,
1265 só para registro, seria o Sr. Felipe Starling, mas, como ele fez uso da palavra no
1266 item anterior, eu passo para o próximo inscrito: Mariana Rosa.” Mariana Rosa:
1267 “Bom dia, eu gostaria de pedir a gentileza da mesa avaliar a possibilidade de um
1268 minuto adicional por conta de um vídeo que eu gostaria de passar.” Presidente
1269 Renato Teixeira Brandão: “Eu vou colocar para os conselheiros. Nós temos uma
1270 série grande de inscritos, e eu queria, para que conseguíssemos fazer a
1271 discussão dos itens técnicos – ainda temos que ouvir a equipe técnica que
1272 avaliou o processo –, pedir para deliberarmos aqui. A concessão de um minuto
1273 a mais é prerrogativa do presidente. Eu estou até declinando dessa
1274 prerrogativa. E votarmos aqui que não vamos abrir exceção para a questão dos
1275 cinco minutos. Podemos fazer uma votação nesse sentido? Eu queria ouvir os
1276 conselheiros se chegamos a um consenso. Tem um número muito grande de
1277 inscritos. Então, eu queria colocar para os conselheiros, para votarmos essa
1278 questão. Podemos votar? Pergunto: aqueles conselheiros que estão de acordo
1279 com a manutenção dos 5 minutos para todas as manifestações, sem a
1280 possibilidade de abertura de prazo adicional, se mantenham como estão.”
1281 Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “O Fonasc discorda de que
1282 se vote uma alteração no Regimento que vai violar o direito de qualquer um que
1283 teria essa possibilidade.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Eu acho que a
1284 conselheira entendeu errado. A prerrogativa de dar mais um minuto é do

1285 presidente, e a prerrogativa de serem pedidos cinco minutos tem que ser
1286 avaliada pelos conselheiros. Eu estou fazendo uma consulta prévia aos
1287 conselheiros e um acordo junto aos conselheiros de podermos não dar esses 5
1288 minutos. Então, não estou ferindo o Regimento. Desculpa, conselheira, não há
1289 ferimento com relação à questão do Regimento nessa colocação. Eu já estou
1290 fazendo, antecipadamente, uma deliberação junto aos conselheiros que tem
1291 previsão no Regimento.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo:
1292 “Maria Teresa, Fonasc, vota contrário. Como eu tenho que justificar o voto, eu
1293 estou justificando que o Fonasc entende que o princípio da participação ampla
1294 de permitir deveria, em toda a votação que houvesse, como conselheira, eu
1295 votaria a favor de mais 5 minutos, independente de quem fosse. Por isso a
1296 razão do nosso voto contrário.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Ok,
1297 obrigado, conselheira. Mais algum conselheiro? Então, temos aprovada essa
1298 deliberação, que não vai ser dado. E aí eu já coloco a deliberação do
1299 presidente: nós não vamos estender um minuto do presidente. E os
1300 conselheiros decidiram agora, conforme o Regimento, que também não vão ser
1301 estendidos os cinco minutos. Então, eu peço que faça a apresentação do vídeo
1302 dentro dos 5 minutos. Nós vamos encerrar o vídeo com cinco minutos. Ok?” ***
1303 Apresentação de vídeo institucional sobre o empreendimento. Daniel Malaguti:
1304 “Bom dia, senhores conselheiros. Eu sou do jurídico do empreendedor e vou
1305 passar a minha palavra, vou abrir mão da palavra.” Erikson Gandra da Costa:
1306 “Bom dia, senhores conselheiros, meu nome é Erikson Gandra da Costa, resido
1307 na cidade de Conceição do Mato Dentro, trabalho como instrutor de formação
1308 profissional na unidade do Senai de Conceição do Mato Dentro. No meu
1309 trabalho, eu tenho a oportunidade de conviver com várias gerações diferentes,
1310 desde os jovens, adultos, até pessoas que são pais de família, mães de família,
1311 trabalhadores ou não da Anglo American. E nos debates que levantam dentro
1312 da sala sobre, principalmente, a implantação da etapa 3, o único relato que eu
1313 encontro de todos os meus alunos, em 100% deles, é que Conceição do Mato
1314 Dentro, desde a implantação do projeto Minas-Rio, teve um crescimento
1315 socioeconômico gigante, a geração de empregos a pessoas que eram
1316 obrigadas a sair de suas casas, das suas regiões, das suas famílias e procurar
1317 oportunidades de emprego em outras regiões, em outros Estados, em outras
1318 cidades, isso praticamente acabou. Toda família em Conceição do Mato Dentro
1319 é beneficiada direta ou indiretamente pelo projeto Minas-Rio. Seja pela parte de
1320 estrutura da cidade que foi montada, parte de saúde pública e de educação. A
1321 unidade do Senai na qual eu trabalho oferece cursos de qualificação,
1322 aprendizagem, cursos técnicos promovidos pela empresa. Então, a geração de
1323 emprego que será colocada com a implantação da etapa 3 vai dar continuidade
1324 ao crescimento da região para que esse crescimento não pare, para que mais
1325 empregos e mais jovens possam ter a oportunidade de colocação no mercado
1326 de trabalho. Aqueles que foram demitidos por causa do momento complicado
1327 que passamos na mineração poderão ser readmitidos e poderão novamente ter

1328 uma fonte de renda fixa. Então, não apenas eu, mas todos aqueles que
1329 trabalham no Senai somos 100% a favor da etapa 3 do projeto Minas-Rio. Muito
1330 obrigado.” Luana Kelly: “Bom dia, meu nome é Luana, sou moradora da
1331 comunidade de Itapanhoacanga e eu apoio o Step 3 porque, com a chegada da
1332 Anglo American à nossa região, trouxe com ela também várias oportunidades
1333 de emprego, o desenvolvimento sustentável que satisfaz as necessidades da
1334 população, cursos técnicos tanto para o mercado de trabalho quanto para o
1335 empreendedorismo do programa Crescer. Por isso eu apoio o Step 3.
1336 Obrigada.” Sebastião Alves de Oliveira: “Bom dia a todos, meu nome é
1337 Sebastião Alves de Oliveira, sou representante do trabalhador da indústria de
1338 minério de ferro de Belo Horizonte e região. Eu acho que as falas de todo
1339 mundo aqui já contemplaram, eu acho que o maior impacto ambiental que um
1340 projeto desse pode causar não chega a 1% do que está acontecendo no país.
1341 Nosso impacto ambiental hoje no país é de 21 milhões de desempregados.
1342 Então, nós temos um projeto que hoje começa a amenizar o nosso sofrimento
1343 como trabalhador, porque são 4.000 empregos diretos e indiretos. Dizendo três
1344 pessoas protegidas por cada trabalhador daria uma comunidade de 20 mil
1345 pessoas. A burocracia interessa a uma parte muito pequena da sociedade. A
1346 burocracia, quando é usada para uma maldade, é uma coisa muito triste,
1347 porque as pessoas viverem em um país igual estão vivendo no Brasil hoje,
1348 neste momento de desleixo, abandono, corrupção, político preso, tudo, e a
1349 gente vê que tem 21 milhões de desempregados e achar que um projeto que vai
1350 causar um impacto ao ego de algumas pessoas. Eu acho que todos os
1351 empresários da região de Conceição de Mato Dentro, os moradores têm que se
1352 unir para banir esse tipo de gente da comunidade de vocês. Esse tipo de gente
1353 não faz bem para ninguém. O que nós precisamos é de ter água, de ter árvore,
1354 de ter natureza e ter emprego, mas o bem maior que tem do meio ambiente é o
1355 ser humano. Eu não vou tomar o meu tempo e fazer um discurso porque,
1356 simplesmente, algumas pessoas muito técnicas e outras muito simples já
1357 vieram aqui e disseram tudo o que a gente podia falar. Agradeço, confio no
1358 COPAM, o COPAM é um órgão sério. Conheço pessoas que estão no COPAM,
1359 sei que vocês são sérios e vão cuidar das coisas como têm que cuidar. Nós
1360 temos que cuidar da sociedade brasileira, não é de ego de algumas pessoas. E
1361 fico muito triste quando as pessoas tratam um empreendimento desse como se
1362 fosse um grupo de bandidos que estivessem invadindo uma cidade para destruir
1363 a cidade. Muito obrigado por tudo.” Felipe Benício Pedro: “Bom dia,
1364 conselheiros e conselheiras. Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Felipe
1365 Benício Pedro, há 15 anos diretor do sindicato de Metabase, de Saúde,
1366 Segurança e Ambiente. O sindicato da Metabase tem 70 anos em defesa dos
1367 trabalhadores mineiros, trabalhadores que trabalham na extração mineral, e o
1368 sindicato é pela manutenção dos empregos. Até porque, se não tiver ninguém
1369 empregado, não tem sindicato. Então, nós sempre vamos pela manutenção dos
1370 empregos, nós defenderemos a empregabilidade. Claro que nós sabemos do

1371 impacto causado pela mineração, sabemos que é um impacto de grau 4,
1372 sabemos que tudo isso pode ser resolvido de alguma maneira, mas nós
1373 defendemos a empregabilidade, defendemos os trabalhadores, não só da Vale
1374 do Rio Doce, mas de 40 empresas, já que o nosso sindicato é presente em 40
1375 cidades, Conceição, Serro e outras cidades. Então, estou aqui defendendo a
1376 empregabilidade desse processo que vai acontecer. O sindicato defende e
1377 prima pela empregabilidade. Bom dia. Só uma questão. Falando da questão do
1378 abaixo-assinado, aqui está, foi protocolado no sindicato Metabase um abaixo-
1379 assinado com mais de 5.000 pessoas pedindo a manutenção da empresa.”
1380 Gilcimar Oliveira: “Bom dia, senhores conselheiros, Gilcimar Oliveira, gerente de
1381 Meio ambiente do sistema Minas-Rio. Dr. Renato, eu só queria colocar à
1382 disposição a equipe técnica da Anglo American, bem como os consultores que
1383 participaram da elaboração dos estudos técnicos que subsidiam a composição
1384 do EIA dessa etapa. Qualquer dúvida específica, nós estamos à disposição para
1385 os esclarecimentos.” Thalles Ulhoa: “Bom dia, senhores conselheiros. Thalles
1386 Ulhoa, Anglo American, eu sou coordenador de Recursos Hídricos e
1387 Monitoramentos Ambientais. Como o Gilcimar colocou, a equipe técnica está à
1388 disposição e fica novamente à disposição para qualquer esclarecimento.” Felipe
1389 Rezende: “Bom dia à mesa, conselheiros. Felipe Rezende, engenheiro da Anglo
1390 American, e fico à disposição dos senhores para qualquer esclarecimento.”
1391 Christiano Brandão: “Bom dia a todos. Christiano Brandão, Anglo American.
1392 Presidente, senhores conselheiros, a minha fala aqui também seria no sentido
1393 de trazer algumas informações adicionais em relação ao comitê de convivência,
1394 do qual também faço parte, mas eu acho que não poderia fazer melhor do que
1395 as pessoas que aqui me antecederam. Então, eu vou fazer apenas um
1396 comentário adicional, que todo esse trabalho que vem sendo construído nessas
1397 comunidades considera, integralmente, os princípios do Banco Mundial, o IFC e
1398 a necessidade de preservação dos direitos humanos fundamentais das
1399 comunidades. Obrigado.” Sarah Correa: “Bom dia a todos, sou responsável pelo
1400 tema direitos humanos na Anglo American e fico aqui à disposição também para
1401 qualquer esclarecimento.” Thomaz Lage: “Bom dia a todos os senhores
1402 conselheiros, público em geral. Eu sou Thomaz, coordenador técnico dos
1403 estudos ambientais da etapa 3 e estou aqui à disposição de vocês também para
1404 qualquer esclarecimento.” Mariza Lacerda: “Bom dia a todos os presentes, meu
1405 nome é Mariza Lacerda, eu sou socióloga e faço parte da equipe que coordenou
1406 e executou o EIA na parte de socioeconomia e me coloco à disposição para
1407 esclarecimentos para a mesa.” Wellington Pedro Silva: “Bom dia a todos, bom
1408 dia aos conselheiros, bom dia às autoridades, bom dia aos nossos conterrâneos
1409 de Conceição do Mato Dentro. Meu nome é Wellington Pedro, venho aqui para
1410 representar a Constrular CMD e também falar do progresso de Conceição do
1411 Mato Dentro, benefícios como a chegada da faculdade Unicesumar, parceria da
1412 prefeitura municipal com a Anglo American, de trazer uma faculdade federal. Eu
1413 venho aqui para representar a Constrular CMD e também falar dos benefícios

1414 da Anglo American, da chegada do projeto Minas-Rio a Conceição do Mato
1415 Dentro, que trouxe benefícios como a faculdade Unicesumar, parceria da
1416 prefeitura municipal com a Anglo American. E hoje nós temos também uma
1417 faculdade federal em Conceição do Mato Dentro, dentre todos os benefícios.
1418 Como o Senai, que vem qualificando pessoas de Conceição não só para
1419 trabalhar, também para se tornar microempreendedor. É muito importante para
1420 Conceição do Mato Dentro. Eu apoio o Step 3. Conceição só tem a ganhar.
1421 Obrigado.” Tiago Alves: “Senhor presidente, senhores conselheiros, sou Tiago
1422 Alves, do desenvolvimento sustentável da Anglo American, eu sou responsável
1423 pelo tema patrimônio cultural e me coloco à disposição dos senhores para
1424 qualquer esclarecimento. Muito obrigado.” Gustavo Soares: “Bom dia, senhores
1425 conselheiros, bom dia, presidente, meu nome é Gustavo Soares, sou biólogo da
1426 Carste Ciência e Meio ambiente, a equipe de consultoria responsável pelos
1427 estudos espeleológicos. Eu declino da fala, mas coloco à disposição todo o
1428 corpo técnico da Carste para esclarecimentos. Obrigado.” Fabiana Vita:
1429 “Fabiana Vita, jurídico do empreendedor, e me coloco à disposição dos
1430 senhores conselheiros caso tenham alguma dúvida jurídica a respeito do
1431 processo de licenciamento. Obrigada.” Angelo dos Santos: “Boa tarde, senhor
1432 presidente, senhoras e senhores conselheiros, meu nome é Angelo, sou
1433 consultor jurídico. É um prazer estar de volta a esta casa, fazia um tempo que
1434 eu não vinha. Pelos debates que já pudemos escutar, pelas manifestações,
1435 percebemos que o processo, evidentemente, com a experiência dos senhores
1436 conselheiros, que não me desmentem, é um processo complexo, evidente, do
1437 tamanho e do porte do sistema Minas-Rio. Mas, dentro dessa complexidade,
1438 não podemos também deixar de perceber que está amparado em um
1439 licenciamento ambiental absolutamente robusto, senhor presidente, um
1440 licenciamento ambiental que resulta de um esforço extraordinário da empresa
1441 de produzir documentos técnicos, de contratar os melhores consultores para
1442 produzir os documentos técnicos que subsidiaram a análise dos órgãos
1443 competentes. E os diversos órgãos competentes também dispenderam também
1444 enorme esforço nessa análise. Disso resulta, senhor presidente, senhores
1445 conselheiros, me parece que fora de questão, que o empreendimento se
1446 desenvolve, vem se desenvolvendo e agora pretende continuar se
1447 desenvolvendo dentro dos parâmetros de legalidade. E é bem fácil de perceber,
1448 senhor presidente, que a empresa, em nome da transparência, do diálogo,
1449 assumiu compromissos que vão, inclusive, além daqueles que, no seu
1450 entendimento, seriam suas responsabilidades legais. Mas isso a empresa faz
1451 porque ela também tem clara a sua postura de compromisso com a qualidade
1452 ambiental. Senhores conselheiros, nós já ouvimos aqui diversas manifestações
1453 contando impactos positivos do projeto. Certamente, outros virão e vão
1454 manifestar-se lembrando de alguns impactos que são negativos. Isso é natural
1455 de um projeto desse escopo, impactos positivos, impactos negativos. O que me
1456 vem à cabeça é que o indeferimento da licença certamente impedirá que esses

1457 impactos positivos se produzam. Pode até evitar que alguns dos impactos
1458 negativos venham acontecer, mas os impactos positivos, que já foram bem
1459 lembrados aqui por vários manifestantes, certamente não se produzirão. Deferir
1460 a licença, conforme o Parecer Único recomenda, amparado em um robusto
1461 processo de licenciamento, que tem se desenvolvido há três anos, com análises
1462 técnicas das mais variadas e aprofundadas, permite que a empresa siga o seu
1463 caminho de trazer aquilo que a manifestação anterior já lembrou, aquilo que
1464 seria a mineração sustentável, aquela que se desenvolve dentro do paradigma
1465 do desenvolvimento sustentável, dentro de seus três pilares, que hoje são
1466 internacionalmente reconhecidos: o desenvolvimento sustentável, o pilar
1467 econômico, o pilar social e o pilar ambiental. Portanto, senhores conselheiros,
1468 eu acho que a minha manifestação é muito mais no sentido de defender que
1469 esta Câmara prestigie o trabalho de licenciamento ambiental que foi
1470 desenvolvido, prestigie a análise dessa equipe técnica extremamente
1471 renomada, competente, prestigie o trabalho da SEMAD, que é uma Secretaria
1472 de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável nacionalmente
1473 reconhecida e que opina pelo deferimento da Licença Prévia e Licença de
1474 Instalação. É isso, muito obrigado, senhores conselheiros.” Mariana Melo: “Eu
1475 vou passar a minha palavra.” Ana Maria Silva Ribeiro: “Bom dia. Sou Ana Maria
1476 Ribeiro, professora do ensino fundamental aposentada. Nasci no Aglomerado
1477 da Serra, e meu sonho era aposentar e ir para Conceição ficar com meus pais.
1478 E isso eu fiz, há dois anos estou lá. Sou filha de trabalhadores rurais que
1479 trabalharam arduamente, trabalharam na terra para comer o pão de cada dia.
1480 Sou filha de Tunica e Zé Joaquim, neta de Mário Rodrigues e de Ana. Eles
1481 compraram terras, pois sempre foi dito ‘quem compra terra não erra’. Desde o
1482 descobrimento do Brasil, escravos e índios foram usados nas minas. Hoje, a
1483 história mudou. Milhares são os empregados assalariados das mineradoras.
1484 Estragos são visíveis, mas a qualidade de vida melhorou, e melhorou muito. Se
1485 faz necessário continuar o trabalho da Anglo American. Chega de desemprego
1486 no nosso país. Se sentimos que ela não causa perigo a nossas vidas, por que
1487 sair de lá? Continuemos na nossa terra, com a nossa gente, pois amamos
1488 nosso chão. A economia do país precisa crescer com segurança. Para medida
1489 de segurança, quem está próximo precisa sair. Lembremos que até uma
1490 reforma de casa nos causa transtornos, mas no final tudo dá certo. Tenho
1491 consciência de que a água em Conceição, como em muitos lugares no Brasil,
1492 precisa de cuidados e que nós temos direito à moradia. Mas eu concordo com o
1493 avanço da mineração e peço que cuidem da água. Precisamos, sim, de homens
1494 para trabalhar na terra. Eu trabalhei 30 anos dando aula, hoje eu quero fazer
1495 uma lavoura de café, hoje eu quero colher uma mandioca, sim. Já bati pasto, já
1496 capinei com meu pai e acho isso bom, gosto. É gosto. Eu sou pedagoga, mas
1497 eu gosto de ficar com enxada. Foram 30 anos, tem alunos meus formados na
1498 faculdade, e já fui convidada para teses deles. Então, eu fiz muito pela
1499 educação e aprendi muito, mas eu quero mexer com a terra, eu acho

1500 importante, eu gosto, então, não pretendo sair do Beco. Eu moro no Beco, não
1501 pretendo vender minha terra para a Anglo American, mas conto com o apoio
1502 deles e confio neles. Confio mais em Deus, é lógico, e peço a Deus que não
1503 aconteça o acidente que aconteceu em Mariana. Mas isso, vocês que são
1504 responsáveis têm que cobrar da Anglo American, têm que estar lá presentes, e
1505 a Anglo American também tem que se comprometer conosco. Nós estamos
1506 confiando em vocês, então, vocês não podem nos decepcionar. Acidentes
1507 acontecem, mas a gente tem que cuidar. Quando a minha irmã era pequena,
1508 ela queimou lá no Beco, na casa do meu avô, porque eu, com meus 7 anos de
1509 idade, peguei uma lamparina e pus perto do colchão no chão, que a gente
1510 dormia em colchão de palha. Eu não sabia que aquilo ia queimar a minha irmã.
1511 Como ela estava chorando, eu pus a lamparina perto dela. 'Ela vai ficar feliz'. E
1512 ela parou de chorar. E ela continuou chorando. E eu disse 'mãe, a Andreia está
1513 chorando'. Quando a minha mãe entrou, o quarto estava todo queimado. Então,
1514 a gente usava lamparina, não tinha nada direito. Hoje, quando eu quero uma
1515 pessoa para trabalhar comigo, é difícil encontrar. Até que ultimamente eu
1516 encontrei porque, como parou, tem gente desempregada. Mas tem período lá
1517 que não tem ninguém desempregado. Os moradores hoje têm carro, moto,
1518 comida de cada dia. 'Ah, mas na roça não falta comida'. Não falta, não, banana,
1519 laranja, mexerica, perdem-se as coisas lá. Mas o conforto maior, gente, não
1520 vem com o salário mínimo. O trabalhador lá ganha R\$ 50 por dia. Isso é pouco.
1521 É muito para mim que estou pagando, porque eu sou professora, mas para
1522 quem está recebendo, gente, é pouco. Então, a Anglo American vem ajudar as
1523 pessoas. Então, eu confio neles e acho que devem continuar. E algumas
1524 pessoas querem sair porque estão perto, outras, infelizmente, querem sair
1525 porque acham que vão ficar milionárias. Bobagem, gente. Continuemos na
1526 nossa terra, amemos a nossa terra, porque é importante para nós. Muito
1527 obrigada." Carolina Pacífico: "Eu passo a minha palavra." Cristiano Pereira dos
1528 Santos: "Bom dia, eu passo minha palavra." Josiane Ribeiro da Silva Ferreira:
1529 "Bom dia a todos, eu sou Josiane Ribeiro da Silva, sou moradora do Beco,
1530 distrito de São Sebastião do Bom Sucesso. Falar da Anglo, como se diz, nos
1531 trouxe conhecimento e benefícios, mas, como se diz, ela trouxe a capacitação
1532 também. Então, ela capacitou muita gente, tem a maioria trabalhando, muitos
1533 ainda não, porque precisam dessa liberação. Então, contamos com isso, que,
1534 apesar de ser capacitado, não adianta você ter o seu diploma debaixo do
1535 travesseiro, debaixo do braço, sem oportunidade de usufruir. Então, contamos
1536 com a colaboração de vocês para essa etapa 3 prosseguir. Muito obrigada."
1537 Filipe Generoso Brandão Murta Gaeta: "Bom dia a todos, meu nome é Filipe
1538 Generoso Gaeta, sou secretário de Meio Ambiente e Gestão Urbana do
1539 município de Conceição do Mato Dentro. Primeiramente, eu queria citar a
1540 argumentação feita pelo conselheiro do Ibama. Não é isso? Eu não entendi
1541 direito quando o senhor citou a autorização concedida pelo município de
1542 Conceição do Mato Dentro para interferência do Step 3 na zona de

1543 amortecimento da Serra da Ferrugem, mas, já que isso foi citado, eu gostaria de
1544 esclarecer o procedimento que foi tomado para essa autorização. Assim como
1545 este Conselho aqui está funcionando, nós também temos um conselho
1546 municipal, esse conselho é deliberativo para as questões referentes aos
1547 impactos de empreendimentos que ocorrem na zona de amortecimento. E aí
1548 nós fizemos todo o procedimento legal que é determinado, desde o envio do
1549 projeto de lei e aprovação pela Câmara Municipal, nomeação dos membros,
1550 abertura de edital para a sociedade civil participar. Também temos um
1551 regimento interno vigente, que foi votado. E nesse processo também houve
1552 pedidos de vista e diligências, e respeitamos todos esses pedidos. Demos
1553 publicidade ao processo, tanto no site da prefeitura quanto no Instagram
1554 também da Prefeitura. Por unanimidade dos membros, com a presença de
1555 todos os membros. Esse processo veio acompanhado de uma proposta de
1556 condicionantes pelo município. Foi acordado e foi consensado, inclusive nessa
1557 reunião com Anglo American, que concordou com essas condicionantes. E
1558 aproveito também para citar um outro processo que foi feito com Alvorada de
1559 Minas. Eu acompanhei alguns processos anteriores. Para evitar que
1560 chegássemos aqui e alegássemos coisas com que não tínhamos concordância
1561 em relação ao processo aqui aos '48 do segundo tempo', eu acho que esse aqui
1562 não é o momento para já chegar com essas reivindicações. Nós fizemos isso,
1563 formalmente, para todos os órgãos aqui, principalmente para a Supram. O corpo
1564 técnico está ali para confirmar isso. E aí nós propusemos para a Anglo
1565 American, para evitar esse processo, consensar algumas condicionantes para
1566 o empreendimento. Fizemos isso em conjunto e enviamos aqui. Esse processo
1567 também foi extenso, contou com a participação de todos os membros da
1568 prefeitura, e cada secretário propôs aquilo que achava que nesse processo
1569 seria pertinente e poderia ser proposto como condicionante. Foi uma inversão
1570 de processo. Quem propõe condicionantes são vocês aqui. Na verdade, o
1571 parecer técnico da Supram é votado por vocês. Mas nós propusemos uma
1572 alteração desse processo porque, como nós vivenciamos o projeto dentro da
1573 nossa casa, achamos que seria pertinente fazer esse acordo que consideramos
1574 que é necessário para o nosso município. Então, eu gostaria de solicitar aos
1575 conselheiros que tanto essas condicionantes propostas para autorização do
1576 empreendimento na zona de amortecimento da Serra da Ferrugem quanto as
1577 condicionantes propostas para o Step 3, propostas e acordadas entre o
1578 município e a Anglo, se tornassem condicionantes desse processo. A
1579 condicionante seria – o que eu peço aqui – o cumprimento integral desses
1580 termos de acordo. Tanto o cumprimento integral das condicionantes propostas
1581 na zona da Ferrugem, para o monumento, quanto as condicionantes propostas
1582 para o Step 3. Então, fica esse pedido para ser deliberado, no momento
1583 oportuno, pelos senhores conselheiros. E gostaria que o senhor esclarecesse
1584 porque, na verdade, eu não consegui escutar qual foi a sua colocação.
1585 Obrigado a todos.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Marcelo, a gente

1586 geralmente não faz isso, mas eu acho que eu mesmo posso fazer o
1587 esclarecimento. O Marcelo pediu, na verdade, que outra anuência fosse citada
1588 em uma condicionante específica, ele não questionou, em momento nenhum, a
1589 condicionante que está no processo. Então, só esse esclarecimento. Não é
1590 isso, Marcelo? Ok. O que foi comunicado aqui já está previsto nas
1591 condicionantes, como o Marcelo trouxe.” José Fernando Aparecido de Oliveira:
1592 “Bom dia a todos os conselheiros e conselheiras. Eu gostaria de cumprimentar o
1593 Ministério Público, na pessoa do diligente e competente promotor de Justiça da
1594 nossa comarca, Dr. Marcelo. Eu gostaria de aproveitar a minha fala, a
1595 oportunidade, para ressaltar que assumi o governo municipal de Conceição do
1596 Mato Dentro com o firme propósito de fazer com que a mineração possa ser, ao
1597 final de seu ciclo produtivo, lembrada como uma atividade que alçou a nossa
1598 cidade a uma condição de sustentabilidade sob o ponto de vista social,
1599 econômico e ambiental. Gostaria de expressar ainda a minha percepção, como
1600 prefeito do município de Conceição do Mato Dentro, de que, desde a
1601 implantação do projeto Minas-Rio, a empresa Anglo American tem propiciado
1602 inúmeros benefícios para Conceição do Mato Dentro. É importante ter em conta
1603 a relevância da mineração como atividade que gera emprego, renda, aumenta
1604 arrecadação municipal por meio de tributos, como a Cefem, e,
1605 conseqüentemente, induz a melhoria dos serviços públicos. Não obstante tal
1606 relevância, temos que ter a ciência também de que dos impactos ambientais
1607 inerentes à atividade, previstos nos estudos contemplados no processo de
1608 licenciamento e que são monitorados pela prefeitura e fiscalizados pelos órgãos
1609 responsáveis em nível estadual e federal, e buscando aprimorar cada vez mais
1610 as ações da prefeitura no processo estabelecemos um diálogo permanente com
1611 a empresa a fim de identificar iniciativas que a empresa possa financiar,
1612 gerenciadas pelo município e que tenham o condão de perenizar os benefícios
1613 propiciados pela mineração, como por exemplo os investimentos já realizados
1614 em infraestrutura urbana, patrimônio histórico, turístico, aquisição de mais de 10
1615 mil hectares de áreas florestais para preservação. Portanto, eu quero dizer que
1616 a mineração é uma realidade na nossa cidade, faz parte das nossas vidas, e
1617 cabe agora a todos nós fazer com que os benefícios sejam os maiores
1618 possíveis para todos os conceicionenses. A prefeitura e eu, particularmente,
1619 apoiamos a etapa 3 dentro de um processo transparente, sustentável e que
1620 traga benefícios a todos os conceicionenses e a todos da nossa região. Eu
1621 quero aqui também manifestar o apoio do prefeito Adilson, de Dom Joaquim,
1622 pelo empreendimento, pela etapa Step 3, e também do prefeito de Alvorada de
1623 Minas, que me pediu para manifestar também o seu apoio ao licenciamento da
1624 etapa 3. Eu quero aqui deixar aos conselheiros as mais de 5.000 assinaturas
1625 que foram entregues à prefeitura municipal pedindo, manifestando apoio à
1626 licença do Step 3. Que fosse entregue, então, aos conselheiros. Muito
1627 obrigado.” André César Pinheiro: “Bom dia a todos, sou engenheiro florestal e,
1628 atualmente, aluno de doutorado na área de recuperação de áreas degradadas,

1629 pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, e gostaria de
1630 ressaltar aqui nesta ocasião a importância da parceria através do convênio
1631 celebrado entre a Anglo e a UFVJM. Dizer que essa parceria permitiu, ao longo
1632 dos últimos anos, tanto para mim quanto para outros colegas, a realização de
1633 diversos trabalhos científicos, dentre eles o meu trabalho de conclusão de
1634 curso, minha dissertação de mestrado e agora o doutorado. Gostaria de
1635 ressaltar ainda, considerando a atual condição em que se encontra o país, com
1636 diversos cortes na educação, enfim, que parcerias como essas são
1637 imprescindíveis para o desenvolvimento da ciência, da pesquisa e da educação,
1638 não só na região, como em todo o país. Portanto, eu espero que seja aprovada
1639 a etapa 3 para que possamos dar continuidade aos nossos trabalhos, nossos
1640 estudos científicos e com isso contribuir para o desenvolvimento do país. Outra
1641 coisa, lembrando que esses estudos não são de caráter sigiloso, ou seja, essas
1642 informações estão à disposição de todos para serem usadas da melhor forma
1643 possível. Obrigado.” Lídia Silva: “Lídia Silva, moradora de Conceição de Mato
1644 Dentro. Bom dia a todos. Assim como foi mencionado pelos meus colegas e
1645 pela minha população de Conceição do Mato Dentro, hoje o que a gente vive na
1646 cidade é muito diferente de dez anos atrás. Eu vou mencionar dez anos atrás
1647 porque desde 2007 que a gente vive a expectativa desse empreendimento.
1648 Então, as oportunidades são grandes. Hoje, quem não tem oportunidade de
1649 fazer faculdade, de sair da cidade tem oportunidade de ficar na cidade dela, de
1650 ficar perto da família e fazer um curso técnico. Hoje, nós temos capacitação de
1651 mão de obra local e oportunidade de emprego dentro da nossa cidade. Então, a
1652 evolução que tivemos nos últimos anos com a chegada do empreendimento foi
1653 enorme, e a expectativa está muito grande, principalmente da população que
1654 hoje está lá. Está todo mundo vendo isso aqui, e nós torcemos muito para que a
1655 deliberação seja favorável, para que Conceição continue o progresso, a
1656 evolução. Nós sabemos que a Anglo American é uma empresa séria, ela
1657 cumpre as regras, cumpre os procedimentos, juntamente com todos os órgãos
1658 ambientais, os órgãos que trabalham para poder manter as nossas vidas,
1659 manter a continuação da mineração sustentável. Nós sabemos que isso vai dar
1660 certo, que dá para fazer mineração e sustentabilidade. Obrigada.” Natália
1661 Ferreira: “Boa tarde a todos aqui presentes, meu nome é Natália, sou moradora
1662 de Conceição do Mato Dentro e estou aqui para falar que apoio a etapa 3. Com
1663 a chegada da Anglo American a Conceição, a cidade se desenvolveu muito.
1664 Quando ela chegou, eu ainda era nova, estava me formando no ensino médio, e
1665 nós não tínhamos muita expectativa de crescimento. Com sua chegada, o
1666 cenário mudou totalmente, nós tivemos oportunidade de crescer
1667 profissionalmente, de fazer um curso técnico sem ter que sair da nossa cidade.
1668 E quando eu falo de crescimento profissional, do aumento de emprego, a gente
1669 fala não só para quem trabalha na Anglo American e em suas contratadas, mas
1670 o comércio cresceu muito. Então, é uma cadeia. Se o Step 3 não sair,
1671 automaticamente muitos comércios podem até fechar. Então, o desemprego

1672 não vai ser só para funcionários da Anglo American, o desemprego vai ser para
1673 a população geral. Então, eu estou aqui em nome da minha família e de muitos
1674 amigos e muitos jovens que hoje fazem curso, que sonham com essa
1675 aprovação dessa etapa para poder ingressar no mercado de trabalho. E eu falo
1676 em nome de muitos pais de família que também sonham com esse momento,
1677 para continuar com o desenvolvimento. A aprovação da etapa 3 não é só para a
1678 Anglo American, mas é para o crescimento de Conceição, Alvorada, Serro, Dom
1679 Joaquim, de todas as cidades que estão aqui ao nosso entorno. Muito
1680 obrigada.” Maíra Carvalho: “Meu nome é Maíra, sou moradora da comunidade
1681 de Itapanhoacanga. Nós vimos o crescimento que a Anglo trouxe para nós
1682 desde o início, os cursos que são oferecidos. No final de 2017, eu fiz um curso
1683 de empreendedorismo oferecido pelo projeto Crescer. E também tem o Sesi,
1684 que ajuda muitas crianças e os jovens. Nós vemos o crescimento dos jovens, o
1685 quando eles gostam. E isso ajuda muito. E também espero que com essa etapa
1686 3 nós possamos ter mais cursos, mais crescimento. É isso. Obrigada.”
1687 Guilherme Simões Neves: “Guilherme Simões, sou prefeito do Serro. Eu quero
1688 cumprimentar aqui o Conselho na pessoa do Dr. Renato Brandão, o Ministério
1689 Público Federal e Estadual eu quero cumprimentar na pessoa do Dr. Gustavo.
1690 Cumprimento a todos, prefeitos, cumprimento o Zé Fernando e demais
1691 prefeitos. E quero mandar um abraço para os mineiros que estão nas redes
1692 sociais acompanhando. Inclusive, eu tive notícia de que o Serro está lá
1693 acompanhando, a prefeitura aberta. Para nós, é um dia importante. Eu quero
1694 registrar aqui que é um projeto emblemático, ele está na capital, lógico, de
1695 Minas Gerais, e está também na primeira cidade tombada do Brasil, pelo
1696 patrimônio histórico. Isso é um diferencial para o próprio Conselho. Eu sei o
1697 quanto é melindroso estudar isso, mas é um projeto com que nós da região
1698 estamos convivendo. Foi implantado ainda nas primeiras gestões nossas, nós
1699 temos acompanhado. E posso dizer que o melhor é se tivesse a melhoria da
1700 qualidade de vida sem precisar dos projetos, mas é necessário para o
1701 desenvolvimento, para que a qualidade de vida persista. E entendemos que
1702 hoje paralisar esse projeto, encolher o projeto é traçar dias difíceis para nós da
1703 região. Como prefeito, eu posso perceber essa diferença do tempo. Então,
1704 precisamos, sim, desenvolver. A Anglo tem as compensações para cumprir as
1705 condicionantes, mas a minha fala é mais de preparo, não bastam os senhores
1706 fazerem todo esse trabalho, votar, a dificuldade que é para analisar e decidir:
1707 isso fica da licença, está autorizado. E a Anglo, a empresa tem que se virar para
1708 fazer a compensação. Então, eu convoco os nossos companheiros prefeitos
1709 para fazermos um projeto para aquela rua, um projeto para a minha cidade. Nós
1710 temos que ter um Plano Diretor para essas cidades que sofrem esses impactos,
1711 sociais, culturais etc. E aí do que nós precisamos, senhores? Os senhores
1712 podem nos ajudar nisso, a SEMAD pode nos ajudar, o Ministério Público pode
1713 nos ajudar. É que o Estado, não esse ou aquele governador, mas o Estado,
1714 permanentemente, cobre para nós como estão essas condicionantes. Se as

1715 condicionantes forem cumpridas, são importantíssimas, o projeto é de
1716 excelência. Vocês vão concordar, até porque senão não seria votado. Mas,
1717 infelizmente, nós ainda estamos desorganizados, o que é bom para esse
1718 prefeito de hoje não é bom para o do amanhã, o projeto tem que mudar. E a
1719 Anglo, como é que ela faz? E nós precisamos. Quando a Anglo vem com o
1720 recurso para Conceição do Mato Dentro, não é um recurso privado, é um
1721 recurso público, e como tal ele tem que ter sequência. Então, nós precisamos, o
1722 poder público, município, o Estado darmos as mãos e aproveitarmos o
1723 conhecimento técnico que os conselhos têm, que a SEMAD tem, e avançarmos.
1724 Por quê? Do que nós precisamos? O que a Anglo faz hoje, nós temos que ter
1725 uma percepção que, daqui a 15, 20 anos, ela pode até mudar de cidade, mas
1726 nós vamos continuar independentes. Eu volto para uma fala que teve, da
1727 enxada e da foice. Eu, como prefeito, gostaria que a enxada e a foice
1728 continuassem, porque são uma opção que o cidadão tem direito de fazer.
1729 Porque a nossa intenção no Serro é reforçar o meio rural para o sujeito sair de
1730 lá por opção e não por falta de opção. Então, o nosso meio rural, o homem do
1731 campo, ele continuará sendo nosso orgulho, até porque o ouro maior que existe
1732 em Minas Gerais hoje é vivo, que é o queijo do Serro e que depende dessa
1733 foice, dessa mão e desse bem-estar, dessa qualidade desse homem, que ele
1734 seja bem-remunerado. Eu acho que esse seria o maior objetivo. Então, fica aqui
1735 o apoio nosso, não do Guilherme em si, mas do Guilherme enquanto prefeito e
1736 do Guilherme analisando e sentindo a região, sentido a comunidade. Apesar de
1737 que a região é democrática, tem toda discussão contra, toda discussão a favor,
1738 mas tem um consenso que deve prevalecer. E nós somos a favor do
1739 desenvolvimento do projeto, apesar, Fernando, de ele estar implantado dentro
1740 de Conceição e de Alvorada. Um abraço, muito obrigado a todos.” Humberto
1741 Santiago: “Boa tarde a todos, cumprimento a mesa, cumprimento meus colegas.
1742 Meu nome é Humberto Santiago, sou morador de Conceição do Mato Dentro,
1743 trabalho na empresa Senai. Além dos benefícios já citados pelos nossos
1744 colegas a respeito da importância da Anglo em nossa cidade e também da
1745 importância do aumento da economia através da empregabilidade que essa
1746 empresa gera, exponho a vocês a importância com relação à qualificação. A
1747 Anglo American, junto com o Senai, tem um trabalho de qualificação de jovens e
1748 adultos, ou seja, ela fornece um curso totalmente gratuito aos moradores de
1749 Conceição e de cidades circunvizinhas. Além desse curso totalmente gratuito,
1750 com material didático, ela fornece uma bolsa para que esses alunos custeiem o
1751 transporte. Ou seja, o aluno não gasta com a escola, com educação, nem com
1752 transporte. Além de esse curso possibilitar a esses alunos o ingresso no
1753 mercado de trabalho, dentro da Anglo American, melhorando a condição
1754 financeira dele e de toda a região. Muito obrigado.” Mariana Karol Andrade Dias
1755 Gomes: “Boa tarde. Meu nome é Mariana, moro na cidade de Conceição do
1756 Mato Dentro e compartilho de tudo que foi dito pelos moradores, os prefeitos e
1757 entidades. E quero só reforçar que, além das obrigações que a Anglo tem que

1758 cumprir, ela faz um papel a mais. Hoje, nós temos mais de 120 empresas
1759 contratas, e é feito um trabalho de conscientização para priorização de mão de
1760 obra local. Então, hoje, 40% do efetivo mobilizado é de mão de obra local. E
1761 também trabalhar esse assunto para compra de material de fornecedores locais,
1762 o que já movimentava bem a economia da cidade, pois são materiais que são
1763 necessários direto na mina. Então, eu apoio o Step 3 para o desenvolvimento da
1764 cidade.” Elias Souza: “Uma boa tarde a todos. Meu nome é Elias. Eu quero
1765 dizer o seguinte. Que essa empresa de que eles estão falando aqui eu não
1766 conheço. Porque, quando você compra um lote, você tem que arcar. Não é
1767 isso? Para construir a casa, tem que pagar. Lá dentro do Step 3, próximo ao
1768 Step 3, no lugar em que vai ser o Step 3, existem muitas famílias ainda que não
1769 receberam nem um centavo. Como os senhores vão aprovar isso? Anglo
1770 American, por que vocês não deixam falar isso? Porque eu tenho prova ou
1771 senão vocês me processam, se eu estou falando mentira. Que eu não estou
1772 aqui para falar mentira. E outra coisa, vocês estão falando da água, hoje nós
1773 somos abastecidos com caminhão-pipa. Não tem melhoria, não, gente, vamos
1774 ficar espertos, acorda, Conceição. Emprego é importante, sim, mas essa
1775 empresa vai embora um dia. Vocês falam em futuro para seus filhos, que futuro
1776 vocês vão deixar aos seus filhos? Eles não vão saber plantar uma abóbora. É
1777 isso. A nossa negociação que eles estão propondo para nós não é uma
1778 negociação digna. Porque a negociação digna foi para os ricos, para os
1779 brancos, não para os pobres e negros daquela comunidade. Vamos aprender a
1780 ser mais humanos. Eu estive em Mariana e vi aquele povo como sofreu e eu
1781 não quero que se repita em Conceição do Mato Dentro. A minha camisa é essa
1782 aqui, é essa que eu visto. Sabem por quê? Porque todo homem, toda mulher
1783 tem que defender direitos humanos, tem obrigação de olhar para o mais pobre,
1784 porque é isso que o livro sagrado ensina para nós. Falaram aqui sobre o Polos,
1785 e vou lembrar que nos ajudou muito. No começo da nossa luta, estava lá na rua
1786 comigo enfrentando a polícia. Quem estava na rua lembra disso. Quando eu
1787 preciso de um documento, eu faço lá meu rascunho, não tenho computador em
1788 casa, peço a eles para bater para mim. Pode não servir para vocês, mas eu vou
1789 dizer que para mim ele serve. Nós temos outras entidades aí, como o Gesta,
1790 que tem nos ajudado também. Eu não posso deixar de falar isso. Eu sinto muito,
1791 eu gosto de toda a comunidade, não tenho diferença com nenhum, mas estou
1792 aqui para falar a verdade. Essa empresa está tirando o direito de viver das
1793 pessoas. Eu conheço nove herdeiros que estão com documento na mão, nove
1794 herdeiros idosos que precisam receber esse dinheiro. Vocês vão esperar eles
1795 morrerem, Anglo American? Porque alguém aqui sabe do que eu estou falando.
1796 Alguém da Anglo sabe. E eu não estou puxando sardinha só para o meu saco,
1797 tem mais gente lá, muita gente. Pode caçar lá na comunidade que tem. Vocês
1798 não conseguem, esse abaixo-assinado de vocês é forjado. Teve pessoas que
1799 chegaram perto de mim e que disseram ‘eu fui obrigado a assinar abaixo-
1800 assinado porque eu trabalho na empresa, senão eu ia ser mandado embora’. Eu

1801 fiquei muito triste e indignado no dia. Isso é um abaixo-assinado? Levaram
1802 funcionários para a rua, com uniforme do trabalho, gente, isso é violação de
1803 direito. E funcionário reclamou comigo que o patrão falou 'se você não assinar,
1804 você vai ser mandado embora'. Violação de direitos. Essa casa não pode nos
1805 matar dessa forma. Senhores conselheiros, a única nascente que existe ainda
1806 está lá dentro do Step 3. A única nascente. Há pouco tempo, nós denunciemos
1807 um furo que estava, desde 2007, vazando. Está ali o Júnior, ele é prova disso.
1808 Eu sou contra o Step 3." Ana Flávia Moreira Santos: "Bom dia. Sou Ana Flávia
1809 Moreira Santos, co-coordenadora do Gesta/UFMG do estudo intitulado
1810 'Transformações socioambientais e violações de direitos humanos no contexto
1811 do empreendimento Minas-Rio' e de sua respectiva síntese conclusiva,
1812 incorporados ao parecer de vista da conselheira Maria Teresa Corujo. Venho
1813 aqui hoje para reafirmar as principais conclusões expressas no documento
1814 incorporado ao parecer, quais sejam: o Estudo de Impacto Ambiental do projeto
1815 de extensão da Mina do Sapo possui falhas e lacunas metodológicas
1816 gravíssimas no que tange ao diagnóstico socioeconômico não compreendendo
1817 instrumento técnico capaz de prover subsídios confiáveis para a formação do
1818 juízo de viabilidade ambiental do empreendimento. O Estudo de Impacto
1819 Ambiental não está em conformidade com a Resolução 01/86 do Conama. As
1820 falhas e lacunas metodológicas detectadas não são aleatórias, elas participam
1821 da construção concatenada de um dispositivo destinado a omitir ou
1822 subdimensionar impactos, desresponsabilizar o empreendimento, desconstruir
1823 parâmetros de reconhecimento de direitos e recomposição de danos. Sendo
1824 assim, observo, como coordenadora da equipe responsável pela síntese
1825 conclusiva, que não nos sentimos tecnicamente representados por quaisquer
1826 encaminhamentos que não compreendam: 1) A elaboração de um novo Estudo
1827 de Impacto Ambiental a partir de metodologias capazes de captar os fenômenos
1828 sobre intervenção e as especificidades da região, incluindo, sobretudo, a
1829 redefinição das áreas de influência, considerando bacias sub-bacias e
1830 microbacias hidrográficas, de forma a se adequar à Resolução Conama 01/86 e
1831 às características locais, sem o que esta CMI não disporá dos elementos
1832 necessários para formar um correto juízo sobre a viabilidade socioambiental do
1833 empreendimento. 2) A recusa total dos mecanismos de desresponsabilização
1834 do empreendimento e de desconstrução de direitos embutidos no EIA, alguns já
1835 em curso no território, como os que visam transformar os atingidos em exilados
1836 voluntários de seus lugares de vida, a exemplo dos comitês de convivência e do
1837 reassentamento dito opcional, o que de modo algum condiz com as descrições
1838 feitas no estudo preliminar acerca de comunidades que se encontram
1839 submetidas a situações de vulnerabilidade, risco, insegurança e
1840 empobrecimento, devido às drásticas alterações de suas condições de
1841 existência, incluindo a perda do acesso aos recursos naturais, às redes de
1842 solidariedade e parentesco e à própria segurança ontológica. 3) O efetivo
1843 reconhecimento de que o risco a que se encontram submetidas as comunidades

1844 situadas na zona de autossalvamento da barragem de rejeitos – Passa Sete a
1845 1,5 km; Água Quente a 3 km; e Jassém a 8 km – constitui, sim, um grave
1846 impacto sobre elas, a exigir sua imediata inclusão no Programa de Negociação
1847 Fundiária e o seu consequente reassentamento. Por fim, mas não menos
1848 importante, cumpre salientar o entendimento de que as recomendações
1849 técnicas contidas no parecer em questão, incluindo estudos já apontados como
1850 importantes para embasar o licenciamento da etapa 3, só fazem sentido e só
1851 poderão cumprir o seu papel de orientar e subsidiar a formação de um correto
1852 juízo de viabilidade socioambiental e a definição de medidas adequadas de
1853 controle ambiental, caso venham a ser atendidas, e os estudos, elaborados,
1854 disponibilizados e, por último, debatidos antes da concessão de qualquer
1855 licença. Ou seja, de modo a consubstanciar parte de um novo Estudo de
1856 Impacto Ambiental. Os licenciamentos das etapas 1 e 2 do empreendimento
1857 Minas-Rio constituem exemplos notórios de que a postergação de estudos
1858 cruciais para a correta avaliação dos impactos e dos seus desdobramentos
1859 sobre a população afetada não só é ineficiente enquanto medida de controle
1860 ambiental como reverte-se em mecanismo de expropriação e violação de
1861 direitos da população atingida.” Andressa de Oliveira Lanchotti: “Senhoras e
1862 senhores, boa tarde. Meu nome é Andressa de Oliveira Lanchotti, eu sou
1863 promotora de Justiça e coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Meio
1864 Ambiente. O tempo de cinco minutos, infelizmente, não vai ser suficiente para
1865 expor toda a atuação do Ministério Público de Minas Gerais neste caso. Não
1866 obstante, eu vou me ater a alguns pontos muito relevantes. Primeiramente, é
1867 necessário dizer que a atribuição para toda a condução do procedimento de
1868 licenciamento ambiental, neste caso, é da Secretaria Estadual de Meio
1869 Ambiente. É a SEMAD que verifica se o procedimento está apto e pauta o
1870 procedimento para a votação das licenças. Quem defere as licenças ambientais
1871 são os conselheiros aqui da CMI, neste caso. Não obstante, o Ministério Público
1872 é legitimado constitucional para defesa dos interesses difusos, entre os quais o
1873 meio ambiente. E nessa defesa dos interesses difusos nós fazemos a
1874 fiscalização das atividades públicas e privadas e também do licenciamento
1875 ambiental. Então, desde o início do procedimento de licenciamento de extensão
1876 da Mina do Sapo, nós estamos fazendo essa fiscalização, e a partir dela
1877 tomamos várias ações. Ações civis públicas foram propostas. Por exemplo, eu
1878 posso citar uma ação civil pública que tem por objeto reconhecimento do valor
1879 cultural da Serra do Sapo. Há uma outra ação civil pública que foi proposta
1880 também referente a irregularidades na anuência concedida pelo Monumento
1881 Natural Serra da Ferrugem. Além disso, o Ministério Público realizou reuniões. A
1882 primeira reunião realizada sobre esse procedimento de licenciamento ambiental,
1883 no ano passado, foi com os atingidos, lá no Caoma. Nós ouvimos os pleitos dos
1884 atingidos e, a partir daí, realizamos também reuniões com a SEMAD, reuniões
1885 com a Anglo American. Nas reuniões com a SEMAD, uma delas, que foi
1886 realizada em 27 de novembro, a conclusão dessa reunião para o Ministério

1887 Público foi que o procedimento não estava apto ainda a julgamento, porque
1888 havia muitas irregularidades a serem sanadas. Mesmo assim, a SEMAD, que é
1889 o órgão licenciador, optou por manter o julgamento das Licenças Prévia e de
1890 Instalação concomitantes para dezembro. Posteriormente, nós realizamos uma
1891 nova reunião com a SEMAD e nessa reunião reiteramos nossa manifestação no
1892 sentido de que, se esse julgamento se mantivesse, tomaríamos as medidas
1893 legais. E propusemos uma solução alternativa, que é buscar, por meio da
1894 autocomposição, sanar essas irregularidades. Naquele momento já dissemos
1895 que nem todas as irregularidades seriam passíveis de serem sanadas nesse
1896 espaço de tempo e que o Ministério Público se reserva ao seu papel
1897 constitucional de judicializar, se for necessário. Mas a partir daí, durante os
1898 últimos 30 dias, realizamos sete reuniões técnicas, divididas por macrotemas,
1899 com a presença da SEMAD, dos órgãos públicos, da Anglo American. Esses
1900 macrotemas foram: socioeconomia; o que pautou a discussões na
1901 socioeconomia foi, entre outros documentos, o estudo aqui citado pela
1902 professora Dra. Ana Flávia, realizado pela UFMG/Gesta e sua síntese
1903 conclusiva. Essas atas das reuniões foram disponibilizadas no portal
1904 institucional do Ministério Público. Então, os senhores podem ter acesso às atas
1905 e verificarem se é real ou não o que eu estou dizendo. E lá, muitos pontos,
1906 outras reuniões, por exemplo, foi realizada uma reunião específica sobre os
1907 impactos do empreendimento aos recursos hídricos, sobre os aspectos de
1908 segurança de barragem, sobre os impactos ao patrimônio cultural, outra reunião
1909 sobre socioeconomia. E a partir daí o que foi pactuado com a SEMAD é que a
1910 SEMAD, que é o órgão responsável pela elaboração das condicionantes, iria
1911 elaborar condicionantes adicionais em relação aos pontos que fossem
1912 pacificados na reunião técnica. Essas condicionantes serão expostas aqui. Nem
1913 de longe elas suprem todas as irregularidades mencionadas e identificadas no
1914 curso desse procedimento. Mas eu posso dizer que, no entendimento do
1915 Ministério Público, isso consistiu em um avanço, sim. Então, além desse estudo
1916 na socioeconomia, o estudo do Gesta/UFMG, nós também levamos para
1917 discussão os pontos que foram abordados pelos atingidos na audiência pública,
1918 nas reuniões públicas em Alvorada de Minas e Dom Joaquim, que foram
1919 realizadas por solicitação do Ministério Público, e esses pontos foram
1920 abordados. Foi realizada uma reunião no dia 15 de janeiro em Conceição do
1921 Mato Dentro. Representantes do Ministério Público estiveram lá e expuseram as
1922 negociações para os atingidos em Água Quente. Então, é para esclarecer. O
1923 que nós estamos fazendo aqui? Tentando, diante da complexidade do caso,
1924 sanar, sanear o que é possível sanear. O que não for possível o Ministério
1925 Público segue o seu direito de buscar, seja extrajudicialmente ou seja
1926 judicialmente, a solução. Nesse sentido, segunda-feira passada, agora desta
1927 semana, nós apresentamos à empresa uma proposta de acordo que prevê uma
1928 auditoria externa independente para aferir os impactos do empreendimento em
1929 relação aos recursos hídricos, a recuperação dos córregos Passa Sete e

1930 Pereira e segurança de barragens. Depois de uma discussão muito intensa, nós
1931 conseguimos celebrar, ontem, esse acordo que prevê que o Instituto de
1932 Ciências Tecnológicas de São Paulo, o IPT, que elaborou um relatório
1933 preliminar, fazer uma auditoria externa na empresa durante o período de cinco
1934 anos, apresentando, bimestralmente, os seus resultados ao Ministério Público, à
1935 SEMAD e aos interessados. Muito obrigada.” Luís Gustavo Bortoncello:
1936 “Senhores conselheiros, boa tarde, meus colegas, na pessoa da Dra. Andressa,
1937 prefeitos, na pessoa do prefeito Guilherme e demais pessoas. Sou promotor de
1938 Justiça, coordenador do Meio Ambiente das Bacias dos Rios Jequitinhonha e
1939 Mucuri, com sede em Diamantina, e acompanho de perto e participo da atuação
1940 do Ministério Público nesse caso. Eu fui um dos promotores que compareceram
1941 em Conceição do Mato Dentro algumas vezes e, em especial, na segunda-feira
1942 passada, onde prestamos contas às comunidades de Água Quente e Passa
1943 Sete de todo o trabalho do Ministério Público. Ficamos das 6h da tarde às
1944 10h30 da noite respondendo, unicamente respondendo, às perguntas das
1945 populações residentes em Água Quente e em Passa Sete. O Ministério Público
1946 não se prende unicamente à atuação da SEMAD nem às condicionantes.
1947 Propomos, sim, condicionantes além daquelas inicialmente escritas pela
1948 SEMAD. Entendo eu que elas são de vital importância para o empreendimento e
1949 de vital importância para a fiscalização. O Ministério Público fiscaliza, inclusive,
1950 aquele que fiscaliza. A realidade na zona rural de Conceição, infelizmente,
1951 destoa muito dessa realidade colorida da zona urbana que foi dita aqui. Eu
1952 estive em Água Quente, passei por Passa Sete e estive no Jassém, e eu pude
1953 ver de perto o impacto sofrido. Senhores, uma condicionante não pode legitimar
1954 um dano ambiental, um crime ambiental. Violar direitos humanos, acabar com
1955 recursos hídricos, não é amparado por condicionante. O Ministério Público
1956 segue fiscalizando, primeiro, a questão socioeconomia. Eu estive lá também no
1957 Sapo. Senhores, o impacto socioambiental é plenamente fiscalizado pelo
1958 Ministério Público. O Ministério Público não abre mão do reassentamento das
1959 comunidades impactadas. A partir de parâmetros produzidos coletivamente, o
1960 Ministério Público não abre mão de uma auditoria externa fiscalizando a
1961 segurança da estrutura e a qualidade dos cursos d’água, coisa que já foi
1962 acordada com a empresa, em avanço deveras significativo. O Ministério Público,
1963 já avançando em negociação com a empresa, não abre mão de uma assessoria
1964 técnica aos atingidos, independente, para empoderar os atingidos na
1965 negociação com a empresa, coisa que também está muito bem alinhada.
1966 Portanto, senhores, o Ministério Público segue fazendo o seu papel de fiscalizar
1967 o empreendimento, fiscalizar o cumprimento da Constituição e das leis e de
1968 fiscalizar, inclusive, aquele que fiscaliza. Obrigado.” Patrícia Generoso Thomaz:
1969 “Boa tarde a todos, meu nome é Patrícia Generoso. Eu já estou ficando
1970 acostumada de ser excluída e invisibilizada, então, eu vou pedir emprestada
1971 aqui a fala de uma pessoa, que não me deu procuração para falar por ela, mas
1972 que elaborou um documento público, o laudo técnico da senhora Bárbara

1973 Regina Neves Chaves, funcionária da SEMAD até o final do ano passado. Eu
1974 vou começar aqui a leitura lendo um trecho do laudo dela. 'A obtenção de
1975 licenças ambientais e outorgas de uso de água junto ao órgão ambiental não
1976 desobriga o empreendedor ou o empreendimento a observar as normas de
1977 controle de qualidade ambiental nem autoriza o cometimento de danos
1978 ambientais, permanecendo sujeito à responsabilização por crimes e infrações
1979 previstas na legislação ambiental. Sendo assim, a Anglo American Minério de
1980 Ferro S/A incorreu na infração prevista no código 447: 'provocar a morte de
1981 peixes pela alteração da qualidade de ar, água ou redução do índice de
1982 oxigenação'. E aí, em outro trecho, 'apesar dos equívocos e contradições nas
1983 informações repassadas pelo empreendedor, os dados analisados indicam
1984 também que a água da lagoa de rejeitos da Anglo American apresenta
1985 toxicidade aguda, talvez devido à elevada concentração de manganês.
1986 Disponibilizado no corpo d'água devido às movimentações do solo e alterações
1987 de relevo promovidas pela atividade de mineração, o manganês prejudicou a
1988 respiração, a saúde dos peixes, deixando-os vulneráveis a outros fatores
1989 ambientais.' Antes disso, ela tinha descrito: 'Os resultados das análises de
1990 parâmetros de qualidade de água para as amostras coletadas em 29 de
1991 outubro, cujo prazo de conclusão da Anglo American era de 60 dias, até
1992 dezembro de 2015, não foram enviados à SEMAD até a data da elaboração
1993 deste laudo técnico de mortandade de peixes, em junho de 2017'. Além disso,
1994 ela descreve em outro trecho: 'As informações passadas pela Anglo American
1995 apresentam alguns equívocos e contradições, principalmente em relação a
1996 datas e locais de coletas de amostras. A empresa não apresentou os resultados
1997 de coletas realizadas no dia 29 de outubro, três dias após a mortandade de
1998 peixes, tendo fornecido apenas os resultados das coletas realizadas em 11 de
1999 novembro, 22 dias após registro de mortandade de peixe, abrangendo uma área
2000 muito menor do que a solicitada pelos fiscais. Esse fato dificultou a avaliação da
2001 causa de mortandade de peixes pelos órgãos ambientais, porém, algumas
2002 conclusões puderam ser tomadas.' Eu estou falando de uma empresa que não
2003 se submete às regras do Estado, da fiscalização. Eu estou falando de uma
2004 empresa que o próprio Estado e a SEMAD não conseguiram controlar, não
2005 conseguiu fiscalizar. Eu estou falando de um risco de água e de um parecer
2006 dessa SEMAD que fala que essa mesma água continua com impactos graves,
2007 com risco à vida. Isso consta do parecer da SEMAD, nesse parecer que vocês
2008 estão votando hoje. Eu estou falando da água da barragem de rejeito, eu estou
2009 falando da água que serve para essa comunidade que me sucedera aqui, as
2010 comunidades de Água Quente e Passa Sete. Eu estou falando de uma empresa
2011 que não se submete às regras do Estado de fiscalização e que quer nos impor
2012 com base nas regras impostas pela empresa, que não tem nada definido ainda
2013 e quer que a gente assine um cheque em branco, que vocês do Estado assinem
2014 um cheque em branco, que o Ministério Público assine um cheque em branco,
2015 sem definir critérios. E é uma empresa que não se submete a essa fiscalização,

2016 que não merece essa confiança. Eu estou falando de uma empresa que agora
2017 em agosto teve um Boletim de Ocorrência, onde se descobriu que ela estava
2018 vertendo água com caminhão-pipa para o córrego de Água Quente, e essa
2019 empresa estava monitorando essa água depois que ela vertia com o caminhão-
2020 pipa. Eu tenho o Boletim de Ocorrência aqui. Eu estou falando de uma empresa
2021 que, no dia 13 de dezembro, também com Boletim de Ocorrência, tem aqui
2022 descrito que ela tirou a água sendo vertida o caminhão-pipa e colocou um duto
2023 de 60 cm vindo de um dique. É essa empresa que vocês estão licenciando, e é
2024 esse risco a que vocês estão submetendo essas comunidades. É esse grito e
2025 essa responsabilidade que eu quero que vocês, conselheiros, tenham e que o
2026 Estado, que disse que estamos correndo risco de vida pelo uso da água, tenha
2027 na hora de deliberar sobre esse processo.” Higor de Jesus Lacerda: “Boa tarde,
2028 conselheiros, boa tarde a todos. Meu nome é Higor de Jesus Lacerda, sou
2029 bolsista de extensão do grupo de estudos Gesta/UFMG e me sinto contemplado
2030 pela leitura da nota que a professora Ana Flávia realizou.” Lucas de Oliveira:
2031 “Boa tarde a todos. Cumprimento os conselheiros na figura do presidente. Na
2032 verdade, eu sou coordenador técnico do programa Polos de Cidadania, que é
2033 uma instituição da faculdade de direito da UFMG. Nós trabalhamos com direitos
2034 humanos. Na semana passada, eu estive aqui entregando um parecer técnico
2035 que nós realizamos sobre as diversas violações de direitos. Eu acho que aqui
2036 eu vou fazer uma fala direcionada aos conselheiros, porque agora a bola da vez
2037 é suas, vocês é que irão, de fato, estabelecer essas condicionantes e o que a
2038 Anglo American vai ter como responsabilidade de retorno social. Uma das
2039 coisas que nos chamam muita atenção, neste momento, e que eu acho que
2040 todos vocês devem considerar é a necessidade de se estabelecer parâmetros
2041 no que tange a regularização fundiária das comunidades do entorno ou das
2042 comunidades que sofreram danos. Digo isso porque é inconcebível que a Anglo
2043 American, junto com as comunidades, estabeleça um parâmetro de negociação
2044 de compra de terra. Quem tem que fazer isso é o Estado. É inviável uma
2045 assessoria técnica, como dito aqui, lutar por uma coisa que essa comunidade já
2046 está lutando há dez anos. Então, esses critérios de quanto é, o que vai ser
2047 reconhecido precisa ser debatido, estabelecido e imposto no licenciamento,
2048 para que qualquer outro trabalho de assessoria seja viável, seja possível. Se
2049 não iremos de novo retornar ao mesmo ciclo de ‘e aí, tira, não tira?’. Mas como
2050 é que você tira uma pessoa que sofreu vários danos e paga ali? Tem mil para
2051 favelizar o centro de Conceição do Mato Dentro? Isso é surreal. Então, eu acho
2052 que nós precisamos, tomar com seriedade as nossas responsabilidades e as
2053 competências. Nós, do programa Polos, vimos aqui dizer novamente que, no
2054 nosso modo de ver, nós trabalhamos com populações vulneráveis e não
2055 estamos falando de Conceição do Mato Dentro, de todo mundo, mas dos
2056 grupos do entorno, vulnerabilizados, que sofreram danos nas suas
2057 propriedades, suas vidas, seus projetos de vida e que não encontram nenhuma
2058 abertura. Tanto é que o desejo é reassentamento, a fala é reassentamento. O

2059 que é proposto? Assessoria técnica. Não é estranho? Por que não marcamos
2060 aqui esse local? 'Olha, esse reassentamento, a Anglo American precisa realizá-
2061 lo, é compulsório, é preciso ter prazo'. Qual é o sentido de começarmos a ter
2062 um trabalho se não temos garantia de nada. O que nós temos garantia é de ter
2063 mais um direito violado, de não ter os nossos ganhos, os nossos projetos, as
2064 nossas vidas. Então, o programa Polos gostaria de deixar essa fala e pedir,
2065 encarecidamente, aos conselheiros que, no momento de discussão das
2066 condicionantes, estabeleçam parâmetros para negociação com as comunidades
2067 análogos ao do PNF, para que a comunidade do Sapo, o comitê, todo mundo
2068 que queira discutir isso já estejam representados no caminho histórico de
2069 construção das coisas. Não podemos ficar aqui rasgando a cada nova
2070 negociação, estabelecendo novos parâmetros. Então, no mínimo, o que foi
2071 estabelecido quando diretamente atingido, hoje as pessoas estão diretamente
2072 atingidas por dez anos, oito anos de impacto de suas vidas. Isso precisa ser
2073 reconhecido. Então, a nossa recomendação é pedir para os conselheiros
2074 colocarem o PNF e estabelecerem como valor mínimo de negociação, se
2075 possível, que ele seja rediscutido, mas que nada abaixo dele seja considerado.
2076 E essa coisa de parâmetro livre, não, porque você vai negociar a cada hora com
2077 um na medida em que o empreendimento está bem ou não ou na medida do
2078 interesse ou não do empreendimento. Se ele causa o dano, ele é obrigado a ser
2079 responsabilizado. Outra coisa que eu gostaria de dizer. Nós trabalhamos com
2080 jovens também, é uma das nossas frentes, e as violações que quando jovem
2081 vem aqui dizer nós temos que entender que são jovens, não é só esse modelo
2082 do jovem que ficou feliz com o Senai e está legal. Tem um número de
2083 formandos que a empresa não absorve. Se você tem outros interesses que não
2084 sejam trabalhar como técnico de uma mineração, você está, vamos dizer, 'na
2085 rôia', porque não tem nada para fazer. Então, eu acho que tem que tomar um
2086 pouco de cuidado com esses discursos que ficam maquiando determinadas
2087 situações. E se a Anglo tem que fazer hospital, tem que fazer não sei o que, é
2088 contrapartida do nosso minério que é levado para a Inglaterra. Obrigado.”
2089 Marcelo Mata Machado: “Senhor presidente, senhoras e senhores conselheiros,
2090 meus colegas do Ministério Público, autoridades presentes, sociedade civil em
2091 geral. Meu nome é Marcelo Mata Machado, sou promotor de Justiça em
2092 Conceição do Mato Dentro. Desde maio de 2012, eu acompanho muito de perto
2093 a realidade local, conheço, invariavelmente, todas as situações geradas pelo
2094 empreendimento Minas-Rio, sejam os impactos negativos, sejam os impactos
2095 positivos. Eu acho que eu não posso iniciar minha fala sem antes esclarecer
2096 aqui o primeiro questionamento feito pela conselheira Maria Teresa, a respeito
2097 do local e da acomodação das pessoas nesta sessão. No dia 11 de dezembro,
2098 na primeira pauta desse processo, houve algumas confusões relacionadas a
2099 presença de alguns manifestantes, o que parece que gerou algum receio por
2100 parte dos conselheiros e por parte da própria SEMAD. E na reunião da volta do
2101 pedido de vista, do dia 22, quando da divulgação da convocação, havia lá um

2102 escrito da limitação do espaço para um número determinado de pessoas. O
2103 Ministério Público, como defensor da ordem democrática, não podia deixar de
2104 se manifestar naquela ocasião, e eu expedi uma recomendação ao senhor
2105 secretário de Meio Ambiente, Dr. Germano, dizendo que o Estado, então,
2106 garantisse um local apropriado para acomodar todo o número de pessoas com
2107 a segurança necessária para a realização daquele evento. Essa reunião foi
2108 adiada, mas o secretário de Meio Ambiente encaminhou a resposta, que,
2109 inclusive, foi mencionada aqui pelo secretário Anderson. Na verdade, naquela
2110 ocasião, o que foi dito pelo Estado – e acreditamos que o mesmo procedimento
2111 iria ser aplicado aqui – é que haveria restrição do número de pessoas – até
2112 porque é uma questão razoável, não podemos imaginar talvez um ginásio ou
2113 alguma coisa assim, como já fizemos várias reuniões em Diamantina –, mas
2114 que as pessoas que viessem, após a lotação máxima esgotada, ficariam em um
2115 local próximo aqui, uma sala com telão. Parece que esse foi o encaminhamento
2116 dado hoje aqui de última hora, mas, de qualquer forma, para garantir a
2117 participação popular, nesse caso, mesmo essas pessoas que ficaram de fora
2118 desse ambiente deveriam ter garantido o seu direito de fala e deveriam ser
2119 chamadas aqui para se manifestar a respeito do empreendimento. Porque
2120 assim garantiríamos o direito de participação. Sobre o licenciamento em si e as
2121 coisas que foram ditas aqui, eu gostaria de ratificar todas as questões que
2122 foram colocadas pela Dra. Andressa. O Ministério Público tem como
2123 prerrogativa tentar alternativas consensuais antes de judicializar as questões.
2124 Um esforço hercúleo que o Ministério Público fez agora em dezembro e janeiro,
2125 para tentar avançar alguns pontos em que ele havia possibilidade de avançar.
2126 Nós avançamos em alguns pontos? Nós acreditamos que sim. A condicionante
2127 que foi imposta a respeito da auditoria ambiental independente externa, com um
2128 termo de ajustamento de conduta que o Ministério Público fez elegendo uma
2129 instituição vinculada à USP, nós acreditamos que é um ganho importante, sim.
2130 Agora, há ainda pontos pendentes na visão do Ministério Público? Há, sim, há
2131 diversos pontos pendentes ainda na visão do Ministério Público. Mas, como
2132 bem enfatizado aqui pela Dra. Andressa, não é o Ministério Público que faz o
2133 licenciamento. Eu recebi na minha caixa de entrada de e-mail e em
2134 manifestações em frente ao fórum de Conceição do Mato Dentro a sociedade
2135 civil se manifestando a favor do Step 3. Como se fosse direcionado a mim,
2136 promotor de Justiça, como se eu tivesse a prerrogativa de substituir todos os
2137 senhores aqui e, em uma canetada, deferir ou indeferir um licenciamento
2138 ambiental. Não é esse o papel do Ministério Público. O papel do
2139 Ministério Público não é dizer se a mineração é boa ou ruim. O papel do
2140 Ministério Público é defender a legalidade do procedimento, a
2141 constitucionalidade do procedimento, a viabilidade ambiental do procedimento, a
2142 garantia de que não haverá violação de direito no procedimento. E quando falo
2143 em procedimento estou falando da própria atividade em si. Com relação às falas
2144 aqui das pessoas, principalmente as que falaram inicialmente aqui com uma

2145 expectativa muito grande com relação a esse projeto, no meu íntimo, eu desejo
2146 que todas aquelas expectativas sejam realizadas. Mas eu conheço a realidade.
2147 Infelizmente, eu acho que a Anglo American, nesse ponto, vai ter que assumir
2148 uma responsabilidade muito grande, porque satisfazer o desejo de todas essas
2149 pessoas vai ser impossível. Nós sabemos do hiato que foi gerado depois da
2150 implantação do Step 1, nós sabemos do hiato econômico que foi gerado lá. Nós
2151 sabemos também que, quando se fala muito em emprego e desenvolvimento,
2152 eu vou te falar o desenvolvimento que eu vejo lá. Eu vi o desenvolvimento da
2153 desordem urbana, eu vi o desenvolvimento da favelização, eu vi o
2154 desenvolvimento dos índices de criminalidade. E muito diferente da
2155 interpretação que foi dada aqui pelo advogado criminalista, neste púlpito aqui,
2156 nesta tribuna aqui, eu convivo com todos os processos criminais e sei que eles
2157 aumentaram drasticamente. Os níveis de violência em Conceição aumentaram
2158 drasticamente. Eu até achava que era gente de fora que vinha para cometer
2159 crimes em Conceição e descobri que não, que a maioria são pessoas de lá.
2160 Mas pessoas que hoje estão no mundo do crime muito em função desse
2161 desenvolvimento desordenado que ocorreu com a chegada da mineração lá. Eu
2162 vou encerrar rapidamente aqui dizendo que o Ministério Público não é quem
2163 pauta, não é quem decide os licenciamentos ambientais. E deixar a garantia
2164 para toda a sociedade civil que todas as providências que o Ministério Público
2165 tenha em sua esfera de atribuição e entender necessárias para garantir a lisura
2166 e garantir os direitos ele vai adotar. Muito obrigado.” Paulo Simões: “Boa tarde.
2167 Meu nome é Paulo Simões, eu sou advogado, falo aqui com o aval do meu
2168 professor Dr. Vinícius Gontijo, conselheiro federal da OAB. Eu tinha quatro
2169 pleitos para serem apresentados aqui. Dois de pessoas que ainda não foram
2170 reassentadas. Conversando com o Ministério Público, eu entendi que esses
2171 dois eu não vou apresentar aos senhores, porque vão ficar dentro do acordo
2172 que está sendo costurado. Outros dois, pessoas que tiveram as negociações e
2173 foram alijadas das negociações. Um deles, o pai tinha um imóvel, a empresa
2174 pressionou a pessoa, especificamente, o Sr. Júlio. Esse staff da Anglo eu acho
2175 que nem o conhece. A empresa pressionou, o pai vendeu a terra, um irmão
2176 recebeu, e ele não recebeu. Os dois irmãos tinham moradias independentes.
2177 Um irmão recebeu, e o outro não recebeu. Isso está nas atas da Supram, da
2178 URC Jequitinhonha. A outra questão é um senhor que, inclusive, tem uma
2179 parcela para receber ainda, e a empresa comprou supostamente nos termos do
2180 PNF, indenizou a terra e as benfeitorias, mas ele não foi reassentado. Então, o
2181 valor que ele recebeu do imóvel pela pequena gleba. Das benfeitorias, ele
2182 seguiu o caminho sem o valor. Então, o meu pleito é o seguinte: que a empresa
2183 seja chamada para solucionar essas questões. Ou indenize o valor do
2184 reassentamento ou reassente. Como os senhores colocam, é neste momento a
2185 proposta de condicionantes?” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Proposta
2186 de condicionantes é feita pelos conselheiros e pela equipe técnica da Supram.
2187 Isso vai ser discutido aqui, mas não temos previsão. Proposta de condicionante

2188 eu acredito que não seja desse aspecto.” Paulo Simões: “Eu entreguei um
2189 documento com o que estou pleiteando para alguns conselheiros e peço que
2190 algum conselheiro inclua isso como condicionante. Porque judicializar essa
2191 questão, na verdade, é tudo o que muita gente quer, porque o processo vai
2192 demorar dez, 15 anos. Então, talvez seja até uma estratégia, ‘judicialize a
2193 questão’, porque, sabidamente, vai demorar década.” Bento Pimenta: “Uma boa
2194 tarde a todos, senhores membros da mesa, senhores conselheiros aos
2195 representantes do Ministério Público e todos que representam o Estado e a
2196 empresa Anglo American. Eu venho aqui depositar a minha indignação como é
2197 o desenvolvimento do licenciamento desse processo. Aonde existe uma
2198 Constituinte, existem leis, existem parâmetros são para serem cumpridos. Não?
2199 Como que ficamos mendigando um daqui, outro dali, outro de lá para que as
2200 leis do país sejam cumpridas? Eu acho muito estranho isso, a meu ver. Um vem
2201 e mendiga emprego, outro vem e mendiga reassentamento, outro vem e
2202 mendiga outras coisas mais, cesta básica, mais aquilo, mais aquilo outro, ‘a
2203 minha estrada tá ruim’. Gente, isso é obrigação, é obrigação atribuir às
2204 autoridades a sua obrigação, a obrigação ao Estado, a obrigação ao Ministério
2205 Público, a obrigação à empresa, porque existem leis, existem parâmetros para
2206 ser cumpridos. Então, os senhores conselheiros tomem conhecimento real da
2207 situação que passam os municípios, especificamente Alvorada de Minas e
2208 Conceição do Mato Dentro, e o entorno, porque muitos lugares estão muito bem
2209 cuidados, outros estão jogados às traças, outros estão perecendo. Usam uma
2210 prática muito comum vista aqui hoje, a comunidade atingida e a comunidade
2211 favorecida, que são quem vendeu, quem almeja vender, quem trabalha na
2212 empresa. Então, todo mundo está defendendo o seu lado, e os atingidos, que
2213 não são realmente reconhecidos, muitos moram abaixo de uma barragem de
2214 rejeitos que só Deus segura. Todo mundo sabe disso lá, tem segurança, tem
2215 pessoas com responsabilidade, mas eu acho que aquele pessoal não tem
2216 condição de viver abaixo daquela barragem de rejeito. Que sejam criados
2217 parâmetros para essas coisas. Que o Estado, a responsabilidade está aí nessa
2218 mesa, está aí nas mãos do Estado de Minas Gerais. Eu acho um Estado muito
2219 importante para o desenvolvimento brasileiro, mas em que está sendo muito mal
2220 conduzida a forma de minerar, a forma do desrespeito ao ser humano. É um
2221 constante desrespeito, é uma constante desorganização, sem contar o meio
2222 ambiente, que é indefeso e é nossa responsabilidade defender o meio
2223 ambiente. As pessoas que ali estão não estão sendo reconhecidas, não estão
2224 tendo tratamento devido, porque ninguém lá da comunidade pediu a Anglo
2225 American lá, ninguém pediu, nós aceitamos, com respeito e com dignidade aos
2226 cidadãos, aos moradores que lá estão. E aqueles – como uma atingida já falou
2227 aqui – que queiram ficar lá, que sejam respeitados, porque tiram o entorno do
2228 morador e o pressionam, fazem ameaças constantes, atingem o psicológico.
2229 Muitos morreram, outros estão doentes. Isso é desumano. Onde está o direito
2230 de cada cidadão, onde estão as leis brasileiras que precisam ser cumpridas?

2231 Não tomemos o exemplo de Brasília, vamos ser um Estado independente, um
2232 Estado forte, e vamos lutar em prol do desenvolvimento, mas um
2233 desenvolvimento sustentável, um desenvolvimento com responsabilidade. E
2234 para isso nós temos pessoas aqui que são formadas, são instruídas para isso.
2235 Não para levar o boi para o corte, para o abate. O que está acontecendo aqui é
2236 isso, estamos enfileirados em um tronco esperando a hora de ser morto, a hora
2237 de ser abatido, sem nenhum amparo ou com um amparo muito superficial. No
2238 mais, muito obrigado, e pensem bem nas consequências, porque virão.”
2239 Guilherme Sales: “Guilherme Sales, advogado do empreendedor, da área
2240 regulatória, eu passo minha palavra.” Felipe Werneck: “Boa tarde, senhor
2241 presidente, senhores conselheiros. Meu nome é Felipe Werneck, sou
2242 coordenador de Licenciamento Ambiental da Anglo American, trabalho lá há
2243 cinco anos e acompanhei esse processo do Step 3 desde o começo. Eu só
2244 queria reforçar que os estudos ambientais foram elaborados por uma empresa
2245 extremamente renomada, que seguiu os termos de referência disponibilizados
2246 pela SEMAD e pela FEAM, tanto para elaboração do EIA/Rima quanto para
2247 elaboração do PCA, utilizando metodologias consagradas, com uma equipe
2248 multidisciplinar extremamente qualificada. Nós temos bastante segurança de
2249 que esses estudos foram feitos com qualidade muito satisfatória. É importante
2250 destacar também que, não obstante, após a elaboração desses estudos, nós
2251 identificamos melhorias que poderiam ser feitas no projeto, e o projeto melhorou
2252 a partir do momento em que identificamos uma série de impactos,
2253 principalmente relacionados a proximidade com a Vila do Sapo. Foram feitas
2254 diversas adequações no projeto visando à diminuição dos impactos, que foram
2255 apresentadas para a equipe que fez a análise do processo. De uma forma geral,
2256 nós temos bastante segurança de que os estudos atendem aos requisitos
2257 mínimos, inclusive superam esses requisitos em termos de qualidade e
2258 conteúdo. Era isso que eu queria falar, e fico à disposição para esclarecer
2259 qualquer dúvida que os conselheiros possam ter. Obrigado.” Silvio Lima: “Boa
2260 tarde a todos, boa tarde, senhor presidente, senhores conselheiros, senhoras
2261 conselheiras, boa tarde a todos os presentes. Eu sou da Anglo American e
2262 queria aproveitar a oportunidade e vou falar muito brevemente, só para tentar
2263 endereçar alguns pontos que foram trazidos aqui. Da forma como algumas
2264 pessoas colocaram, se quer fazer crer que o trabalho de desenvolvimento do
2265 Plano de Negociação Opcional é um trabalho que está sendo desenvolvido pela
2266 Anglo American e imposto às comunidades da forma e nos formatos que a
2267 Anglo American deseja. As informações sobre esse programa, assim como
2268 todas as informações do processo de licenciamento da Minas/Rio, são públicas,
2269 o Programa de Negociação Opcional é público. Então, qualquer pessoa que tiver
2270 interesse pode ter a possibilidade de pegar, ler e vai, com muita tranquilidade,
2271 ter a oportunidade de enxergar que se trata de um processo construtivo,
2272 participativo, um processo que envolve as comunidades e leva em
2273 consideração, na verdade, o interesse das comunidades nesse processo como

2274 um todo. E, como o Cristiano teve a oportunidade de falar aqui, mais cedo, é um
2275 processo que está absolutamente estritamente em linha com todos os
2276 parâmetros preconizados pelo Banco Mundial e pelo padrão de desempenho 5
2277 do IEC, que são as melhores práticas internacionais para se falar de
2278 realocação. Então, qualquer pessoa que tiver interesse em ter acesso ao
2279 documento pode ter. E fica claro, então, que não existe, sob qualquer hipótese,
2280 um pedido da empresa para que a SEMAD ou o próprio Ministério Público ou a
2281 própria comunidade assine um cheque branco. Sob qualquer hipótese, não faz
2282 sentido. Os critérios que estão sendo discutidos estão sendo discutidos com a
2283 comunidade, estão sendo validados amplamente com a participação ampla das
2284 comunidades. Esses critérios são muito claros, muito objetivos, portanto, não há
2285 ausência de critérios, muito antes pelo contrário. O último ponto, para poder
2286 endereçar também um comentário que foi feito, de que não existe abertura da
2287 empresa no sentido de se falar ou de comunicar ou de interagir com as
2288 comunidades ou com as demais pessoas. Muito antes pelo contrário, o nosso
2289 trabalho é esse. Além de ser um trabalho, é um trabalho muito prazeroso de ser
2290 feito, por sinal, e é o nosso papel. E nós estamos absolutamente disponíveis,
2291 não só aqui – como nossa equipe já está aqui na frente, grande parte dela –
2292 como em Conceição, onde nós temos 30 pessoas à disposição para falar com
2293 todo mundo que tem esse objetivo, esse interesse. E vai ser sempre interesse
2294 da empresa também se engajar, da forma mais próxima possível, da forma mais
2295 transparente possível, no sentido de continuar evoluindo. Porque a nossa
2296 evolução é junto com a evolução de todo mundo. Nenhum negócio é bom se ele
2297 for bom só para um aparte. O nosso interesse é que o desenvolvimento
2298 aconteça para todos, nosso papel é tentar catalisar esse processo e não ser o
2299 ator principal dele. Eu só queria fazer essas colocações. Muito obrigado.” Daniel
2300 Tito: “Eu passo a palavra.” Anderson Dias: “Boa tarde, senhor presidente,
2301 conselheiros. Anderson Dias, pela Anglo American, eu sou responsável pelas
2302 aquisições de terras e estou à disposição dos senhores para eventuais
2303 esclarecimentos.” Rafael Durão: “Boa tarde, senhor presidente, demais
2304 conselheiros, representantes do Ministério Público. Meu nome é Rafael Durão,
2305 sou coordenador jurídico da área imobiliária da Anglo. Aqui não é o objetivo
2306 nosso tratar de nenhum caso individual, mas eu só queria esclarecer ao Sr.
2307 Paulo Simões, da mesma forma que fiz nas audiências em Alvorada de Minas e
2308 em Dom Joaquim, que nós estamos à disposição para conversar sobre qualquer
2309 caso, incluindo o que o senhor citou aqui. No mais, eu passo a palavra. Muito
2310 obrigado.” Rogério Vasconcellos: “Boa tarde, senhor presidente, conselheiros.
2311 Eu sou Rogério Vasconcellos, sou coordenador de Preservação e Recuperação
2312 Ambiental da Anglo American e me coloco à disposição para os
2313 esclarecimentos que sejam necessários ao longo da discussão do processo.”
2314 José Lúcio Reis dos Santos: “Boa tarde para todos. José Lúcio Reis dos Santos
2315 que está falando, morador de Água Quente. Eu estou aqui para falar pela Anglo,
2316 não sou contra o trabalho da Anglo. Ela até ofereceu trabalho para as

2317 comunidades lá, mas só tem o seguinte: ela tem que olhar muito pela
2318 comunidade, porque a comunidade quer ser reassentada, porque a comunidade
2319 vive mais ou menos em um barro, mais no barro do que em uma água boa. Nós
2320 não temos uma água boa e aguardamos o que ela vai fazer com a comunidade,
2321 se vai dar trabalho para a comunidade ou vai reassentar a comunidade.
2322 Aguardamos também pelo Dr. Marcelo, que também está nos acompanhando.
2323 Inclusive, teve um parceiro dele conosco, um parceiro do Dr. Marcelo,
2324 conversou conosco, e a conversa foi muito boa, não foi muito das ruins. E nós
2325 esperamos que vai ter alguma coisa, alguma melhora, o que vai ser para a
2326 comunidade. Porque minha tia tem 106 anos, não é nova, não tem condição.
2327 Uma dona de 106 anos aguenta correr? Eu acho meio difícil para correr. Aqui,
2328 como comunidade, o pessoal de Conceição, que mora em Conceição do Mato
2329 Dentro, vem falando da Anglo coisa boa, mas eles não passam o que nós
2330 passamos lá na comunidade de Água Quente. Nem Alvorada de Minas nem
2331 Serro passam o que a gente passa. Nós já vivemos até com galão d'água na
2332 comunidade. Se eles passassem o que a gente já passou, eu seria a favor de
2333 tudo quanto há. Eu não sou contra eles, eu dou muito apoio para o trabalho
2334 deles, mas a gente vem sofrendo em algumas partes. Se a empresa fizer
2335 alguma coisa para a comunidade, a gente gosta, não somos contra. Mas somos
2336 contra viver sofrendo em algumas partes. A água do rio não é boa para beber, a
2337 água nós vivemos com caminhão-pipa. É a água que nós bebemos lá. E abaixo
2338 da barragem de rejeitos, a uns dois ou três quilômetros por aí, mais ou menos,
2339 nessa faixa. E não é só Água Quente, mas Passa Sete e Jassém também a
2340 mesma coisa. Aqui não veio ninguém de Jassém, parece que não veio, porque
2341 está aguardando da Anglo. E vamos ver. E Água Quente também está
2342 aguardando o trabalho que eles ofereceram. Vamos ver o que vai sair. Muito
2343 obrigado, agradeço a todos. Um abraço para vocês todos.” Lúcio da Silva
2344 Pimenta: “Sou da comunidade Pereira e Ferrugem, atingido pela Borba Gato,
2345 MMX e a Anglo American. E hoje sou um dos cinco ameaçados incluídos no
2346 programa de proteção de defensor de direitos humanos. E eu quero mostrar
2347 para vocês. Todos viram. Agora, eu vou fazer duas perguntas. É errado o
2348 cidadão lutar pelos seus direitos? Outra pergunta. O que eu acho que é meu
2349 direito é legal? Direito tem que ser legal, se não for legal, não é direito. Então,
2350 por que eu falei de Borba Gato? Porque tem tempo, gente. E eu não vim para
2351 falar muito de mim, porque tem outras pessoas para falar. Hoje, eu vou falar
2352 muito de quem não pôde vir aqui. Lá da comunidade dos Faustinos tem alguém
2353 ali vieram alguns. Da comunidade do Jassém eu acho que não vi ninguém aqui.
2354 Então, tem pessoas que já estão esmorecidas, tipo, ameaçadas: ‘Se você não
2355 concordar, você não vai ser empregado, não vai receber nada’. É triste, gente,
2356 eu fico triste. Ver as pessoas serem pegadas porque dependem daquilo, não têm
2357 saída. Hoje eu moro no município de Conceição de Mato Dentro, já fui retirado
2358 por uma servidão – eu digo servidão de direito minerário –, e hoje eu moro – já
2359 vai fazer um ano – onde não tem água nem luz. E eu estou aqui, tendo força

2360 para vir aqui e contar isso para vocês. Eu não estou mentindo, eu tenho provas,
2361 tem um processo. Em Conceição do Mato Dentro, a Anglo, o Estado, o
2362 município e as autoridades são um massacre, gente. Eu não aguento mais e
2363 não tenho medo de denunciar, em qualquer lugar. Direito é direito, legal é legal,
2364 se não é legal, é ilegal. Se o papa chegar aqui e for ilegal, eu vou falar que ele
2365 é. Se for o presidente de qualquer país eu também vou falar que é ilegal. Eu sou
2366 um lavrador, respeito as pessoas e exijo ser respeitado. Agora, vocês que vão
2367 votar, quando nós chegamos aqui, nós mostramos nossa identidade lá embaixo
2368 para subir, mas, vocês, não, vocês já são conhecidos da casa e tal. Alguns
2369 adolescentes que vieram conosco não subiram porque não trouxeram
2370 identidade. Saíram de casa de madrugada, a mãe levantou e esqueceu a
2371 identidade. Não sei se eles estão em outra sala, porque aqui eles não entraram.
2372 Porque estão sem identidade. Correto. Não trouxe a identidade. Agora, vocês
2373 vão mostrar a identidade de vocês aqui agora, vocês vão mostrar a identidade
2374 de vocês. Vocês estão vendo o povo falar. É mentira? Vão lá para ver se é
2375 mentira o que nós estamos falando. Idosa de cento e tantos anos, mortandade
2376 de peixe, poeira, barulho. Eu sou contra a mineração? Não, nem entendo de
2377 mineração, mas contra violação de direito. E, desrespeito, isso eu conheço. Em
2378 qualquer parte do mundo, qualquer leigo conhece. Agora, a decisão é de vocês,
2379 está na mão de vocês. Quem vai decidir não sou eu, não é ninguém daqui não,
2380 são vocês. Agora, eu gostaria que vocês fossem conhecer a situação de perto.
2381 Sou contra o desenvolvimento? Não. Sou contra alguém trabalhar, ser fichado
2382 em empresa? Não. O que tem eu com isso? Eu não tenho nada a ver com isso.
2383 Agora, respeitem e cumpre as leis de acordo com as leis do país. Hoje, aqui
2384 parece que eu estou lá no Japão. O Japão é que não tem espaço, quando
2385 fazem uma reunião lá, o espaço é muito reduzido. E aqui as pessoas virem a
2386 uma reunião e não poderem entrar. Obrigado.” Darcília Pires de Sena: “Boa
2387 tarde a todos, boa tarde à mesa, a todos que estão presentes. Eu quero dizer
2388 aqui, gente, que eu gostaria de ter tanta alegria igual o prefeito está alegre, igual
2389 os trabalhadores estão alegres, igual os funcionários da Anglo estão alegres. Eu
2390 queria ter essa mesma alegria. Mas, infelizmente, nós não temos, porque
2391 moramos abaixo do empreendimento e estamos vendo a hora que vamos
2392 morrer igual Mariana morreu. Cadê Bento Rodrigues, gente? Morreu. Será que
2393 eles estão esperando essas vezes nossa, será que essa é a alegria nossa?
2394 Não. A nossa alegria é viver, gente, é entender o mundo, que os nossos filhos
2395 não sofram, não passem dificuldade. Eu vejo aí falarem que a Anglo está
2396 sustentando Conceição do Mato Dentro. Por que é agora que ‘Conceição
2397 acordou’? Não. Antes, Conceição já era boa, gente, antes Conceição já tinha
2398 vida. Hoje, Conceição não tem vida, porque nós não temos nem água para
2399 beber. E antes era sustentada Conceição do Mato Dentro com a nossa cultura,
2400 com os trabalhadores, que lá de Água Santa sustentavam Conceição do Mato
2401 Dentro. Por que só a Anglo vale dinheiro? Não. Por que só os trabalhadores
2402 valem? Não. Nós, agricultores, também valem dinheiro, e muito dinheiro

2403 mesmo. Eu quero dizer aqui para a Anglo American que eles contam com tanto
2404 direito que no PNF tem terra cheia de água. E cadê o meu direito, para onde
2405 foi? Que empresa é essa? Cadê o meu direito? Desde Borba Gato que meus
2406 irmãos saíram de Água Santa, foram os primeiros removidos daquele Passa
2407 Sete. E a minha terra está lá. Me mostram a terra, falam que estão fazendo meu
2408 papel. A terra está lá, na água, porque eu não posso mais nem ver a água. Que
2409 riqueza é essa? Tem a água acima do empreendimento, e para baixo nós temos
2410 o quê? Lama, fedor, carniça de tudo que está lá debaixo. É muito sofrimento,
2411 gente. Eu gostaria de um dia ser feliz igual o prefeito está feliz, ser feliz igual
2412 esses trabalhadores estão felizes, mas, infelizmente, não estamos. Eu digo eu
2413 não estou feliz, porque estamos vendo a hora que vai rolar por água abaixo.
2414 Nem peixes vamos comer, porque nós não temos peixe, não temos água, não
2415 temos nada naquele empreendimento em Passa Sete. As pessoas não têm vida
2416 mais, porque a vida da gente é a água. Cadê a água? Cadê a água, gente? Não
2417 tem água nem para boi beber. As criações bebem a água e vomitam no rio de
2418 novo, porque não conseguem engolir, porque o fedor é muito. O gosto deve ser
2419 horrível. Nesses dias eu fui cortar uma vassoura e pisei na beira do rio, e eu
2420 estou com o pé aqui pura frieira, que a frieira não sara. Isso é água, isso é vida?
2421 Não é vida para nós. Eu não sou contra o empreendimento que trabalha, mas
2422 olhem os nossos direitos, pelo amor de Deus, olhem os direitos, nos ajudem a
2423 viver. Conceição era acordada, hoje Conceição está morta. Eu digo isso porque
2424 Conceição hoje morreu. Ela pode estar com vida para outros, que têm mais
2425 dinheiro, mas, para nós, pobres, Conceição morreu. Conceição tinha o que
2426 comer, que nós levávamos da roça para vender lá, e hoje nós vamos ao
2427 mercado comprar e não achamos nem para nós comermos nem para alimentar
2428 os filhos, porque a empresa veio de fora e devorou tudo. Porque nós perdemos
2429 o nosso direito de plantar, porque os que tinham fazenda ao redor venderam
2430 tudo, e nós ficamos só no prejuízo. Eu podia estar lá com a minha terra
2431 plantando igual eu plantava. Eu planto mais? Não planto, eu tenho só o meu
2432 quintalzinho aonde estou morando, mas vejo que qualquer hora a gente vai
2433 rodar abaixo do empreendimento. Ainda têm coragem de pôr na tela que vai
2434 subir mais. Nós somos considerados como o quê? Bicho do mato? Porque até
2435 os bichos do mato estão sofrendo por falta de água, por falta de ficarem
2436 tranquilos no mato. É sofrimento demais, gente, é barulho toda hora. Não temos
2437 sossego de dormir. Hoje nós não conseguimos dormir, estava um barulho
2438 imenso naquela serra. Nós saímos de casa era meia-noite e tanto, para vir aqui.
2439 Nós não precisávamos estar aqui se cumprissem com os direitos, mas não
2440 cumprem com os direitos. O Estado também está ficando muito irresponsável
2441 por isso. Obrigada.” Maria Guerra de Fátima: “Boa tarde a todos, meu nome é
2442 Maria Guerra, sou da comunidade do Beco e do Sapo, porque minhas famílias
2443 são desses lugares, do distrito de São Sebastião do Bom Sucesso, Sapo,
2444 Conceição do Mato Dentro. Depois de ouvir tantos, de uma forma e de outra, eu
2445 acho que ficamos até sem o que dizer, porque nós vimos de todas as formas o

2446 sofrimento, a alegria, a riqueza, a pobreza. E o que mais me dá tristeza, o que
2447 mais me exalta é essa pobreza. Quando eu era criança, bem criança, e os
2448 professores daquela época que me perdoem os que estão presentes, porque eu
2449 também sou, e já estou aposentada, e acho que não fui professora como os
2450 meus foram, que foram excelentes. Eu fui uma menina de roça, dessas
2451 localidades que eu disse para vocês, viajava a cavalo, muitas vezes. Saí de
2452 casa aos 5 anos e meio para morar em casa dos outros. Tenho um histórico de
2453 sete casas por onde passei, pessoas bondosas que me ajudaram. Hoje não sou
2454 doutora, mas tenho um curso superior e sou pós-graduada em psicopedagogia.
2455 Eu sou da terceira turma de psicopedagogia do Instituto de Educação, que é a
2456 terceira do Brasil. Então, nós entendemos as questões psicopedagógicas
2457 embutidas na cabeça do povo, seja do mais alto ou do mais baixo. E para saber
2458 quem é baixo ou quem é alto eu já não sei mais como citar as palavras que
2459 saem dos dicionários da língua portuguesa, porque eu acho que está
2460 precisando fazer uma revisão de tantas coisas, a começar pelo significado das
2461 palavras, pelo significado da palavra lei, da palavra direito, da palavra humano,
2462 da palavra autoridade. Cada um de nós tem a competência de ser autoridade.
2463 Quando falta qualquer um que possa fazer em nome da lei, nós podemos
2464 prender, nós podemos fazer quando alguém está fazendo algo errado. E chega
2465 uma hora que eu fico observando o que virou o nosso país. Senhores
2466 conselheiros, do mais velho ao mais novo, à mais nova, quem são vocês dentro
2467 deste país? Comecem a refletir um a um, porque é isso que eu faço todos os
2468 dias. Eu tenho quatro filhos, não são os melhores, mas não são os piores, e
2469 eles sabem quem é a mãe que têm. Uma mãe que não sabe tudo, que erra,
2470 mas que é capaz de reconhecer o erro, é capaz de refazer a estrada e é capaz
2471 de prezar pelo que dignifica o homem em cima dessa terra, que está acabando.
2472 E eu sinto muito, dona Anglo. Gosto demais de vocês todos, dou bom-dia, boa-
2473 tarde, faço todo mundo rir muito, não é? Mas a minha maior vontade é de fazer
2474 vocês chorarem, a começar do maior investidor ao menor, da maior autoridade
2475 lá dentro da Anglo e do menor. Fazer chorar. Sabem por quê? Porque aquele
2476 que não sabe olhar para o planeta terra, olhar para a história da vida de cada
2477 ser humano e não se solidarizar e não se condoer e não perceber que você está
2478 no mesmo lugar... Você não percebeu ainda? Eu quero te oferecer a última gota
2479 d'água e dizer 'toma a última, agora, está no prego, chupa prego'. Eu não sei se
2480 vocês perceberam o nível da história do nosso povo como está passando, todos
2481 em sofrimento, só que uns nem percebem que estão sofrendo ainda. Eu teria
2482 vergonha. A Anglo não precisa de ninguém puxar. Eu vou falar um palavrão
2483 porque todo mundo fala, é popular. Ninguém precisa puxar saco de Anglo, ela
2484 não precisa de ninguém. E vocês deveriam ter vergonha de ter tido alguém aqui,
2485 vários deles, puxando o saco de vocês. A Anglo teria que chegar em um Brasil
2486 colonizado, entre aspas, porque estamos sendo colonizados. Sinto muito não
2487 ter podido terminar, mas eu termino para vocês refletirem aí a história de
2488 Tiradentes. Não foi só um traidor, foram vários. Não foi só um que levou a vida e

2489 deixou estraçalhado o nosso Tiradentes. E a história está se repetindo,
2490 estraçalhando-se as pessoas de outras formas.” José Elvécio Cesário: “Boa
2491 tarde a todos, meu nome é José Elvécio Cesário, sou morador de Passa Sete e
2492 Água Quente, sou atingido pela Anglo American. Moro abaixo da Anglo a 2 km,
2493 mas a Anglo não nos reconhece como atingidos, já falou várias vezes lá em
2494 casa que nós não somos atingidos. Inclusive, a minha mãe tem 96 anos, é
2495 acamada. A pessoa acamada gasta muita água, que tem que zelar, olhar, lavar
2496 roupa, tudo direitinho. Hoje, nós não temos água, não temos nada. Step 3, não.
2497 Primeira etapa, eles não quiseram pôr água para mim. Segunda, falaram que
2498 nem de galão, que não podiam pôr. Agora, como é Step 3, que eles estão
2499 precisando dele, foram lá e me ofereceu água, estão pondo com caminhão-pipa,
2500 abastecendo com caminhão-pipa. Mas, assim, tem água e não tem, porque,
2501 quando chove, o caminhão não desce lá em casa, eu fico quatro, cinco dias
2502 sem água, porque, chovendo, o caminhão não desce, e eu tenho que me virar.
2503 Eu busco água a 7 km, busquei muitas vezes, desde a primeira etapa que eu
2504 busco água. Agora, eles precisam, foram lá e estão colocando água para mim.
2505 Tudo bem. Seu João Rodrigues está ali, de 70, 80 anos. Outro dia eu o peguei
2506 quase desmaiado pegando água também. A esposa dele não é boa de saúde,
2507 para pôr água para ele é a maior dificuldade. Ele tem lá uma caixinha de 500 l.
2508 Quando eles levam o caminhão de água, tem que ficar uma semana. Com 500 l
2509 d’água, quem é que vive? O córrego Passa Sete passa dentro da casa dele,
2510 mas ele não pode usar a água, porque a água está poluída. As criações dele
2511 bebem água e estão morrendo todas, porque a água está poluída. E nós
2512 queremos o quê? Nós queremos o reassentamento, nós precisamos do
2513 reassentamento, mas tem que ser rápido, porque não tem como viver. A minha
2514 mãe está lá acamada, vocês podem ver, com problema respiratório. Por quê? A
2515 catinga da empresa fede demais. Vocês podem vê-la acamada lá em casa.
2516 Quando estamos dormindo, sai aquela catinga. Se você está alimentando,
2517 almoçando ou jantando, está aquele fedor. Mas a Anglo não nos reconhece
2518 como atingidos, já falou comigo várias vezes: ‘Vocês aqui não são atingidos’.
2519 Mas nós somos atingidos. Moramos a 2 km abaixo da represa de rejeitos e não
2520 somos atingidos? Por que não somos? É isso mesmo, nós somos atingidos.
2521 Outra coisa: horta, nós tínhamos verdura para dar e jogar fora, e hoje não temos
2522 nada, porque não temos água. Cana, tinha muita, roça, tinha de tudo. Hoje, se
2523 quiser viver, vão embora para o supermercado. Tem o dinheiro ou não tem, tem
2524 que ir lá buscar. A Anglo tirou nosso lazer. Tem que ver isso, nós tínhamos
2525 fatura, não precisávamos comprar nada. Porco, a gente tinha muitos, matava
2526 capado gordo, engordava, vendia para os outros. Hoje, nós não temos nada
2527 disso. Tudo isso por conta do empreendimento da Anglo American. Então, eu
2528 não sou contrário trabalhar, porque todo mundo precisa trabalhar, mas vamos
2529 respeitar as comunidades, vamos olhar as comunidades primeiro, por favor.
2530 Aquele que está sofrendo, vamos olhar para o lado dele, dar um jeito com ele.
2531 Não é assim. Obrigado.” Cristina Simonetti: “Boa tarde, sou consultora da

2532 empresa Agroflor, responsável pelos grupos das comunidades vegetais e estou
2533 à disposição para esclarecer dúvidas.” Luciano Pohl: “Boa tarde, Luciano Pohl,
2534 Anglo American, da parte de desenvolvimento sustentável. Apenas para reforçar
2535 toda a tranquilidade de que o trabalho que nós realizamos é seguro,
2536 responsável, pautado pela preocupação e respeito. Eu me coloco à disposição
2537 para eventuais esclarecimentos. Obrigado.” Elizete Pires de Sena: “Boa tarde,
2538 meu nome é Elizete, eu moro nas comunidades onde as pessoas bebem água
2539 da barragem de rejeitos. Nós, moradores da Passa Sete, da Água Quente,
2540 exigimos o reassentamento, antes que seja concedida a licença para expansão
2541 da Mina do Sapo. Nesse reassentamento devem estar garantidos todos os
2542 direitos do PNF, Plano de Negociação Fundiária, porque somos atingidos desde
2543 a instalação do projeto que inviabilizou nossas vidas com contaminação das
2544 nossas águas, acabando com nossos meios de produção, com nosso sustento,
2545 com o sustento dos animais, matando nossos peixes, trazendo fedor, trazendo
2546 barulho, deixando nós morrermos abaixo da lama. Todas as pessoas que falam
2547 ‘ah, a barragem não vai estourar’, como vocês sabem que a barragem não vai
2548 estourar? Vocês não estão lá embaixo para ver o que a gente sente. A gente
2549 sente fedor, barulho e poeira. E aí? Os peixes morrem. E aí? Tem gente que se
2550 sustentava pelos peixes. Como fica a vida dessas pessoas? E dessas pessoas
2551 que não conseguem buscar água para se sustentar, dessas pessoas mais
2552 velhas que não aguentam buscar um garrafão d’água porque passam mal? O
2553 que essa empresa faz? Não faz nada. E essa sirene? Para que serve essa
2554 sirene lá se nem o barulho dela a gente sabe? Não sabemos qual é o tocado
2555 daquela sirene. Se ela tocar, e daí, quem vai saber qual que é? E se correr ou
2556 não vai matar do mesmo jeito. E eu peço a vocês: eu sou uma jovem e estudo.
2557 Que estudo essa Anglo dá? A gente vai para o Senai e, quando ela for embora,
2558 o que a gente faz? Não faz nada. Eu me esforço e consigo sem o Senai, porque
2559 a gente faz o curso técnico, vai lá, estuda e daí? Fica sem emprego a mesma
2560 coisa. Sempre que começa o Step eles inventam um monte de coisa, inventam
2561 um monte de emprego para as pessoas fazerem inscrição e não sei o que mais,
2562 e depois acaba o Step, eles ganham. E aí, cadê as pessoas que se inscreveram
2563 lá, cadê as pessoas do currículo? Eles fingem que veem o currículo. Cadê os
2564 currículos? É só isso.” Marina Amorim: “Boa tarde, senhores conselheiros,
2565 Marina Amorim, jurídico da Anglo American, também estou à disposição se os
2566 senhores precisarem de algum esclarecimento. Obrigada.” Pedrelina de Sena:
2567 “Boa tarde a todos. Meu nome é Pedrelina de Sena, sou moradora de Água
2568 Quente. A água do rio está acabando, as criações de Água Quente estão
2569 morrendo de novo. Ontem mesmo arrastou uma vaca boa de leite que morreu
2570 com a água do rio. E elas só tomam água do rio, então, estão continuando a
2571 morrer. A minha adoeceu, eu gastei 200 contos com a minha vaca. Ontem
2572 mesmo, morreu com a água do rio. Não tem água para as criações beberem.
2573 Os peixes morreram tudo, e as criações começaram a morrer agora. Os peixes
2574 acabaram, e vão morrer agora as criações em Água Quente, Passa Sete e

2575 Jassém. Tudo é uma corrente só. E nós morando à beira do rio. Eu sou
2576 moradora lá há muito tempo, tem 20 anos que eu moro lá. As criações agora
2577 estão morrendo tudo. Eu queria um reassentamento fundiário, porque lá não
2578 tem como a gente ficar mais. É isso que eu te peço, e obrigada a todos.” Lúcio
2579 Guerra Júnior: “Antes de começar, eu gostaria de fazer uma pergunta em
2580 relação ao vídeo, se ele está sendo produzido pelo Estado ou se está sendo
2581 produzido pela empresa e se ele estará disponível para todos os interessados.”
2582 Presidente Renato Teixeira Brandão: “Esse vídeo está sendo produzido pela
2583 empresa, inclusive está sendo transmitido. Mas eu não entendi o objetivo da
2584 pergunta, Sr. Lúcio.” Lúcio Guerra Júnior: “Porque causa estranheza uma
2585 decisão dessa estar tendo essa transmissão dessa maneira, e em outras
2586 oportunidades – porque nós vimos acompanhando esse processo desde início –
2587 isso nunca aconteceu.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Ok.” Lúcio Guerra
2588 Júnior: “Boa tarde a todos, meu nome é Lúcio Guerra, sou morador de
2589 Conceição do Mato Dentro e queria começar. Se tivesse alguém da Polícia
2590 Militar aqui ainda, da mesma maneira que me enquadrou ali, pegou meus
2591 documentos e pegou minha identificação, eu gostaria que viesse e enquadrasse
2592 também o presidente da mesa porque, segundo relatório do sargento que me
2593 abordou, é porque eu estava filmando lá embaixo, por motivo da violação dos
2594 direitos que já começou nesta reunião aqui hoje, do cerceamento de
2595 participação das pessoas interessadas na pauta. E o motivo disso foi por causa
2596 da atuação do senhor presidente, que continuou a reunião e não quis alterar o
2597 local já previsto. Violado, sim, porque não basta ter transmitido pela
2598 videoconferência ou ter uma sala aqui embaixo. Tiveram pessoas que foram
2599 embora porque não sabiam que iam poder entrar, e outras não entraram porque
2600 o Regimento, que tem o horário para fazer a inscrição, foi retirado antes de
2601 essas pessoas entrarem. Então, esta reunião, de certa forma, está violadora
2602 dos direitos da comunidade. De certa forma, hoje estão aqui nesta reunião para
2603 tentar coroar o empreendimento, mas só que o empreendimento é totalmente
2604 violador de direitos, como é notícia em vários veículos de comunicação. Isso
2605 não é novidade para ninguém haja vista como começou esse empreendimento:
2606 destombando uma serra que já era tombada através de mudança de leis. E
2607 continua, aperfeiçoaram essas violações e essas alterações para beneficiar o
2608 licenciamento desse empreendimento. Inclusive, o Regimento Interno aqui, que
2609 toda hora vem e cerceia a fala das pessoas, dentro do que está proposto, mas
2610 totalmente diferente e querendo cercear a ampla comunicação de quem quer
2611 expor. E mudanças nas leis igual era decidido esse empreendimento lá na URC.
2612 Quando veio para cá, houve alteração, inclusive da exclusão da participação do
2613 Ministério Público, que hoje não participa mais dessa decisão. E mais ainda,
2614 alterações de leis no município também para favorecer o empreendimento,
2615 como a aceitação, por exemplo, de uma caracterização ambiental e não um
2616 EIA/Rima completo para ser discutido com a comunidade, com pleno
2617 conhecimento. E por que isso tudo acontece? Porque já vem sendo violado

2618 desde o início, porque um empreendimento concebido pelo Sr. Eike Batista, que
2619 hoje se encontra na posição que se encontra, pelo Sr. Aécio Neves, que se
2620 encontra na posição em que se encontra, pelo Sr. Adriano, que teve uma
2621 participação pequena também nesse empreendimento e encontra-se onde se
2622 encontra, e pelo nosso atual governador, que tem uma certa acusação também,
2623 que é motivo de estarmos aqui atropelando a tudo e a todos. E não me sinto
2624 também esclarecido porque, na audiência pública, vários questionamentos
2625 foram feitos e até hoje sem respostas da SEMAD, que seja, dos técnicos ou da
2626 empresa. Então, esse empreendimento continua violando os direitos. Não basta
2627 ter aqui um abaixo-assinado com 5.000 assinaturas. Está sendo correto o que
2628 está sendo decidido aqui? Vou dar um exemplo: a barragem de rejeito tem uma
2629 previsão para 20 anos. Foi falado, se não me engano, pelo representante do
2630 Ibama e pelo representante do DNPM. Aonde vão ser depositados os rejeitos
2631 dos próximos anos de operação? Isso quer dizer em relação à viabilidade
2632 ambiental. E teve extrema mudança na concepção do empreendimento em
2633 relação a 2008 e ao que está sendo proposto agora. De quem vai ser a culpa se
2634 houver um rompimento e essas pessoas aqui vierem a falecer? Porque muitas
2635 aqui vieram se manifestar. E onde vai ser a próxima barragem de rejeito? Isso
2636 não está claro para ninguém.” Aldo Souza: “Boa tarde a todos, meus
2637 cumprimentos a todos os funcionários públicos, autoridades e também cidadãos
2638 comuns aqui presentes e também o meu respeito aos conselheiros. Eu quero
2639 ser bem breve. Sou engenheiro, brasileiro, diretor responsável pela Anglo
2640 American, um dos diretores aqui no Brasil. Eu queria dizer que existe o nosso
2641 entendimento de que esse processo tem sido conduzido, há anos, com ampla
2642 discussão e a participação de várias entidades e da comunidade e também dos
2643 órgãos intervenientes, além da SEMAD. Queria dizer que a empresa reconhece
2644 os seus impactos, os atingidos, tanto pelos impactos positivos quanto os
2645 impactos negativos. A empresa também reconhece os seus próprios deveres e
2646 os seus direitos como qualquer entidade jurídica ou pessoa física no Brasil.
2647 Dizer que a empresa tem iniciativas de preservação ambiental não somente nos
2648 12 mil hectares que já foram citados aqui em Minas Gerais, como também no
2649 corredor ecológico que está sendo realizado, há anos, na região, com a
2650 contribuição de produtores rurais, mas também na Amazônia brasileira, onde
2651 contribuí com a proteção de mais 60 milhões de hectares em mais de 117
2652 unidades de conservação. É uma das três únicas entidades privadas doadora
2653 do programa Arpa, junto ao Ministério do Meio Ambiente, sendo a única
2654 empresa estrangeira. A empresa coloca nesse processo, na sua operação,
2655 ações de eliminação, mitigação e, quando não possível, a compensação dos
2656 impactos. Mas, além disso, ela vai além e tem iniciativas, várias delas que eu
2657 não vou citar aqui, mas posso evidenciar todas, de investimento em áreas como
2658 a saúde, o patrimônio histórico, cultural, a preservação ambiental, a educação, a
2659 segurança pública, a formação profissional, a reestruturação produtiva rural, que
2660 aqui em Minas Gerais é feita em conjunto com a Emater; o desenvolvimento

2661 científico, dentre outros. A empresa faz isso porque acredita no que faz e nas
2662 pessoas que o fazem e acredita que a mineração sustentável é possível.
2663 Adicionalmente, a empresa Anglo American e as suas pessoas e profissionais
2664 não se furtam ao diálogo com a SEMAD, com as comunidades, com o Ministério
2665 Público ou qualquer outra entidade. Tem sido assim durante o processo de
2666 licenciamento do Step 3, a exemplo da audiência pública realizada em
2667 Conceição do Mato Dentro e também das reuniões públicas em Alvorada de
2668 Minas e Dom Joaquim. A continuidade da operação do Minas-Rio aqui em
2669 Minas Gerais e no Estado do Rio de Janeiro, que está sendo votada aqui hoje,
2670 tem muito e amplo suporte, como já demonstrado, dos funcionários e dos seus
2671 familiares, dos produtores rurais, que aqui se representaram, dos
2672 representantes da academia, incluindo as mais de três universidades federais e
2673 estaduais com as quais a Anglo American tem parcerias formais de
2674 financiamentos de pesquisa e bolsa; da administração municipal dos quatro
2675 municípios da região: Conceição, Dom Joaquim, Alvorada e Serro; dos
2676 sindicatos, representantes legítimos dos funcionários; das comunidades dos
2677 municípios que se manifestaram nas ruas, através de e-mails para as
2678 autoridades e também através de abaixo-assinado entregue aqui hoje; dos
2679 órgãos intervenientes, cuja responsabilidade já foi manifestada no processo; e
2680 da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável,
2681 através do Parecer Único. Nós, da Anglo American, genuinamente, acreditamos
2682 que a mineração é uma atividade econômica singular, que demanda
2683 envolvimento amplo da sociedade, sempre com respeito às pessoas, mas,
2684 principalmente, a mineração é feita de pessoas. Tem sido aqui no Brasil nos
2685 séculos de história do Estado de Minas Gerais e tem sido assim também feito
2686 pela Anglo American, que é uma empresa que opera com mais de 100 mil
2687 funcionários, atuando há mais de cem anos nos cinco continentes, sendo 45
2688 anos no Brasil. Não somente os funcionários, mas também todas aquelas
2689 pessoas das empresas terceirizadas, das instituições locais, das associações,
2690 comunidades rurais e urbanas também fazem a mineração. Pessoas que
2691 querem, de maneira legítima e de boa-fé, exercerem a sua cidadania. São
2692 pessoas que sabem ter direitos, mas também deveres, que colaboram em
2693 esforço conjunto, sem atalhos, sem arrogância, com o objetivo de construir um
2694 futuro melhor para elas mesmas, para as comunidades urbanas e rurais na
2695 região onde o empreendimento se instala. São pessoas comprometidas que o
2696 Brasil precisa para visar ao seu progresso no momento em que o país tanto
2697 precisa. Assim pensa a Anglo American, assim eu penso e por isso eu apoio o
2698 Step 3.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Nós damos aqui fim às questões
2699 das manifestações, e eu vou abrir aqui, segundo o artigo 38, a previsão de
2700 convite para fala, uma vez que foi citado, inclusive, algumas vezes, a atuação
2701 do Ministério Público. Eu vou abrir para fala agora dos senhores promotores,
2702 para mais esclarecimentos.” Marcelo Mata Machado: “Novamente, uma boa
2703 tarde a todos. Eu vou dividir com meus colegas esse tempo que o senhor

2704 presidente nos concedeu. Realmente, um ponto que foi levantado aqui da
2705 tribuna é a questão da comunidade de São José do Jassém, que está dentro da
2706 zona de autossalvamento e sofre impacto nos recursos hídricos em função de
2707 vários assoreamentos, em função dessa presença de manganês que foi
2708 detectada, mortandade de peixes. E no nosso entendimento, embora haja uma
2709 condicionante a ser incluída para fazer um estudo a respeito dessa comunidade,
2710 é uma comunidade que convive com o temor diuturno a respeito de estar dentro
2711 da zona de autossalvamento, abaixo da barragem de rejeitos, o Ministério
2712 Público defende e, inclusive, recomendou ao Estado de Minas Gerais, dentro
2713 desse procedimento de licenciamento, uma recomendação expedida em
2714 conjunto com o Ministério Público Federal, a inclusão dessa comunidade
2715 também na possibilidade de realocação, para que essa comunidade possa se
2716 estabelecer em outro local, mantendo a sua qualidade de vida. Também tem
2717 uma preocupação muito grandes no que tange à questão da mudança de layout
2718 do projeto. A questão dos recursos é uma preocupação muito grande no
2719 Ministério Público. Como o Lúcio Guerra tentou colocar aqui, houve uma
2720 mudança significativa no layout do projeto. Quer dizer, o Ministério Público ainda
2721 não ouviu do Estado uma resposta se é verdadeiramente uma continuação do
2722 projeto. Porque a viabilidade ambiental, em 2008, foi concebida considerando
2723 que a recuperação da cava seria concomitante com a operação. Quer dizer,
2724 cinco anos explorando, e a cava de estéril depois estamparia a cava. E hoje
2725 esse Step 3 está aumentando, drasticamente, a área da pilha de estéril, e esse
2726 procedimento não vai ser mais aplicado, não vai haver a recuperação
2727 concomitante da cava. Com isso, está suprimindo diversas nascentes a mais,
2728 está fazendo uma pilha de estéril, salvo engano, de mais de 200 hectares. Quer
2729 dizer, fazendo uma outra montanha muito maior, e os impactos disso não foram
2730 analisados. E quando se percebe que isso é uma mudança da concepção
2731 original, se é mudança de projeto, se tem que ser tratado como continuação,
2732 como fase de expansão ou como novo empreendimento, o Estado não se
2733 debruçou sobre essa questão, e, a nosso ver, os impactos são muito maiores do
2734 que os previstos, e aquelas condicionantes e contrapartidas originais não
2735 servem agora para cobrir essa mudança tão significativa da questão do layout.
2736 Nós defendemos que o correto é que as comunidades do entorno,
2737 principalmente as que estão sendo trabalhadas junto, Sapo, Cabeceira do
2738 Turco, Turco e Beco, em que existe o comitê de convivência. Inclusive, os seus
2739 membros vieram aqui defender os procedimentos da empresa. Se os impactos
2740 justificam que elas saiam, que saiam dentro do PNF. Porque essas medidas
2741 mitigatórias permitem que elas fiquem lá, aí essa obrigação passa a ser
2742 realmente uma faculdade do jeito e a forma com que a Anglo quer tratar. Por
2743 outro lado, outras comunidades que estão sendo determinadas para incluir no
2744 Plano de Negociação Opcional – o caso que eu citei, Água Quente, Passa Sete
2745 e Jassém – devem ser incluídas no Plano de Negociação Fundiária também ou
2746 que pelo menos seja formado um novo Plano de Negociação Fundiária com as

2747 mesmas premissas legais que foram estabelecidas lá atrás. O que nós não
2748 podemos permitir é que seja uma negociação privada, uma negociação que não
2749 passa pelo crivo deste órgão colegiado ou da Supram, sob pena de amanhã nós
2750 termos os mesmos problemas que foram criados quando a empresa chegou à
2751 região. Era a MMX, mas quando o projeto chegou à região dizendo que era para
2752 criação de cavalos, e foi comprando as terras sem reconhecer os direitos
2753 minerários das pessoas que estavam lá residentes há muitos anos. A atenção
2754 dos senhores eu acho que deve ser redobrada sobre essas questões da
2755 segurança da barragem, em função das comunidades a jusante, a questão dos
2756 recursos hídricos e a questão do monitoramento e fiscalização dessas possíveis
2757 realocações. Para isso não gerar todos os danos que geraram. Quem tem o
2758 histórico desse processo. Os senhores não eram, se não me engano,
2759 conselheiros em Diamantina, mas nós, que vivemos a realidade em Diamantina,
2760 sabemos que o principal conflito sempre se deu em função das questões
2761 relacionadas à terra, ocupação do território pela empresa, regularização
2762 fundiária. E esses atingidos que aqui vieram todos têm questões pendentes em
2763 relação a isso. Eu vou passar a palavra para a minha colega Dra. Andressa.
2764 Muito obrigado pela atenção.” Andressa de Oliveira Lanchotti: “Andressa de
2765 Oliveira Lanchotti, promotora de Justiça. Eu gostaria de ratificar as declarações
2766 do Dr. Marcelo e dizer que essas condicionantes adicionais, como eu havia
2767 mencionado, foram propostas pela SEMAD após essas seis reuniões técnicas
2768 que foram realizadas entre o período de 28 de dezembro do ano passado até
2769 sexta-feira passada. Todas essas reuniões técnicas tiveram a presença da
2770 SEMAD. Essa semana, nós tivemos, na segunda-feira, uma outra reunião,
2771 adicional, com a empresa e com o IPT para tratar, especificamente, da proposta
2772 de acordo feita pelo Ministério Público referente a contratação de auditoria
2773 externa independente para monitoramento dos impactos do empreendimento
2774 sobre os recursos hídricos e também sobre o Projeto de Recuperação
2775 Ambiental dos Córregos Passa Sete e Pereira e sobre aspectos relacionados a
2776 segurança de barragens do empreendimento. Esse escopo da auditoria prevê,
2777 inclusive, a auditoria sobre o plano de gestão de riscos da barragem. Tudo isso
2778 está especificado no termo, que também está na página do MP. As
2779 condicionantes, no nosso entendimento, reforçam, são obrigações adicionais ao
2780 empreendedor. Todavia, nem todos os pontos tratados nas reuniões foram
2781 pacificados. Na reunião, por exemplo, eu posso citar, de flora e fauna, nós
2782 tivemos importante dissenso em relação à posição do Ministério Público no
2783 sentido de que não é possível fazer a compensação das áreas suprimidas de
2784 Campos Rupestres Ferruginosos por Campos Rupestres Quartzíticos, como é
2785 previsto em uma instrução de serviço da SEMAD. Então, não houve pacificação
2786 sobre esse ponto. Também não houve pacificação, só a título de exemplo, em
2787 relação às medidas que estão sendo tomadas para mitigação dos potenciais
2788 danos à fauna. E outras questões, por exemplo, recursos hídricos. O Ministério
2789 Público entende que deve ser garantido, às comunidades que vão ter os seus

2790 recursos hídricos impactados, um sistema de abastecimento definitivo. Nós
2791 rechaçamos, veementemente, a utilização de caminhões-pipa como solução
2792 definitiva. Isso é uma solução emergencial. Então, nós precisamos ter
2793 segurança, por meio de estudos técnicos, de que haverá um sistema de
2794 abastecimento para essas comunidades, tem que estar também estabelecida a
2795 forma de gestão desse sistema de abastecimento. Então, são várias premissas
2796 que não conseguimos superar nessas reuniões técnicas, mas as condicionantes
2797 que foram propostas pela SEMAD, as condicionantes adicionais que serão
2798 apresentadas aqui agora e foram já encaminhadas ao Ministério Público e à
2799 Anglo American para ciência, no nosso entendimento, significam um avanço,
2800 sim, de serem uma obrigação a mais no sentido de resguardar o meio ambiente
2801 e os direitos humanos das pessoas. Se elas não forem suficientes ao longo do
2802 processo, se não forem cumpridas, o Ministério Público ainda tem todo o
2803 arcabouço previsto constitucionalmente para defender o meio ambiente e os
2804 direitos humanos. Nós vamos fazer. Então, tem que dividir as coisas. Não é
2805 porque o MP fez as reuniões com a empresa e a SEMAD que nós estamos
2806 acatando que as condicionantes já resolvem todos os problemas que foram
2807 discutidos nesta reunião. Não é isso, é um instrumento a mais de controle.
2808 Nesse sentido, nós temos que reconhecer que é positivo para as comunidades,
2809 para o Ministério Público, para os órgãos públicos também. Então, é importante,
2810 se houver necessidade de algum esclarecimento específico por parte do
2811 Ministério Público ao longo da apresentação das condicionantes, nós estamos à
2812 disposição para fazer esses esclarecimentos. Muito obrigada.” Luís Gustavo
2813 Bortoncello: “Senhores, boa tarde, de novo. Bem rapidamente, eu quero só
2814 reforçar, quanto às justificativas técnicas, a questão dessas novas
2815 condicionantes. Elas esgotam o tema? Não. Mas elas robustecem a fiscalização
2816 sobre o empreendimento. Logo, são significativas. Elas não esgotam o trabalho
2817 do Ministério Público, em absoluto, há uma preocupação particular e
2818 especialíssima com a realocação das comunidades atingidas, mediante
2819 assessoria técnica independente escolhida pelas comunidades. Há uma
2820 preocupação fundamental com a auditoria externa, objeto do acordo, para
2821 garantir segurança às estruturas, em especial à barragem, e também o
2822 monitoramento dos recursos hídricos. Eu estive na semana passada em Água
2823 Quente. Eu vi – ninguém me contou – um córrego, não mais largo do que essa
2824 mesa, cheio de esgoto. Eu vi o gado refugar de beber aquela água. Eu vi as
2825 famílias sem água, abastecidas em carro-pipa. A emergência, que é o carro-
2826 pipa, virou definitivo. O carro-pipa não leva água suficiente para dessedentação
2827 de animais, usos extraordinários. É fundamental, reforço, essas condicionantes
2828 robustecem a fiscalização sobre o empreendimento, não esgotam o trabalho do
2829 Ministério Público, porém, são deveras fundamentais. Obrigado.” Conselheira
2830 Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu já tinha redigido aqui uma pergunta
2831 sobre essas questões relacionadas à informação dada pelo Ministério Público
2832 de que havia várias irregularidades constatadas no processo de licenciamento

2833 que não foram resolvidas com condicionantes. Então, a minha pergunta ao
2834 Ministério Público, neste momento, diante da confirmação novamente, pela fala
2835 dos promotores, é a minha pergunta que tinha sido feita inicialmente: quais
2836 foram as irregularidades constatadas neste processo de licenciamento que não
2837 foram resolvidas em condicionantes? Porque, conforme eu informei, o Parecer
2838 Único é de 4 de dezembro, todo esse escopo não está nele e já foi informado
2839 que, pelo menos na questão de flora e fauna, existem questões, e a questão de
2840 as pessoas saírem do lugar de risco e mais as questões hídricas, que não
2841 houve consenso. Então, para mim, é muito claro. A pergunta principal que o
2842 Fonasc quer fazer e quer registrar em ata é: quais as irregularidades neste
2843 processo de licenciamento que não foram resolvidas com condicionantes e que
2844 estão diretamente relacionadas a aspectos de viabilidade ambiental? E, diante
2845 disso e do fato de que nós estamos tratando aqui de uma Licença Prévia e que
2846 a questão da viabilidade ambiental é requisito fundamental para qualquer
2847 decisão, quais os encaminhamentos o Ministério Público vai fazer em relação
2848 aos aspectos relacionadas com viabilidade ambiental? No nosso entendimento,
2849 coisas como, por exemplo, o layout, que teve grandes mudanças desde sua
2850 apresentação, somado ao que o representante do DNPM confirmou, que, desde
2851 2013, está em tratativas com a empresa para equacionar esse hiato entre a vida
2852 útil do empreendimento com a vida útil de disposição de rejeito, isso,
2853 claramente, são aspectos de viabilidade ambiental. E por isso, na ocasião, nós
2854 solicitamos retirada de pauta. Então, são as duas perguntas para que a gente
2855 conheça a informação. Que fiquem registradas em ata, porque confirmam o que
2856 o Fonasc disse desde o início. Tem questões graves afetas a aspectos de
2857 requisitos que não estão no bojo desse licenciamento.” Conselheiro Evandro
2858 Carrusca de Oliveira: “Com relação a essa consultoria, esse monitoramento,
2859 parece que a senhora falou em torno de cinco anos, como ele está interferindo
2860 nessa análise futura que nós teremos que fazer? Em termos desse horizonte de
2861 cinco anos e desse horizonte de hoje.” Andressa de Oliveira Lanchotti: “Eu vou
2862 primeiro responder à pergunta do senhor em relação à auditoria. Esse universo
2863 de cinco anos foi pactuado nesse acordo firmado ontem entre o Ministério
2864 Público, a empresa Anglo American, órgão interveniente e IPT. Vão ser
2865 apresentadas condicionantes específicas sobre a auditoria. Vai ter uma
2866 obrigação também de monitoramento, por auditoria externa, dos impactos aos
2867 recursos hídricos, à segurança de barragem e ao acompanhamento da
2868 revitalização dos córregos Passa Sete e Pereira. Ele vai influenciar no sentido
2869 da fiscalização do Ministério Público. Como eu disse, do Ministério Público e
2870 também dos outros órgãos competentes que terão acesso aos relatórios de
2871 auditoria. Porque eles não vão ser exclusivos para o Ministério Público, a
2872 SEMAD também vai ter acesso aos relatórios, para tomar as providências
2873 cabíveis e, verificadas irregularidades, as providências de responsabilização na
2874 hipótese de danos ambientais. Esse período foi consensuado, no primeiro
2875 momento, com as partes. Há uma previsão expressa no acordo da possibilidade

2876 de renovação da auditoria. As obras de alteamento da barragem têm uma
2877 previsão inicial de quatro anos. Então, nós achamos que esse lapso inicial de
2878 cinco permite esse acompanhamento do que está previsto no procedimento de
2879 licenciamento ambiental da extensão da Mina do Sapo enquanto obras a serem
2880 realizadas. É um prazo que, pelo menos no primeiro momento, se mostrou
2881 adequado. Em relação ao questionamento da conselheira, eu gostaria de deixar
2882 bem claro aqui que não é o Ministério Público ou a atuação do Ministério
2883 Público que está hoje aqui em análise e julgamento por esta Câmara de
2884 Atividades Minerárias. Então, a conselheira questionar que os representantes
2885 que estão aqui neste plenário hoje, tentando mostrar os esforços feitos até
2886 agora para superar conflitos e resolver problemas, não tem como esgotar todos
2887 os requisitos e irregularidade, porque não é o momento oportuno. O parecer tem
2888 mais de 480 páginas, então, até seria leviano da minha parte tentar esgotar aqui
2889 tudo o que nós entendemos que não foi atendido. Assim como nos outros
2890 procedimentos os quais o Ministério Público fiscaliza, a nossa atividade não se
2891 encerra aqui. Como nós vamos fazer nós somos legitimados constitucionais
2892 para fazer. Eu sou concursada, os meus colegas também. Eu tenho 18 anos de
2893 Ministério Público. Nós estamos imbuídos dessa responsabilidade, nós
2894 respondemos por eventuais omissões. Só que não é o caso aqui agora. Eu não
2895 posso esgotar aqui todas as questões que não foram abrangidas pelas
2896 condicionantes. Tem procedimentos em curso. O meu colega Dr. Marcelo tem
2897 vários procedimentos investigatórios com provas produzidas na Comarca de
2898 Conceição do Mato Dentro. Nós temos uma ação civil pública que tem por
2899 objeto o reconhecimento do valor cultural da Serra do Sapo, ela questiona a
2900 própria mineração na Serra do Sapo. Então, vai continuar essa discussão. E se
2901 for necessária, em qualquer momento, a tomada de ações judiciais, tomada de
2902 medidas extrajudiciais, nós vamos fazer. Mas essa gestão do Centro de Apoio,
2903 nós temos por primazia que o empreendimento buscar a autocomposição é
2904 melhor do que ingressar em juízo de maneira irresponsável com ações judiciais.
2905 Porque muitas vezes nós não conseguimos ter os mandamentos judiciais
2906 necessário para resolver no primeiro momento os problemas. Então, a solução
2907 consensual é a nossa primeira tentativa. Ela não esgota outros mecanismos,
2908 mas ele deve ser esgotada, sim, antes de buscarmos outros mecanismos para a
2909 solução dos problemas. Então, até aqui nós podemos dizer que nos próximos
2910 dias eventuais acordos possam ter. E se não tiver êxito nesses acordos, nós
2911 vamos entrar com as ações cabíveis. Então, eu espero ter respondido o seu
2912 questionamento, mas é impossível aqui elencar todas as irregularidades, todas
2913 as questões pendentes neste procedimento de licenciamento ou nos inquéritos
2914 civis que estão em trâmite no Ministério Público. Obrigada.” Marcelo Mata
2915 Machado: “Só para complementar a fala da Andressa aqui, as atas de reuniões
2916 que foram produzidas pelo Ministério Público, desses encontros que foram
2917 feitos nesses últimos 30 dias estão todas disponibilizadas na internet. E as
2918 manifestações do Ministério Público, mesmo aquelas que não tiveram

2919 consenso, em que o Ministério Público aponta o seu entendimento sobre
2920 determinados pontos que não estão refletidos no Parecer Único, constam das
2921 atas. Como houve dissenso, como o Estado não concordou, o Estado se
2922 justificou e por aí vai. Então, ali dá para conhecer um pouco desse arcabouço
2923 de coisas que nós questionamos e não avançaram, vamos dizer assim,
2924 consensualmente. Nós também temos disponível lá todos os inquéritos civis,
2925 cujos objetos estão dispostos na internet, no SRU, que qualquer pessoa pode
2926 ter acesso. A nossa relação tanto com a sociedade civil organizada quanto com
2927 os órgãos públicos é totalmente transparente. E é muito comum que as pessoas
2928 vão à Promotoria para pesquisar todos os inquéritos que temos relacionados à
2929 Anglo American. Isso está mais do que divulgado. E o mais importante é que a
2930 gente frise aqui que todas essas reuniões e esse esforço que foi feito para o
2931 avanço na construção consensual de soluções não significam, em momento
2932 nenhum, que o Ministério Público está chancelando a viabilidade ambiental
2933 desse procedimento, até mesmo porque isso não é papel que cumpre ao
2934 Ministério Público.” Luís Gustavo Bortoncello: “Senhores, uma última e rápida
2935 complementação. Nós temos que separar, de forma adequada, as
2936 competências de cada órgão. A competência, primeiro, da SEMAD, que
2937 inclusive propõe a redação das condicionantes, que cabe aos senhores
2938 conselheiros a aprovação ou reprovação. Ao Ministério Público, nesse particular
2939 das normas, coube uma sugestão de aprimoramento de alguns textos. Isso não
2940 significa que os textos dessas novas condicionantes têm o total aval. Não há
2941 essa questão. Existem ainda pontos de dissenso. O Ministério Público fez com a
2942 SEMAD e a empresa, só nas últimas duas semanas, sete reuniões temáticas,
2943 cada uma com quatro horas ou cinco de duração, fora as reuniões internas. Nós
2944 elencamos pontos de questionamentos. Os pontos de questionamentos que nós
2945 não resolveremos por acordo, e a nossa busca é sempre por acordo. Se ao
2946 invés do acordo assinado ontem, que garante, de forma inédita, uma auditoria
2947 externa para segurança da barragem e monitoramento da qualidade dos
2948 recursos hídricos, ingressássemos com uma ação judicial, as obras de
2949 alteamento são de quatro anos, o alteamento estaria finalizado, e a ação civil
2950 pública não estaria julgada até então. Portanto, a busca do Ministério Público é,
2951 sim, pelo acordo, pelo consenso, pelos resultados imediatos. Agora, não
2952 havendo acordo, havendo dissenso, o Ministério Público não se furtará a tomar
2953 as providências extra ou judiciais cabíveis. E, para finalizar, acompanhando o
2954 empreendimento pela Promotoria de Justiça atuante de Conceição do Mato
2955 Dentro, duas Coordenadorias Regionais e um Centro de Apoio. Tem gente
2956 qualificada cuidando da questão.” Presidente Renato Teixeira Brandão:
2957 “Obrigado, promotores. Agora, eu vou passar a palavra, então, para os
2958 esclarecimentos da equipe técnica, que vai falar sobre os relatos de vista
2959 apresentados e sobre as discussões que se fizeram depois e que surgiram aqui
2960 ao longo do processo.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos
2961 Prioritários/SEMAD: “Boa tarde a todos, senhores conselheiros, senhor

2962 presidente e demais presentes. Senhor presidente, estranhamente, hoje, nós
2963 teremos muito poucos pontos técnicos a serem debatidos em relação a esse
2964 processo de LI+LI do Step 3 da Anglo American, uma vez que nas discussões
2965 feitas pela mesa e pelas pessoas aqui presentes muito pouco se falou do
2966 processo técnico em análise, do processo administrativo que está sendo aqui
2967 julgado. Eu vou lembrar de alguns. O primeiro deles o senhor já respondeu: em
2968 relação aos postos de combustíveis, que trata-se, exclusivamente, do nome do
2969 código que nós inserimos, mas é a descrição no parecer que é a válida para
2970 aquele assunto, aquele tema. Quanto isso, o senhor pode ficar tranquilo, pode
2971 se sentir à vontade para votar, se for o caso, da maneira como o senhor expôs.
2972 É só aquilo que está no parecer. Alguns outros pontos foram colocados, mas
2973 são relativos a processos passados. Nós temos aqui uma discussão muito
2974 grande em relação à atuação da empresa Anglo American, em relação à
2975 atuação dos atores aqui presentes com base nas tratativas e relacionamentos
2976 com a comunidade, sobretudo com as comunidades de Água Quente e Passa
2977 Sete, mas também com Jassém, Turco, Cabeceira do Turco, Beco, Gondó etc.
2978 E nesse sentido duas coisas têm que ser referidas. A primeira é que esses
2979 assuntos já estão em discussão há muito tempo, inclusive, nesse processo. Já
2980 foi feita apresentação aqui. O relato de vista do Fonasc nas páginas 17 a 73, do
2981 item 4.2 ao item 7, questionamentos referentes ao tratamento dado à
2982 socioeconomia naquela área. O Ministério Público também aqui apresentou
2983 dizendo que esse documento é que baseou a discussão entre Estado, empresa
2984 e Ministério Público nas tratativas dessa composição tripartite que foi feita nas
2985 últimas sete reuniões. Então, para esclarecimentos, nós continuamos tratando
2986 de assuntos que são referentes a tratativas já antigas do processo e não nos
2987 furtamos a fazer isso. Eu queria pedir licença, senhor presidente, para subverter
2988 uma ordem que é praxe, procedimental aqui na CMI, no COPAM. Normalmente
2989 nós fazemos a discussão técnica, a votação e depois a apresentação de
2990 possíveis condicionantes a serem incluídas. Como as possíveis condicionantes
2991 a serem incluídas são o cerne daquilo que foi apresentado como composição
2992 tripartite, eu gostaria, neste momento, de pedir a licença desta mesa para fazer
2993 a apresentação das 12 condicionantes e uma alteração. Só para deixar claro
2994 que alguns desses temas que foram aqui discutidos já estão compostos nessa
2995 análise feita pela empresa, pelo Ministério Público, motivada pelo Ministério
2996 Público e acatada em alguns pontos e não acatada em outros pontos pela
2997 SEMAD. O Ministério Público deixou bem claro aqui quando é que nós
2998 divergimos. E divergimos muito. Mas também nós compusemos de forma que
2999 grande parte daquilo que se discutiu aqui, da segurança hídrica, do atendimento
3000 às comunidades, do relacionamento da empresa com as comunidades, da
3001 segurança das comunidades em fazer negociações mesmo que opcionais,
3002 programa de negociação opcional, que seja feito com base no apoio de uma
3003 assessoria técnica independente que equilibre as forças entre comunidade e
3004 empresa, independente das vontades da empresa, mas financiada pela própria

3005 empresa. E também, apesar de ser opcional, não está a deus-dará, não será
3006 uma determinação da empresa. É um programa de negociação que vai ser feito
3007 de maneira coletiva, que se pretende de maneira coletiva, garantindo os
3008 mesmos direitos para todos aqueles da comunidade que forem atingidos, que,
3009 eventualmente, optarem pelo reassentamento e que, portanto, garante aquelas
3010 condições mínimas de realocação, em que, no mínimo, as condições de vida
3011 dessa comunidade melhorem. O resultado disso é uma composição que vai ser
3012 feita com apoio da assessoria técnica, pelas comunidades, com a empresa,
3013 certamente com a chancela e o acompanhamento do Estado e do Ministério
3014 Público. Nós jamais vamos abrir mão disso. Esse é um histórico que não
3015 começa exatamente nessa condicionante. Nós emitimos em novembro de 2017
3016 o ofício nº 111/2017, da Suppri, determinando que a empresa apresentasse no
3017 bojo do programa de convivência três novos programas, reapresentasse três
3018 novos programas. O Programa Negociação Opcional, que estabelecia a entrada
3019 daquelas comunidades. Aí, sim, a mudança nesse programa é a contratação da
3020 assessoria técnica. Isso já estava previsto lá atrás, no nosso ofício, de
3021 determinação. Um programa de indenização pelos danos. Então, é uma
3022 avaliação técnica por outra assessoria técnica ou pela mesma assessoria
3023 técnica dos danos que foram impingidos àquela comunidade. Quaisquer que
3024 sejam os danos. Pode ser janela quebrada, parede trincada ou pode ser o dano
3025 de alguma negociação que não tenha sido feita dentro dos parâmetros de
3026 negociação fundiária naquela época. Todos esses danos têm que ser discutidos
3027 e resolvidos dentro do programa de negociação por danos. E um terceiro
3028 programa, que é o programa de solução de conflitos. Nós entendemos que
3029 existem ainda grandes conflitos a serem saneados naquelas comunidades. O
3030 programa de solução de conflitos vai tratar de assuntos como os que foram aqui
3031 apresentados. O advogado veio aqui e falou 'nós temos dois conflitos em
3032 relação a questões judiciais que não foram saneadas que nós precisamos
3033 sanear'. É no programa de solução de conflitos que têm que ser saneadas
3034 essas questões. E como são programas determinados à empresa eles são
3035 obrigatoriamente acompanhados por esta Casa. A Suppri, como detentora do
3036 processo, a Supram Jequitinhonha, como parceira analista, e este Conselho
3037 certamente vão tomar conhecimento e acompanhar todas essas soluções dos
3038 conflitos sociais existentes. O que restou discutido, reapresentado, reelaborado
3039 em uma grande rodada de debates com o Ministério Público e a empresa foi
3040 que nem tudo aquilo apresentado pela empresa em resposta ao que nós
3041 solicitamos dava solução a todos os conflitos que nós ainda víamos. Daí a
3042 necessidade dessa discussão. Foram quatro grandes temas: recursos hídricos,
3043 cavidades, socioeconomia e barragem. Então, não estamos tratando aqui só de
3044 socioeconomia. Socioeconomia aqui é o maior apelo, certamente, mas nós
3045 temos condicionantes aqui que tratam da proteção de cavidades naturais
3046 subterrâneas. Que, apesar de haver determinação legal para isso – não
3047 precisaríamos sequer condicionar, porque a lei é muito clara que elas não

3048 podem sofrer impactos –, nós trouxemos para cá para deixar bem claro que nós
3049 estamos vedando qualquer impacto naquelas áreas até que sejam solucionadas
3050 as questões pertinentes. Apesar de haver previsão na lei, na norma. Então,
3051 nós estamos sendo mais do que diligentes em relação a isso. Dessa maneira,
3052 os senhores já têm na mão, já viram quais são, nós estamos propondo a
3053 alteração da condicionante 39 – a condicionante 39 já existe no processo – para
3054 que ela fique muito clara, para que o texto fique muito claro sobre qual será o
3055 escopo de contratação dessa assessoria técnica independente ou dessas
3056 assessorias técnicas independentes. Porque a condicionante permite, inclusive,
3057 que diferentes comunidades optem por diferentes assessorias técnicas. Essa é
3058 uma opção que tem que nascer da decisão irreparável da própria comunidade.
3059 É a comunidade que diz como ela quer negociar e qual é o tipo de assessoria e
3060 de apoio de que ela precisa. Não somos nós que vamos determinar isso. Então,
3061 a primeira condicionante é uma alteração da condicionante 39. Ali também tem
3062 quais são as comunidades que têm que ser assessoradas, que serão
3063 agraciadas com esse tipo de serviço. Os senhores ouviram aqui falar muito de
3064 Água Quente, Passa Sete e Jassém, mas nós temos Taporoco,
3065 Itapanhoacanga, o próprio Sapo, que já está com processo avançado de
3066 negociação. Em que pese não estar acertado ainda, não estar finalizado, já tem
3067 um processo maior; Turco, Cabeceira do Turco, então, todas essas
3068 comunidades serão agraciadas. Então, a condicionante 39 estabelece que
3069 caberá à empresa ‘custear a contratação e disponibilizar Assessoria Técnica
3070 Independente e multidisciplinar, a ser escolhida por cada comunidade, a fim de
3071 subsidiar a participação ampla e informada de todas as comunidades em todos
3072 os planos, programas e ações de responsabilidade do empreendedor junto às
3073 comunidades que sofreram ou sofrerem algum dano ou que tenham seu modo
3074 de viver afetado pelo empreendimento, devendo contemplar, no mínimo, as
3075 comunidades de Água Quente, Beco, Turco, Cabeceira do Turco, Córregos,
3076 Gondó, Itapanhoacanga, Passa Sete, São Sebastião do Bom Sucesso (Sapo),
3077 São José do Jassém, São José do Arruda, São José da Ilha e Taporoco’. Então,
3078 nós temos uma condicionante que estabelece um reequilíbrio de forças entre
3079 todas essas comunidades, no mínimo, e a empresa no tratamento das suas
3080 disposições. A próxima condicionante. A condicionante 40 trata dos recursos
3081 hídricos. Já foi também dito aqui pelos colegas do Ministério Público. É ‘custear
3082 a contratação de serviço de auditoria externa e independente para
3083 monitoramento dos impactos do empreendimento sobre os recursos hídricos
3084 superficiais e subterrâneos, com duração de 5 (cinco) anos, passível de
3085 renovação, bem como para o acompanhamento da recuperação do córrego
3086 Passa Sete até a sua efetiva revitalização’. É importante trazer o histórico das
3087 condicionantes e do acompanhamento que a SEMAD tem feito em relação a
3088 essa revitalização. Não é uma diligência de agora que faça parte só desse
3089 acordo, dessa condicionante. A LO do Step 2 já traz em uma das
3090 condicionantes a obrigação de revitalização dos córregos Passa Sete e Pereira

3091 até a confluência dos dois, na comunidade de Cachoeira. Essa é uma
3092 condicionante já existente. O empreendedor precisa apresentar um projeto de
3093 recuperação e, após o projeto de recuperação, executar essa recuperação. Ela
3094 foi trazida para cá como uma nova condicionante porque estabelece prazo e
3095 amplia a necessidade de monitoramento. É preciso dizer que esse
3096 monitoramento acontece há muito tempo. Nós temos autos de infração lavrados
3097 em desfavor da empresa em relação aos eventos que aconteceram de redução
3098 da qualidade de água para além dos limites permitidos por lei desde 2011,
3099 quando aconteceram alguns eventos, acidentes ambientais que assorearam os
3100 dois córregos. E daí nós temos acompanhado e previsto. O empreendedor já
3101 apresentou aqui no âmbito tanto da CMI quanto da CNR os motivos pelos quais
3102 ainda não conseguiu fazer a recuperação, e não cabe a nós fazer aqui juízo de
3103 valor desses motivos. Mas, de qualquer maneira, o Estado tem sido sempre
3104 diligente com relação a isso. O prazo para apresentação do projeto é de 90 dias
3105 após a concessão da LP+LI. A 41 é uma condicionante de obrigação legal, veda
3106 as 'intervenções previstas para os imóveis rurais sob os registros números 120,
3107 130, 195 e 297, que não poderão ocorrer antes da efetiva regularização do
3108 Cadastro Ambiental Rural - CAR, mediante a apresentação do recibo, que
3109 conste todas as matrículas do imóvel rural.' Antes de iniciar as intervenções
3110 existentes do ponto de vista do Cadastro Ambiental Rural, sejam cumpridas
3111 antes de qualquer intervenção. A condicionante 42 determina à empresa
3112 'custear a contratação de diagnóstico, por instituição independente nas
3113 comunidades, para avaliação de características de tradicionalidades, sendo a
3114 sua abrangência definida em termo de referência a ser apresentado pela
3115 SEMAD ao empreendedor em 60 (sessenta) dias, para a sua execução. O
3116 reconhecimento de comunidades tradicionais, na verdade, por força de lei e
3117 decreto, eu não vou saber os números, mas tem uma lei e um decreto que
3118 regulamenta. O reconhecimento só se dá por autorreconhecimento da
3119 comunidade tradicional. Isso não impede, no entanto, que se façam estudos de
3120 conhecimento de características tradicionais que devam e possam ser
3121 preservadas. Por exemplo, a forma de fazer o queijo não é necessariamente de
3122 uma comunidade tradicional, mas certamente é uma tradicionalidade que tem
3123 que ser conhecida, vislumbrada e protegida sempre que possível proteger. Esse
3124 é um exemplo, mas podem ter outros. O prazo é de 240 (duzentos e quarenta)
3125 dias após a entrega do termo de referência, que tem que ser dado em até 60
3126 (sessenta) dias. A condicionante 43 determina o custeio da 'contratação de
3127 serviço de auditoria externa e independente para análise geológica/geotécnica,
3128 referente à barragem de rejeitos e seus alteamentos, durante todo o período em
3129 que perdurarem as obras de alteamento, remetendo-se à SEMAD o protocolo
3130 de recebimento pelo DNPM dos respectivos relatórios. E a determinação do
3131 custeio é de 90 dias após a concessão da LI+LI." Conselheiro Claudinei Oliveira
3132 Cruz: "A condicionante 43, ok, concordo plenamente. Entretanto, o final dela eu
3133 sugiro que seja 'os referidos relatórios sejam anexados ao PSB'. Porque hoje

3134 nós não recebemos relatório de auditoria, nós recebemos a conclusão dele, que
3135 é a declaração de estabilidade. E isso é via sistema SIGBM. Então, vai começar
3136 a gerar papel no DNPM. Anexando ao PSB, que é o Plano de Segurança de
3137 Barragem deles, quando tiver fiscalização, o técnico que estiver lá vai verificar o
3138 PSB e vai ver os relatórios. Do jeito que está aqui o DNPM não concorda.”
3139 Presidente Renato Teixeira Brandão: “A sugestão do conselheiro Claudinei é
3140 que o protocolo seja anexado ao PSB. Tem como verificar, conselheiro
3141 Claudinei, se ele foi ou não anexado ao PSB?” Conselheiro Claudinei Oliveira
3142 Cruz: “Através de vistoria in loco. O que acontece hoje? Como eu disse, os
3143 relatórios de auditoria, nós recebemos a conclusão deles, que é a declaração de
3144 estabilidade. Lá tem, inclusive, as recomendações. E isso é anexado ao SIGBM.
3145 Então, hoje o DNPM trabalha com o SIGBM. Estamos tentando entrar no século
3146 XXI. Dessa maneira que está aqui, qual vai ser a periodicidade desse relatório?
3147 Vai ser relatório toda semana protocolado? Então, eu acho mais prático que ‘os
3148 referidos relatórios sejam anexados ao PSB’.” Presidente Renato Teixeira
3149 Brandão: “Nós só não vamos ter uma prova de comprovação disso. Essa que é
3150 a dificuldade.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD:
3151 “Deixa eu fazer duas considerações. Primeiro em relação a essa condicionante.
3152 Eu acho que não há prejuízo de haver ‘remetendo-se à SEMAD a informação de
3153 que tal resultado de auditoria está anexada ao PSB’. Aí ele fica disponível,
3154 imediatamente, para vistoria por qualquer um dos eleitos para fazê-lo. A própria
3155 SEMAD, o DNPM, o Ministério Público, a qualquer momento. Eu acho que não
3156 há prejuízo, uma vez que o relatório de auditoria vai estar disponibilizado. Me
3157 parece que ele vai ser enviado também para o Ministério Público por força do
3158 termo, então, não há prejuízo em relação a esse cumprimento.” Presidente
3159 Renato Teixeira Brandão: “A proposição é ‘remetendo a SEMAD’...” Rodrigo
3160 Ribas, superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “A informação de que o
3161 relatório está disponível junto ao PSB, que é obrigação do empreendedor
3162 manter disponível na área de trabalho dele durante todo o período. A segunda
3163 consideração que me foi chamada a atenção, senhor presidente, é que na
3164 verdade a condicionante 39 substitui as condicionantes 39 e 40 do Parecer
3165 Único original, porque ela condensa a assessoria técnica com as comunidades
3166 a serem efetivamente atendidas.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Então,
3167 deixa eu fazer o esclarecimento para os conselheiros. O parecer ia até a
3168 condicionante 40. Vai haver uma substituição simples da 39.” Rodrigo Ribas,
3169 superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “A partir da 39 valem essas
3170 que estão colocadas aqui.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Fica o mesmo
3171 prazo, não é?” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD:
3172 “Fica o mesmo prazo, 90 dias após a concessão da LP+LI. A condicionante
3173 número 44 é uma condicionante que não nos diz respeito diretamente, porque
3174 uma das coisas que nós não acertamos é em relação à validade das anuências.
3175 As anuências tanto do Iphan quanto do Iepha para o Estado de Minas Gerais
3176 são válidas e compõem o processo. Contudo, a pedido do Ministério Público, foi

3177 feita a inclusão da condicionante 44 para que fosse feito o estudo de Epic/Repic
3178 e apresentado para manifestação dos conselhos municipais de patrimônio. Eles
3179 não vão remeter ao Estado de Minas Gerais a aprovação desses estudos, não
3180 tem que remeter, o lepha já reconhece que foi adequadamente instruído, mas
3181 vão remeter ao município de Conceição do Mato Dentro e aos municípios de
3182 Alvorada e Dom Joaquim, me parece, os estudos de Epic/Repic para que eles
3183 possam ser conhecidos pelos conselhos municipais e, assim, chancelados.”
3184 Presidente Renato Teixeira Brandão: “Chamou atenção na 44 Epic/Repic. Você
3185 quer esclarecer?” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos
3186 Prioritários/SEMAD: “São os estudos culturais pedidos pelo lepha para instruir
3187 os processos deles e não os nossos. Em relação à condicionante 45, nós
3188 solicitamos a apresentação da ‘revisão do Programa de Convivência de forma a
3189 abarcar os planos de negociação opcional, de solução de conflitos e de
3190 indenização por danos, considerando os parâmetros determinados pelo ofício
3191 Suppri/Suram/SEMAD/Sisema nº 111/17, e, ainda, as situações – é um avanço
3192 em relação ao que estava naquele ofício que não tinha ficado claro o
3193 contemplado pelo programa – dos posseiros, meeiros, parceiros, arrendatários,
3194 trabalhadores e herdeiros, com a previsão, inclusive, de revisão de eventuais
3195 aquisições para que se adequem aos critérios objetivos e coletivos do PNO.’
3196 Uma das coisas que percebemos no histórico é o desvirtuamento do tratamento,
3197 por exemplo, de meeiros com parceiros que não são efetivamente instituídos,
3198 mas que são faticamente instituídos, e aí nós queremos a inserção desses
3199 parceiros com as mesmas condições, uma vez que eles dependem uns dos
3200 outros para estabelecer suas condições de vida. Aí a necessidade dessa
3201 condicionante. O prazo é 90 dias após a concessão da LP+LI. Apresentação de
3202 um novo plano, com essas considerações. A condicionante número 46 é
3203 ‘apresentar programa de estruturação da comunidade de São José do Jassém’.
3204 É importante que se diga – isso já foi afirmado aqui antes –, o Estado de Minas
3205 Gerais, a SEMAD e o Ministério Público não coadunam do mesmo
3206 entendimento do que seriam a ADA, a AID e o tratamento com essas áreas.
3207 Nós, historicamente, tratamos a ADA, Área Diretamente Afetada, como aquela
3208 necessária para imposição do empreendimento, aquela área onde vai ser
3209 instalado o empreendimento. E, a partir dela, a Área de Influência Direta, a Área
3210 de Influência Indireta, em que os processos de mitigação e controle dos
3211 impactos vão se dar de maneira diferenciada. Por isso que nós tratamos essas
3212 comunidades de maneira diferenciada em relação àquelas que foram removidas
3213 obrigatoriamente, aquelas que estão na ADA. Esses conceitos também são
3214 clássicos, não só aqui, mas no próprio Ministério do Meio Ambiente, em
3215 processos do Ibama. São conceitos clássicos, e não há nada de equivocado
3216 adotá-los. Dessa maneira, nas nossas discussões, nós chegamos a um termo
3217 pelo menos temporário. O Ministério Público já deixou claro que, se não for
3218 eficiente, eficaz, vai entrar com as medidas necessárias, quais sejam nova
3219 recomposição ou a judicialização dos fatos. Mas, neste momento, a composição

3220 foi que haveria um estudo específico dos impactos de estruturação de São José
3221 do Jassém, verificando, inclusive, novos impactos em relação a uma possível
3222 negociação e realocação das comunidades de Água Quente e Passa Sete, que
3223 já estão no PNO, o Programa de Negociação Opcional. Então, nós escrevemos
3224 exatamente essa condicionante: 'Apresentar programa de estruturação da
3225 Comunidade de São José do Jassém, contendo: avaliação de todos os
3226 impactos específicos sobre a comunidade, inclusive referentes àqueles
3227 ocasionados pela eventual realocação de população nas comunidades de
3228 Passa Sete e Água Quente; as medidas mitigadoras e estruturantes
3229 necessárias; estudos e processo de avaliação de permanência de impactos
3230 sobre a comunidade; inclusão dos residentes no plano de negociação, a
3231 depender das consequências dos impactos constatados para a comunidade.' O
3232 prazo de apresentação desses estudos, de apresentação do escopo aprovado e
3233 dos estudos já elaborados é de 240 (duzentos e quarenta) dias após a
3234 concessão da LP+LI. Só para esclarecimento, não está nessas condicionantes,
3235 se eu não me engano, mas está no Ofício 111/2017 a inclusão das
3236 comunidades de Água Quente e Passa Sete no PNO, além de Sapo, Turco e
3237 Cabeceira do Turco, já foi determinada. Então, essas comunidades já terão a
3238 oportunidade de serem realocadas dentro daquilo que for estabelecido no PNO,
3239 nas negociações coletivas assessoradas pela assessoria técnica independente.
3240 A condicionante 47 determina à empresa 'custear a contratação de novo estudo,
3241 por consultoria independente e especializada, com o objetivo de aferir quais
3242 foram as comunidades efetivamente impactadas e se os impactos cumulativos
3243 decorrentes da operação do empreendimento, desde a fase 1, foram majorados
3244 ou se surgiram novos impactos, bem como se existem impactos que não foram
3245 mitigados que possam justificar, inclusive, uma possível realocação de
3246 eventuais atingidos'. De novo, em acordo com aquilo que foi tratado com o
3247 Ministério Público, nós estamos repetindo uma condição que foi estabelecida
3248 anteriormente. Nas fases de LI e LO do Step 1, antes da operação, foram
3249 determinados estudos independentes, por uma consultoria independente
3250 escolhida pela comunidade, acompanhada pelo Ministério Público, que realizou
3251 um relatório, conhecido como estudo da Diversos, que trazia novos impactos
3252 nessas condições de majoração de impactos, cumulatividade dos impactos,
3253 eventual incapacidade da empresa de resolver esses impactos. A consideração
3254 do Ministério Público que nós acatamos foi que isso só se deu no momento da
3255 instalação, o momento da operação não foi avaliado. E aí agora nós temos um
3256 outro cenário, que o aumento da operação trouxe novos impactos que não
3257 estavam previstos. É importante dizer que os impactos previstos foram todos
3258 analisados por este Conselho, os impactos previstos têm medidas de mitigação,
3259 têm programas de controle. Então, na verdade, um novo estudo independente
3260 para além daquele que foi feito, para ver se há novos impactos para que este
3261 Conselho possa, como condicionante, homologar o estudo e, eventualmente,
3262 novos atingidos. O prazo da 47 é 240 dias após a concessão da LP+LI. A

3263 condicionante número 48 – eu já falei dela aqui no princípio – é a reafirmação
3264 de uma condição legal. Eu vou pedir aos senhores licença para não ler as
3265 cavidades todas, porque nós vamos embaralhar. Mas estão lá para os senhores
3266 verem. Então, é uma determinação de ‘não realizar supressão das cavidades
3267 naturais subterrâneas’. Tem uma lista dessas cavidades naturais subterrâneas,
3268 extensa, deixando bem claro quais são as que estão vedadas, até que seja
3269 realizada a descrição formal dos táxons novos apresentados. Isso quer dizer
3270 que foi feita a pesquisa de bioespeleologia, foram encontrados táxons novos,
3271 animais que precisam de descrição formal desses táxons novos. E aí nós
3272 aplicamos o que a IN 02/2017 já estabelece: não pode haver supressão da
3273 cavidade até que sejam descritos formalmente. Embaixo o texto que está
3274 basicamente na IN 02/2017, do MMA, que é o que nos rege for força do decreto
3275 federal 99556, é o que nos rege na ação de proteção às cavidades. Então,
3276 estabelecemos a mesma obrigação. ‘O empreendedor deverá apresentar aceite
3277 (no prelo) de artigo em revista ou periódico reconhecido pela comunidade
3278 acadêmica da descrição científica formal dos táxons novos encontrados ou
3279 apresentar um laudo do especialista confirmando a existência de caracteres que
3280 se repetem, comprovando que os indivíduos de cada grupo pertencem a uma
3281 única forma taxonômica e que não representem troglóbios raros, endêmicos ou
3282 relictos, conforme § 2º do artigo 18 da IN MMA nº 02/2017’. O que nós estamos
3283 fazendo aqui é bloqueando essas cavidades e mandando cumprir a norma, mais
3284 nada além disso.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Eu vou ler só os
3285 números das cavidades para registrar: CSS-01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 07A, 08,
3286 09, 10, 11, 12, 16, 23, 24, 25, 27, 29, 30, 68, 73, 76, 77, 80, 84, 89, 97, 98, 100,
3287 101, 105, 111, 113, 114, 115, 116, 118, 043, 081 e 155. Desculpe, até 188 é
3288 CSS. A partir daí, temos a FSS-043, 081, 155 e 162.” Rodrigo Ribas,
3289 superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “Perfeito, senhor presidente. E
3290 o prazo de cumprimento dessa condicionante é antes da supressão das
3291 cavidades. Tem que fazer o cumprimento da norma antes da supressão das
3292 cavidades. A condicionante nº 49 determina ‘não realizar intervenção na área de
3293 influência das cavidades existentes na ADA até que seja apurada a existência
3294 ou não do atributo relevância histórico-cultural e religiosa pelo Iphan’. Esse é um
3295 posicionamento da coordenadora do tema do patrimônio cultural, Dra. Gisele,
3296 que não acatou a apresentação, do empreendedor, do laudo arqueológico que
3297 estava em estudo e pediu que o Iphan fizesse a validação. Então, até que haja
3298 a validação de um laudo arqueológico em que o arqueólogo comprove que
3299 entrou em cada uma das cavidades em que há pedido de supressão de
3300 cavidade, elas serão bloqueadas.” Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira: “Eu
3301 gostaria de questionar o Rodrigo qual a garantia de que o Iphan vai fazer esse
3302 estudo dentro do prazo viável.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos
3303 Prioritários/SEMAD: “Na verdade, a condicionante diz que o Iphan tem que
3304 validar, tem que apurar e, apurando, valida. Nós não temos aqui na SEMAD
3305 gestão sobre o procedimento, o protocolo feito no Iphan. O que nós temos é que

3306 o Iphan – que participou da reunião, que não é signatário do acordo, mas é
3307 signatário da ata –, fará validação e essa apuração para nós. Então, não é da
3308 nossa competência fazer essa validação, que é exclusiva do Iphan.” Presidente
3309 Renato Teixeira Brandão: “Respondido, conselheiro?” Conselheiro Paulo
3310 Eugênio de Oliveira: “Eu fico meio inseguro porque, se realmente o Iphan não
3311 fizer, eu não vejo como se pode obrigar a isso acontecer.” Anderson Silva de
3312 Aguilar, subsecretário de Regularização Ambiental/SEMAD: “Deixa eu só fazer
3313 uma complementação, para entendimento, sobre esse ponto. Como o Rodrigo
3314 falou logo no início, as condicionantes que estão sendo apresentadas como
3315 inclusão são resultantes de uma série de reuniões que foram realizadas. E
3316 nesse tema específico o Iphan estava participando da reunião, está em ata o
3317 compromisso do Iphan. O Dr. Marcelo já colocou que as atas ficam
3318 disponibilizadas no site, então, o Iphan já se comprometeu a realizar avaliação.
3319 Então, não há prejuízo de se votar essa condicionante, porque há o
3320 compromisso do Iphan em fazê-lo.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos
3321 Prioritários/SEMAD: “Então, a condicionante nº 49 é essa e também o bloqueio
3322 de supressão de cavidades. Até que seja feita a apuração, as cavidades ficam
3323 impedidas de serem suprimidas. A condicionante nº 50 determina ao
3324 empreendedor o custeio de ‘contratação de instituição independente, após
3325 consenso entre as partes acerca da escolha, para o levantamento e valoração
3326 dos danos materiais e imateriais. Os estudos deverão contar com metodologia
3327 adequada e a participação das comunidades atingidas para a caracterização
3328 das perdas e danos ao longo do processo de licenciamento ambiental, o que
3329 inclui a produção, modos de vida, atividades costumeiras, redes e laços de
3330 solidariedade, entre outros aspectos.’ O prazo é de 240 (duzentos e quarenta)
3331 dias. Na verdade, é uma condicionante que vem reforçar aquilo que nós já
3332 apresentamos aqui dos programas. O programa de indenização por custos tem
3333 que levar em consideração critérios objetivos que sejam amparados em estudos
3334 técnicos que sejam elaborados. Essa condicionante tem que estabelecer que
3335 critérios o programa vai trabalhar nesse período. Eu acho que em relação às
3336 nossas condicionantes é isso. Em relação aos outros critérios, por exemplo,
3337 água, eu acho que não precisamos nos prolongar aqui. ‘Atendimento de água
3338 em Água Quente e Passa Sete’. Por dois motivos. Primeiro que esse tema foi
3339 recorrente em todas as nossas discussões. Nós já condicionamos o
3340 atendimento de Água Quente e Passa Sete, a empresa já demonstrou que não
3341 consegue atender, porque um poço não deu vazão necessária. Há um conflito
3342 da empresa com a comunidade, que não permite a perfuração de outro poço.
3343 Nós condicionamos ao estabelecimento de uma estação de tratamento de água.
3344 A estação de tratamento de água não pôde ser construída, e foi constatada,
3345 inclusive, pelo grupo de conselheiros que fez a análise do estudo da Diversos,
3346 em que constavam o representante da sociedade civil organizada, o
3347 representante da Fiemg e o representante do Ministério Público. Houve a
3348 constatação de que a comunidade não permitia a instalação da ETA. Então, nós

3349 temos um sistema de conflito que está estabelecido, que não vem ao caso aqui
3350 fazer a discussão, uma vez que as comunidades que estão impostas – Jassém
3351 e Água Quente – já estão previstas no Plano de Negociação Opcional. Água
3352 Quente e Passa Sete. Também previsto nesse programa, determinada a
3353 previsão nesse programa, pelo Ofício 11, que, até que sejam atendidas as
3354 realocações necessárias e para todos aqueles que resolverem permanecer lá, a
3355 empresa continua obrigada a fornecer água em quantidade e qualidade, por
3356 conta dos impactos que foram gerados. Então, tem que fazer uma leitura do
3357 programa que está no processo. Eu acho que é só isso, senhor presidente.”
3358 Presidente Renato Teixeira Brandão: “Eu queria aproveitar. O conselheiro
3359 Marcelo trouxe duas questões, os textos estão aí. O Marcelo fez a confecção do
3360 texto, está visível para os conselheiros.” Conselheiro Marcelo Belisário Campos:
3361 “Teve uma adequação no texto. ‘Apresentar comprovação do cumprimento das
3362 condicionantes aferidas no âmbito da anuência para supressão de vegetação da
3363 Mata Atlântica expedida pelo Ibama’. Está de acordo com a condicionante de
3364 anuência que está posta no licenciamento.” Rodrigo Ribas, superintendente de
3365 Projetos Prioritários/SEMAD: “Nós estamos de acordo, e parece que o
3366 empreendedor quer fazer uma manifestação.” Presidente Renato Teixeira
3367 Brandão: “Não seria melhor criar uma periodicidade. A partir de cada momento
3368 que tiver uma autorização, tem que reportar. Eu estou fazendo como sugestão
3369 de ter um tempo em que ele tem que reportar se venceu o prazo e se foi
3370 cumprido ou não.” Conselheiro Marcelo Belisário Campos: “Nós entendemos
3371 que a competência do licenciamento ambiental é do Estado e que o Ibama tem
3372 uma manifestação de anuência. Conforme diz a própria legislação, é
3373 incorporada pelo processo de licenciamento. A princípio, isso sequer deveria
3374 voltar para o Ibama, ficaria no âmbito do licenciamento. Agora, nós temos um
3375 trabalho a ser nivelado entre as partes, então, atenderia.” Rodrigo Ribas,
3376 superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “O empreendedor sugeriu a
3377 periodicidade anual. Ano a ano, ele comprovaria à SEMAD que vem cumprindo
3378 suas obrigações junto ao Ibama. Como a SEMAD tem a prática com esse
3379 empreendedor, desde 2014, de estabelecer relatório de cumprimento de
3380 condicionantes anuais, nós não vemos prejuízo em alterar para anual. Quanto
3381 ao procedimento, nós vamos ter que fazer o alinhamento internamente.”
3382 Conselheiro Marcelo Belisário Campos: “É coerente com os próprios prazos da
3383 licença.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Agora, a segunda
3384 condicionante.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD:
3385 “Foi proposta pelo Marcelo Belisário, do Ibama, ‘estudar e apresentar
3386 alternativas de disposição de rejeitos que dispensem a utilização de barragem
3387 de rejeitos ou pelo menos que reduzam essa forma de disposição’. Até aí nós
3388 mantivemos idêntico. Na verdade, isso aí já vem do nosso trabalho, nós já
3389 tivemos outros processos aqui em que deixamos bem claro que temos pedido a
3390 todos os empreendedores que façam exatamente esse exercício. A partir daí,
3391 eram quais as condições com que nós iríamos trabalhar de periodicidade, de

3392 tempo, de imposição. Então, de maneira que não sejam realizados novos
3393 alteamentos, além daqueles apresentados na LP original, ou novos barramentos
3394 para disposição de rejeitos para todo o período operacional do Step 3 da Mina
3395 do Sapo. É importante dizer, senhor presidente, senhores conselheiros, que nós
3396 trabalhamos – e já foi dito muitas vezes aqui – com a questão da segurança
3397 jurídica e da viabilidade ambiental e econômica do empreendimento. Em 2008,
3398 quando foi outorgada a Licença Prévia original, que tratou de todo o processo,
3399 todo o empreendimento, já havia a previsão desses dois alteamentos. Na
3400 verdade, eram três alteamentos e foram reduzidos para dois alteamentos, com
3401 perda de 5 metros em relação a essa imposição. Dessa maneira, nós
3402 conversamos e ajustamos que essa seria a melhor forma, inobstante nós
3403 exigirmos, como é prática nossa, que sejam feitos os estudos necessários para
3404 separação de rejeito lamoso e ferroso, para redução da disposição de rejeitos,
3405 para espessamento da lama para melhoramento da ocupação dessa barragem,
3406 de forma que não sejam necessárias novas barragens. Então, como nos é
3407 sempre muito cobrada aqui a manutenção do projeto original, apresentado e
3408 aprovado em 2008, é preciso que isso também seja. E é importante também
3409 que aquilo que nós não cumprimos no projeto de 2008, por exemplo, a
3410 disposição de estéril em cava, é porque existe uma vedação de obrigação
3411 imposta pelo DNPM para que não haja imobilização de ativo da União naquelas
3412 cavas, porque elas não são mineradas até sua exaustão. Então, nós temos
3413 alteração da disposição de cava para pilha, porque há uma vedação do próprio
3414 DNPM em relação a isso. Isso foge ao escopo da decisão.” Conselheiro
3415 Evandro Carrusca de Oliveira: “Foi falada aqui, várias vezes, de uma defasagem
3416 de 20 anos para 28 anos com relação à capacidade dessas barragens. O que
3417 você poderia me esclarecer? Fizeram referências, várias vezes, a uma
3418 defasagem da capacidade das barragens de 20 anos para 28 anos. Quer dizer,
3419 ficou um déficit de oito anos. Eu gostaria de entender um pouquinho melhor
3420 essa colocação.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos
3421 Prioritários/SEMAD: “Eu, sinceramente, não tenho condição de fazer essa
3422 resposta em relação ao déficit dos 28 anos para os 20 anos. A equipe não está
3423 completa aqui para fazer. Além do mais, nós não fazemos a análise da
3424 viabilidade econômica da disposição de barragem e da segurança de barragem,
3425 não é do nosso escopo fazer esse tipo de análise. Nós analisamos o impacto da
3426 implantação e da operação da barragem e não necessariamente desse prazo. O
3427 empreendedor está à disposição para fazer o esclarecimento necessário. Se o
3428 presidente assim determinar, o empreendedor está aqui para fazer o
3429 esclarecimento.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Pode passar para o
3430 empreendedor fazer o esclarecimento, mas eu só queria esclarecer o seguinte.
3431 A questão do tempo das formas de disposição tem que ser proporcional ao
3432 tempo também dá licença. Então, nós estamos deliberando hoje sobre uma
3433 LP+LI, que é de seis anos, e essas licenças têm que ser renovadas e
3434 reavaliadas. Se o empreendedor tiver que regularizar e não tiver, depois desse

3435 prazo, lugar para colocar, ele não vai colocar. Mas nós estamos discutindo uma
3436 série de outras questões que batem na condicionante do Marcelo, que é a
3437 viabilidade de novas tecnologias. Então, essa discussão toda dentro desse
3438 período, a previsão é que tenha, se conseguir concretizar, o aumento da vida
3439 útil em função da diminuição do material que pode ser disposto.” Conselheiro
3440 Evandro Carrusca de Oliveira: “Eu fiz essa colocação em cima do que o Marcelo
3441 tinha dito. Se isso está sendo contemplado ou não nesses estudos, essa
3442 defasagem.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD:
3443 “Nós entendemos que o estudo é que vai contemplar, que vai nos trazer essa
3444 informação de qual é a ampliação de vida útil possível. Para dar um exemplo,
3445 em outro processo analisado aqui na CMI, há pouco tempo, uma primeira
3446 apresentação de vida útil de um sistema de disposição de rejeitos tratava em 20
3447 meses. Mas já há, nos estudos desenvolvidos pelo empreendedor, ampliação
3448 disso para mais de cinco anos. Quer dizer, nós passamos de 20 meses para 60
3449 meses, exclusivamente, com esse sistema, espessamento e separação. Então,
3450 é no âmbito do estudo que nós vamos ter a percepção de qual é a ampliação da
3451 viabilidade do prazo de vida útil dessa barragem e até mesmo, eventualmente,
3452 da eliminação da necessidade de barragem. Nós temos outros processos em
3453 que já está sendo feita a proposta de reutilização do rejeito pela barragem,
3454 readequação, empilhamento drenado. Então, nós temos uma série de
3455 propostas. É o estudo que vai nos trazer a segurança técnica, nesse período
3456 que está sendo proposto, para falar qual vai ser a ampliação do prazo. É
3457 importante que se deixe claro que até o momento, até que esse estudo seja
3458 homologado pelo Conselho, ficam vedadas as proposições de novos
3459 alteamentos, além daquele que foi proposto na LP de 2008, e de novas
3460 barragens. Elas não têm que sequer serem mencionadas pela empresa e não
3461 têm viabilidade, porque a condicionante veda a implantação de uma nova
3462 barragem até que esse estudo seja homologado nessas condições discutidas.”
3463 Conselheiro Francisco de Assis Lafetá Couto: “Dessas novas condicionantes,
3464 seis falam em contração de auditoria externa independente, instituição
3465 independente. O ‘independente’, nós estamos vendo aqui que não sejam da
3466 própria empresa. É isso ou pressupõe uma outra coisa? Na discussão com o
3467 Ministério Público e com a SEMAD, esse ‘independente’ está se mostrando o
3468 quê?” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “É isso
3469 mesmo. Na verdade, serão economicamente dependentes da empresa, porque
3470 a empresa vai custear, mas são uma assessoria das comunidades. A
3471 assessoria ou as assessorias são da comunidade. Tem uma série de critérios,
3472 diz não pode ter sido contratado pela empresa nos últimos anos, tem que ter
3473 reconhecido conhecimento na área, tem que ser aprovada pela própria
3474 comunidade, tem que ser decidida pela comunidade. Então, ela é uma
3475 assessoria para a comunidade e que não depende administrativamente da
3476 Anglo American.” Conselheiro Francisco de Assis Lafetá Couto: “Mas tem outras
3477 consultorias que não são ligadas à comunidade, por exemplo, auditoria externa

3478 independente de monitoramento de impacto hídrico.” Rodrigo Ribas,
3479 superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “É o mesmo sentido.”
3480 Andressa de Oliveira Lanchotti: “Em relação à auditoria externa para verificar a
3481 segurança de barragem e recursos hídricos, essa questão está sendo regulada
3482 no TAC que foi assinado ontem, quais são os critérios, o escopo da auditoria,
3483 tudo isso. Ela tem que ser independente. São as condicionantes 40 e 43.
3484 Independente significa que ela tem total independência em relação à empresa,
3485 não faz parte do corpo técnico da empresa e também não se reporta à empresa.
3486 O termo de acordo deixa bem claro que o serviço de auditoria é para o
3487 Ministério Público e órgãos públicos competentes. Em relação às outras
3488 condicionantes, por exemplo, a 39, ‘custear a contratação e disponibilizar
3489 assessoria técnica’, essa contratação, como disse o Sr. Rodrigo Ribas, é
3490 regulamentada, entre outros documentos, por uma nova técnica expedida pela
3491 Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social do Ministério Público, que faz
3492 parte dessas atas, tem menção a ela nas atas. E ela tem critérios, porque as
3493 comunidades que têm que aprovar a consultoria para assistência técnica.”
3494 Presidente Renato Teixeira Brandão: “Com relação ao prazo da condicionante
3495 proposta pelo Marcelo.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos
3496 Prioritários/SEMAD: “Daquela condicionante proposta, o prazo é dois anos. O
3497 consultor me inqueriu aqui a respeito de alguns dos prazos que foram
3498 sugeridos.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Eu vou fazer só uma
3499 pergunta, primeiro, aos conselheiros. Os conselheiros entenderam todas as
3500 condicionantes, não é?” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu
3501 quero saber em que momento nós vamos retomar. O primeiro estágio sempre
3502 foi tratar das questões afetas ao licenciamento e depois se discutir as
3503 condicionantes. Hoje, eu testemunhei uma inversão de ordem, se passaram
3504 informações rasas sobre a questão do licenciamento – eu tenho algumas
3505 perguntas para fazer – e já se passou direto para as condicionantes. Então, eu
3506 quero lembrar que, quando terminar a discussão, tudo que está acontecendo
3507 em relação às condicionantes, o Fonasc está requerendo a oportunidade de
3508 tratar da questão do licenciamento em si.” Presidente Renato Teixeira Brandão:
3509 “O nome da conselheira já está na lista para essa questão. Eu estou querendo
3510 fechar, essa é uma proposição que veio da própria equipe técnica, se o
3511 entendimento está claro para os conselheiros. Eu acho que aí nós podemos
3512 iniciar, agora, as discussões com relação à questão do processo em si. O
3513 Rodrigo já passou pelas questões que foram levantadas nos relatos de vista,
3514 fazendo esclarecimento e também colocando essas condicionantes. Eu
3515 pergunto se algum conselheiro tem alguma questão a mais com relação ao
3516 processo e aos esclarecimentos que foram feitos.” Conselheira Maria Teresa
3517 Viana de Freitas Corujo: “Primeiro, aproveitar e requerer que a fala na íntegra
3518 do superintendente da Suppri conste em ata, assim como as considerações
3519 feitas pelo Ministério Público no segundo momento. Eu já tinha requisitado em
3520 relação ao primeiro momento. Em relação ao licenciamento, foi afirmado pelo

3521 Sr. Rodrigo Ribas que algumas condicionantes foram baseadas no estudo do
3522 Gesta, incorporado ao parecer de vista do Fonasc. Ressaltamos e queremos
3523 registrar que foi subvertido o que foi avaliado e concluído pelo Gesta, já lido
3524 hoje em um trecho do que foi lido pela professora Ana Flávia, no qual foi
3525 colocado pelo Gesta que as recomendações técnicas contidas no parecer em
3526 questão só fariam sentido e só poderão cumprir o seu papel de orientar e
3527 subsidiar a formação de um correto juízo de viabilidade socioambiental e a
3528 definição de medidas adequadas ao controle ambiental, caso venham a ser
3529 atendidos. E que teriam que ter sido tratados e debatidos antes da concessão
3530 de qualquer licença. Para ficar claro, porque não pode ficar registrado neste
3531 licenciamento que o que o Gesta apontou de recomendações técnicas embasa
3532 condicionantes. Segundo ponto. Foi afirmado pelo Sr. Rodrigo Ribas que,
3533 estranhamente, hoje não teremos muitos pontos técnicos. O Fonasc não pôde
3534 apresentar o seu parecer de vista. Quem quiser conhecer, acesse o site da
3535 SEMAD. Considerando o nosso parecer de vista, que foi robusto em questões
3536 técnicas, que se referiam, sim, a este processo de licenciamento e não o
3537 contrário, como chegou a ser colocado, que isso tinha a ver com outro
3538 processo. Após essas considerações que nós consideramos rasas e que não
3539 responderam praticamente nada do que o Fonasc apontou de elementos
3540 técnicos, e é lamentável, se passou direto às condicionantes, como se estivesse
3541 dando por encerrada a discussão sobre as questões afetas a viabilidade
3542 ambiental. Então, a pergunta é a mesma pergunta que o Fonasc já fez ao
3543 Ministério Público e que pretendia fazer e que estou fazendo agora. Quais foram
3544 as irregularidades constatadas neste processo de licenciamento, discutidas com
3545 o Ministério Público e empresa, que não foram resolvidas com condicionantes?
3546 Além da definição da ADA e das áreas de influência informadas pelo Sr.
3547 Rodrigo Ribas em sua fala, quais foram aquelas relacionadas com aspectos
3548 referentes a viabilidade ambiental? Segundo ponto e último. O Sr. Claudinei
3549 Cruz disse que o órgão já vem trabalhando com a Anglo a questão da
3550 disposição dos rejeitos, essa dicotomia entre 20 e 28 anos, e mencionou um
3551 ofício de 2013. O promotor Dr. Marcelo informou que houve mudança grande no
3552 layout sem resposta da SEMAD e que os impactos não foram analisados. Essas
3553 falas confirmaram que a questão da disposição de rejeitos não está
3554 devidamente equacionada no processo de licenciamento da etapa 3. Qual a
3555 posição da Suppri e Supram Jequitinhonha a respeito desse ponto?
3556 Considerando a Resolução Conama nº 1/86, na qual o artigo 5º diz: 'O Estudo
3557 de Impacto Ambiental, além de atender a legislação, em especial os princípios e
3558 objetivos expressos na Lei da Política Nacional de Meio Ambiente, obedecerá
3559 às seguintes diretrizes gerais. 1) Contemplar todas as alternativas tecnológicas
3560 e de localização do projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução
3561 do projeto. E uma pergunta simples. Qual o PAE que a Suppri e Supram
3562 Jequitinhonha analisaram ou consideraram em sua análise no bojo da análise
3563 deste processo licenciamento?" Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos

3564 Prioritários/SEMAD: “O primeiro ponto, em relação às irregularidades, senhora
3565 conselheira, eu acho que vou ter que repetir aqui um posicionamento que já foi
3566 dito pelo próprio Ministério Público. O fato de nós sentarmos à mesa,
3567 coadunarmos um acordo, uma composição que é tripartite, deixa claro que nós
3568 queremos solucionar uma série de questões que, historicamente, vêm
3569 pendentes. Isso não quer dizer que nós acatamos ou que nós reconhecemos
3570 que haja irregularidades no processo. Se nós reconhecêssemos irregularidades
3571 no processo, nós teríamos que ter a hombridade de fazer as diligências
3572 necessárias, tirar o processo de pauta, até a solução dessas irregularidades. A
3573 Secretaria de Estado de Meio Ambiente, no bojo da análise do processo que
3574 está em pauta aqui, não reconhece haver irregularidades na sua análise naquilo
3575 que diz respeito à atuação exclusiva da SEMAD, da Suppri e da Supram
3576 Jequitinhonha. Mesmo que não haja concordância dos diversos atores em
3577 relação a isso, nós temos um posicionamento claro em relação a esse fato. Nós
3578 escrevemos esse posicionamento em um parecer que tem 456 páginas e que,
3579 de forma alguma, pode ser chamado de raso nem de incompleto. Ele pode até
3580 não dar solução para as outras questões históricas que foram postas aqui e que
3581 nós coadunamos com a forma de solução, mas de maneira alguma
3582 reconhecemos que haja irregularidade no trato em relação a esse processo em
3583 qualquer momento e que isso que tenha que rebater sobre esse processo neste
3584 momento aqui em julgamento. Deixar bastante claro isso. E dessa maneira eu
3585 acho que resta respondido o segundo ponto do mesmo tema. Em relação ao
3586 PAE, é bom que a senhora entenda, que os conselheiros entendam que a
3587 SEMAD não analisa PAE, a SEMAD não vincula a análise do Plano de
3588 Aproveitamento Econômico do empreendimento, porque essa é uma
3589 competência da Agência Nacional de Mineração. É ela que analisa, aprova o
3590 PAE e emite o direito de minerar. Se por acaso o empreendedor, que tem uma
3591 licença ambiental que não se vincula ao direito minerário como direito de
3592 minerar, não se vincula à capacidade de minerar do empreendedor, mas se
3593 vincula à capacidade de gerir impactos ambientais. Se ele por acaso minerar, se
3594 tirar meio quilo de minério de ferro de uma área que não tem PAE aprovado e
3595 não tem concessão de lavra, ele tem que ser preso pela Polícia Federal, porque
3596 isso é crime. Não é do que nós tratamos aqui, nós não fazemos avaliação de
3597 PAE, a avaliação de PAE é de competência exclusiva do DNPM.” A senhora
3598 pode repetir, por favor, o segundo ponto? Eu, realmente, na elaboração da
3599 resposta, acabei esquecendo.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas
3600 Corujo: “Na realidade, o segundo ponto foi que nós colocamos que, sim, tem
3601 muitas questões técnicas. Como o senhor mesmo disse, o Parecer Único da
3602 Suppri e Supram é de 400 páginas. Eu falei em relação a ‘rasas’ nesse
3603 momento agora. Sobre isso, o senhor fez, realmente, considerações muito
3604 superficiais. A quantidade de elementos técnicos colocados no parecer de vista
3605 do Fonasc. Foi isso que eu coloquei. Lembrando também que, na realidade, o
3606 Parecer Único é do dia 4/12 e que tudo isso que o senhor trouxe para justificar

3607 essas condicionantes novas, que foram tratadas em reuniões técnicas, todo
3608 esse escopo de justificativas, razões, argumentações para o consenso estão
3609 completamente alijadas do Parecer Unico, porque ele foi de 4 de dezembro.
3610 Então, na realidade, o ponto 2 não tem uma pergunta, foi só uma consideração.
3611 O senhor já respondeu, ou seja, de certa forma, não respondeu em relação a
3612 quais foram as irregularidades. O senhor justificou que, para a SEMAD, tem um
3613 posicionamento claro de que não existe qualquer irregularidade no âmbito deste
3614 processo de licenciamento. Em relação à outra questão é a questão da
3615 Resolução Conama frente às questões que pelo menos aqui foram ditas, que é
3616 a dicotomia e a não clareza e não informação sobre a disposição de rejeitos,
3617 confirmada tanto pelo DNPM, no sentido de que existem tratativas desde 2013
3618 sobre essa questão, como pelo promotor. E eu perguntei qual a posição da
3619 Suppri e Supram Jequitinhonha a respeito desse ponto, considerando que,
3620 segundo a Resolução Conama, artigo 5º, inciso I, isso era requisito chave
3621 porque isso deveria estar devidamente tratado no bojo do Estudo de Impacto
3622 Ambiental, porque isso tem a ver com alternativa técnica e locacional e
3623 localização do projeto e, conseqüentemente, a definição de área de influência e
3624 ADA, que o senhor confirmou que também não existiu entendimento e consenso
3625 com o Ministério Público.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos
3626 Prioritários/SEMAD: “Em relação ao EIA/Rima, o empreendedor já apresentou
3627 aqui dizendo que foi feito de acordo com o termo de referência apresentado
3628 pelo próprio órgão ambiental, que segue as premissas legais da Resolução
3629 Conama 01/86 e de todas as outras normativas daí decorrentes. Então, não
3630 vemos o que discutir em relação ao cumprimento ou descumprimento do artigo
3631 5º da 01/86, uma vez que o EIA/Rima está completo e pôde ser visitado por
3632 todas as pessoas ao longo do tempo, inclusive em audiência pública e em duas
3633 reuniões públicas. Em relação às alternativas técnicas e locacionais, é preciso
3634 que se diga que a alternativa locacional e técnica da barragem está aprovada na
3635 LP de 2008. O que nós fizemos foi visitar a viabilidade ambiental através de
3636 um novo EIA apresentado nesse processo, porque aquilo que nos é cobrado
3637 intensamente pela sociedade civil, que é manter o processo original, foi acatado
3638 nesse momento também, mantivemos o processo original. Esse alteamento e
3639 essa disposição em barragem já estavam previstos e se mantiveram previstos.
3640 O nosso entendimento – e esse é um entendimento não para este processo,
3641 mas o entendimento para todos os processos de mineração do Estado de Minas
3642 Gerais – é que realmente não é suficiente, daí a determinação, para outros
3643 empreendedores e para este empreendedor, da condicionante proposta pelo
3644 Ibama e acatada pela equipe técnica de fazer um estudo de novas formas de
3645 tecnologia de disposição de rejeitos que sejam econômica e ambientalmente
3646 viáveis. Então, o próprio parecer e a inserção da condicionante já deixam claro
3647 qual é a postura da Suppri e da SEMAD em relação a essa necessidade. O fato
3648 de haver uma condicionante não nos impede de validar e avaliar como
3649 ambientalmente viável a disposição e alteamento da barragem nesse momento.

3650 Não há impedimento nisso. Barragem de rejeito é uma atividade lícita, é uma
3651 forma de disposição de rejeito tecnicamente reconhecida, que tem técnicas de
3652 engenharia que são determinadas e reconhecidas por normativas dos órgãos
3653 competentes e que são lícitas. Portanto, nos coube avaliar. Com relação à
3654 viabilidade ambiental por conta da alternativa locacional de retirada do minério,
3655 de ampliação da cava, a ampliação da cava não tem alternativa locacional, só
3656 se pode fazer cava onde o minério está. É uma rigidez locacional que é
3657 imbatível, só se pode minerar onde tem minério. Então, a cava será rígida
3658 sempre. Em relação à análise 'rasa' que a senhora disse, o que eu disse é: o
3659 parecer de vista da senhora foi disponibilizado para todos há 40 dias, se não me
3660 engano. O parecer da Suppri e Supram Jequitinhonha está disponibilizado há
3661 70 dias. Eles foram perfeitamente conhecidos por todos que quiseram, foram
3662 amplamente citados aqui. Então, são conhecidos, e a discussão não pode ser
3663 chamada de 'rasa', porque está chamando a leitura dos conselheiros de 'rasa'.
3664 Eu acho que não foi isso que a senhora quis dizer, também não foi isso que eu
3665 quis responder, de maneira alguma. Eu disse que todos os pontos foram
3666 discutidos. O parecer de vista da senhora foi discutido aqui, não só por mim.
3667 Uma vez que citado pelo próprio Ministério Público como base das sete
3668 reuniões técnicas que aconteceram, ele foi considerado e discutido. Das
3669 considerações e discussões, foram geradas essas condicionantes que nós
3670 trouxemos aqui, como uma forma inicial de solução daqueles pontos em que
3671 nós convergimos, e certamente vai gerar novas reuniões e novas discussões
3672 em relação aos pontos que nós divergimos. O processo é dinâmico, como já foi
3673 dito. Eu não quis menosprezar, de maneira alguma, a sua citação nem a minha
3674 fala em dizer que nós fomos rasos na análise. Pelo contrário." Conselheiro
3675 Francisco de Assis Lafetá Couto: "A condicionante nº 37 fala em apresentar
3676 novo PEA, Programa de Educação Ambiental, conforme diretrizes estabelecidas
3677 pela Deliberação Normativa 214/2017. E o prazo está '60 dias após a
3678 concessão da licença'. Eu gostaria que a gente trocasse esse prazo para o
3679 prazo estabelecido pela própria deliberação normativa, que vence em abril. O
3680 prazo estabelecido pela própria DN, não 60 dias, porque o prazo legal é o que
3681 está colocado na própria DN." Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos
3682 Prioritários/SEMAD: "Nós não temos nenhum óbice em alterar o prazo para
3683 cumprir a DN." Presidente Renato Teixeira Brandão: "Então, a proposta trazida
3684 pelo conselheiro Francisco é vincular a condicionante 37 ao prazo que a própria
3685 Deliberação Normativa 214 estabelece. O prazo estabelecido pela DN 214.
3686 Algum conselheiro tem alguma dúvida com essa sugestão? Não? Enquanto a
3687 assessoria vai fazendo, passo a palavra ao conselheiro Claudinei." Conselheiro
3688 Claudinei Oliveira Cruz: "Senhor presidente, duas questões que eu gostaria de
3689 colocar. A primeira é com relação a disposição de estéril em cava e mudou,
3690 porque o DNPM tem participação direta nessa questão. O processo
3691 830.359/2004 teve a LP em 2008, e também o requerimento de lavra dele foi
3692 apresentado em 2008. E teve concessão de lavra publicada em 2010. E tanto o

3693 PAE quanto a LP previam essa disposição, em cava, em estéril. Até aí, tudo
3694 bem. Só que três anos mais tarde, o outro processo da Anglo American,
3695 832.979, que é um processo contíguo a esse, teve seu relatório final aprovado
3696 em 2013. Então, com essa aprovação do relatório final mais esses três anos de
3697 operação do 359, detectou-se que a cava final projetada aonde devia-se jogar o
3698 estéril existia minério ainda lá, um volume considerável, uma reserva, enfim.
3699 Então, o DNPM, em sua competência e obrigação, emitiu um ofício para a Anglo
3700 American dizendo que não se poderia mais fazer a disposição de estéril
3701 naquelas cavas. Então, o que acontece? A Anglo American mudou o projeto por
3702 uma determinação do DNPM. Então, que isso fique claro. Tem o ofício aqui, o
3703 ofício de 2013, uma exigência do DNPM que não se faria mais disposição em
3704 cava técnica, se tivessem reservas economicamente lavráveis. Senão iria
3705 bloquear. Então, esse é um ponto, que eu acho que ficou claro. Segundo ponto
3706 é o seguinte. Com relação a esses oito anos de defasagem que estão se
3707 comentando muito também, eu acho que tem que ficar clara uma coisa. A LP
3708 aprovada lá em 2008 contemplava apenas um processo minerário, então, tinha
3709 uma vida útil. Hoje, nós já estamos falando de três processos minerários, então,
3710 isso aumentou, com certeza, aumentou em oito anos a vida útil do
3711 empreendimento. Mas o empreendedor poderia, inclusive, pleitear outra
3712 barragem nesse processo agora, mas ele não fez isso, tanto que nós estamos
3713 conversando com ele a esse respeito desde 2013, essa questão, como vamos
3714 fazer com esses oito anos para que não seja feita barragem, uma disposição
3715 em pilha, quem sabe. Enfim, então, nós estamos conversando com ele desde
3716 2013. Eu acho que essa questão dos oito anos é muito relativa a isso. Os
3717 processos minerários aumentaram, na verdade, contemplaram-se mais
3718 processos agora.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Obrigado pelo
3719 esclarecimento, Claudinei. Eu acho que contribuiu para o esclarecimento dos
3720 conselheiros. Eu pergunto se mais algum conselheiro tem alguma
3721 consideração.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Requerer
3722 que as considerações do representante do DNPM constem na íntegra na ata,
3723 porque existem equívocos em relação à informação dada sobre o licenciamento
3724 inicial e os DNPMs, e aí nós podemos, posteriormente, tomar as providências
3725 cabíveis.” Conselheiro Claudinei Oliveira Cruz: “Na minha visão, não existe
3726 equívoco nenhum. Isso está tudo documentado e relatado. Não tem equívoco
3727 nenhum.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Eu acho que agora nós
3728 podemos iniciar o processo de votação.” Rodrigo Ribas, superintendente de
3729 Projetos Prioritários/SEMAD: “Só uma dúvida, senhor presidente. Sem dúvida, a
3730 discussão foi sui generis. Vai ser feito como em todos os outros, vai aprovar
3731 primeiro aquele processo com aquelas condicionantes e depois as alterações,
3732 essas inclusões e alterações?” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Nós
3733 vamos fazer desse jeito. Os conselheiros tiveram acesso. A minha sugestão, e
3734 os conselheiros podem se manifestar. Há um consenso entre a equipe técnica e
3735 a proposição, principalmente, das alterações colocadas pelos conselheiros e a

3736 inclusão das duas condicionantes do conselheiro Marcelo, do Ibama, para a
3737 gente fazer em uma só. Então, nós vamos iniciar agora o processo de votação.
3738 Aqueles conselheiros que estão de acordo com o Parecer Único emitido pela
3739 Supram, pela concessão da licença da Anglo American, se mantenham como
3740 estão.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Voto contrário pelas
3741 razões amplamente aqui apontadas, inclusive porque esse processo não está
3742 devidamente instruído, teria que ter sido retirado de pauta, foi negado o pedido
3743 de vista do Fonasc com vários fatos novos que me são realmente claros. E
3744 entendemos que é muito grave essa questão do projeto Minas-Rio diante de
3745 todos os impactos e sofrimento das pessoas e do futuro. Eu quero dizer que eu
3746 preciso me ausentar agora. Como o Fonasc não vai entrar no escopo de
3747 condicionantes, a partir da própria lógica que, se esse processo tinha que ser
3748 retirado de pauta, não há como transformar isso em condicionantes. E deixar já
3749 registrado o nosso voto contrário às condicionantes. Se não é possível, então,
3750 eu estou me ausentando e justificando que não vamos tratar de questões de
3751 condicionantes, por discordar e repudiar a forma como esse licenciamento foi
3752 tratado. Gostaríamos de finalizar requerendo a transcrição. Só requerer que
3753 sejam transcritas em ata também todas as falas das comunidades.” Presidente
3754 Renato Teixeira Brandão: “Então, nós temos a votação, 11 votos favoráveis e
3755 um contrário. Agora, nós vamos iniciar. Está claro para os conselheiros, as
3756 condicionantes. A Suppri e a Supram fizeram proposição de inclusão de 11
3757 condicionantes mais alteração de uma condicionante. Alteração da
3758 condicionante 39 e inclusão das condicionantes de 40 a 50.” Rodrigo Ribas,
3759 superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “Isso mesmo. É porque
3760 chegaram ao nosso conhecimento três pedidos de alteração naquilo que já foi
3761 discutido aqui. Nós gostaríamos já de fazer a proposição. Já que a ideia do
3762 senhor foi de fazer votação em bloco, propor as alterações que foram feitas
3763 para que sejam incorporadas em bloco também. Nós já nos manifestamos
3764 favoráveis a essas alterações, de pronto.” Presidente Renato Teixeira Brandão:
3765 “Eu vou tentar organizar para os conselheiros. Nós temos no parecer as
3766 condicionantes de 1 a 39. Nós vamos propor aqui a alteração de uma
3767 condicionante, a 37, trazida aqui agora, com relação ao prazo; a alteração da
3768 condicionante 39, discutida aqui; e a inclusão de mais 11 condicionantes. Isso é
3769 o que nós temos para ser votado. E a inclusão de mais duas condicionantes
3770 apresentadas pelo conselheiro Marcelo, do Ibama. Ok? Aí, a Suppri vai fazer o
3771 esclarecimento com relação a dois ajustes de mais condicionantes. Seis
3772 ajustes. Eu já estou colocando que essas condicionantes é o que nós vamos
3773 votar agora e esses ajustes. São 11 condicionantes propostas pela equipe da
3774 Suppri, alteração da condicionante 37, do prazo, alteração da condicionante 39
3775 e inclusão de duas condicionantes propostas.” Rodrigo Ribas, superintendente
3776 de Projetos Prioritários/SEMAD: “Senhor presidente, eu vou começar do mais
3777 fácil para o mais difícil. O empreendedor solicitou, e nós vimos razão na
3778 solicitação. A condicionante 39, o prazo está 90 dias após a concessão da LI.

3779 Na verdade, a contratação e disponibilização de assessoria técnica depende de
3780 aprovação da comunidade. Portanto, eles propõem que seja 90 dias o prazo de
3781 contratação, após a aprovação da comunidade e não após a aprovação da LI.
3782 Porque, se a comunidade não aprovar em 90 dias, é inviável a contratação. Se
3783 não houver problema. Dra. Andressa, algum problema em relação a isso?”
3784 Andressa de Oliveira Lanchotti: “O Ministério Público entende que é possível,
3785 após a aprovação da comunidade, a contratação. Sessenta dias?” Presidente
3786 Renato Teixeira Brandão: “Então, a proposição é de 60 dias após a aprovação
3787 da comunidade.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos
3788 Prioritários/SEMAD: “Escolha e aprovação.” Presidente Renato Teixeira
3789 Brandão: “Ok.” Conselheiro Evandro Carrusca de Oliveira: “Como está sendo
3790 colocado ‘escolha e aprovação’, então, se tiver um prazo maior entre a escolha
3791 e a aprovação, já não fica tão, 60 dias.” Rodrigo Ribas, superintendente de
3792 Projetos Prioritários/SEMAD: “Sessenta dias após a aprovação. O processo de
3793 escolha e aprovação é único. O que o Ministério Público pede a garantia é que
3794 seja realmente a comunidade quem escolhe e quem aprova essa escolha seja
3795 ela mesmo, independente de qualquer coisa. É só a garantia formal, mas é
3796 processo único.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Próxima alteração.”
3797 Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “Na
3798 condicionante 47, sugerida de inclusão, o prazo está ‘240 dias após a
3799 concessão da LP+LI, mas é necessário que seja aprovado um termo de
3800 referência. O empreendedor solicita que seja ‘240 após a aprovação do termo
3801 de referência’.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Aí também não dá para
3802 diminuir esse prazo? Porque está mudando da concessão para disponibilização
3803 do termo de referência. Eu acredito que, com o termo de referência, a empresa
3804 consiga fazer essa contratação.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos
3805 Prioritários/SEMAD: “O empreendedor propõe ‘120 dias após a aprovação do
3806 termo de referência’.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Ok.” Conselheiro
3807 Marcelo Belisário Campos: “Eu fiquei em dúvida porque aqui está ‘custear a
3808 contratação’, e os 240 dias seriam para fazer o estudo.” Rodrigo Ribas,
3809 superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “O objeto é contratação de
3810 estudo, e por consultoria.” Conselheiro Marcelo Belisário Campos: “Não seria a
3811 contratação do estudo?” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos
3812 Prioritários/SEMAD: “Não, é o custeio do estudo.” Presidente Renato Teixeira
3813 Brandão: “A condicionante sempre foi ‘custear’. Nós temos que verificar se há
3814 proposição de alterar para ‘entrega do estudo’.” Conselheiro Marcelo Belisário
3815 Campos: “Porque ‘240 dias’, nessa leitura, eu entendo que pode ser
3816 simplesmente a contratação.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos
3817 Prioritários/SEMAD: “Isso mesmo, mas a contratação e elaboração de estudo
3818 de acordo com o termo de referência aprovado, que vai ter um escopo, um
3819 fluxograma, um organograma, um cronograma de elaboração e de execução. É
3820 preciso dizer, Dr. Marcelo, que nós estamos falando de várias comunidades e
3821 de várias pessoas que vivem dispersamente e que fazer esse levantamento

3822 pode levar muito mais tempo do que isso, sim. Porque é preciso que o escopo
3823 do estudo esteja muito bem amarrado, e ele vai levar tempos diferentes. O
3824 tempo de uma comunidade que está próxima é muito diferente do tempo de
3825 uma comunidade que está muito mais distante. Então, é por isso que a
3826 aprovação do termo de referência, com seu cronograma, é fundamental. E o
3827 estudo não morre.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Eu só vou lembrar
3828 que aqui nós estamos colocando algumas condicionantes que são de LP+LI,
3829 mas nós teremos um segundo momento, da LO, em que será avaliado todo o
3830 cumprimento dessas condicionantes. Se ele não cumprir, a princípio, ele tem
3831 um comprometimento da concessão da LO. Não sei se fica claro, Marcelo.
3832 Esclarecido?” Conselheiro Marcelo Belisário Campos: “Então, vai inserir a
3833 questão do TR?” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos
3834 Prioritários/SEMAD: “A contratação de estudo já está intrínseca. São 120 dias
3835 após aprovação do termo de referência. A outra alteração solicitada pelo
3836 empreendedor é que, na condicionante que foi proposta de inclusão pelo Ibama,
3837 do estudo técnico para nova disposição de rejeito, que o prazo seja adequado
3838 ao prazo do acordo que já existe com o DNPM, que é de 5 anos. O termo de
3839 acordo realizado com o DNPM estabelece, como escopo temporal, o ano de
3840 2023, daqui a cinco anos. Então, eles pedem para fazer, porque, claro, vai fazer
3841 em um ritmo só, com as mesmas bases técnicas que serão aprovadas até 2023.
3842 É importante que se diga que não há prejuízo em termos ambientais, uma vez
3843 que o empreendedor não poderá solicitar novo alteamento ou nova barragem
3844 até que isso seja homologado e aprovado. Então, na verdade, em vez de dois
3845 anos para homologar, são cinco anos, e ele bloqueia por mais três anos a
3846 possibilidade de alterar o tipo de disposição de rejeito.” Presidente Renato
3847 Teixeira Brandão: “Rodrigo, só me esclareça, só para ficar claro. Essa licença
3848 está sendo dada com escopo de seis anos, não é isso? Então, quer dizer, antes
3849 de vencimento da licença. Então, não extrapola, isso é uma preocupação que
3850 eu tenho de não extrapolar. E, de repente, cinco anos não extrapulam. A minha
3851 preocupação seria se estivéssemos concedendo uma licença aqui com o tempo
3852 inferior que o prazo da própria condicionante.” Conselheiro Marcelo Belisário
3853 Campos: “Um esclarecimento. A barragem de rejeito está lá hoje. Para o Step 3,
3854 é necessário fazer o primeiro alteamento. Qual é o cronograma desse primeiro
3855 alteamento e qual a vida útil desse primeiro alteamento? Ou seja, quando
3856 também começa o segundo.” Felipe Ferrari: “Felipe Ferrari, engenheiro
3857 geotécnico. A vida útil estimada do primeiro alteamento da barragem: são quatro
3858 anos de obra, e vida útil estimada até o final de 2024.” Conselheiro Marcelo
3859 Belisário Campos: “Em 2024 seria o segundo alteamento.” Presidente Renato
3860 Teixeira Brandão: “É em relação a 28 anos. Esclarecido? De acordo? Ok.”
3861 Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “A pedido
3862 agora da Prefeitura de Conceição do Mato Dentro, alteração de três
3863 condicionantes: as condicionantes 4, 33 e 34.” Presidente Renato Teixeira
3864 Brandão: “Que têm relação com o processo da prefeitura?” Rodrigo Ribas,

3865 superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “Em relação ao nosso
3866 processo. Como diz respeito a compensação ambiental. As duas são a 33 e a
3867 34, que têm relação com as solicitações da prefeitura.” Presidente Renato
3868 Teixeira Brandão: “Então, vamos para a 4. Qual é a alteração proposta?”
3869 Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “Depois de ‘Lei
3870 do Snuc’, eles pedem a inclusão daquele texto, que é: ‘Parte da compensação
3871 ambiental deverá ser aplicada, necessariamente, em benefício do Monumento
3872 Natural Serra da Ferrugem, cuja zona de amortecimento será diretamente
3873 afetada pelo empreendimento, em obediência ao disposto no artigo 36,
3874 parágrafo 3º, da Lei Federal 9.985/2000’. É importante frisar que, para inclusão,
3875 que a competência para estabelecer aplicação dos benefícios da Lei do Snuc é
3876 específica da CPB. Ela vem da GCA como proposta, e a CPB é que determina.
3877 Nesse caso, eu vejo impedimento em termos de competência legal deste
3878 Conselho em incluir.” Conselheiro Francisco de Assis Lafetá Couto: “Eu também
3879 entendo da mesma forma, a competência para colocar aonde vai ser feita a
3880 compensação é da CPB, não cabe a nós aqui direcionar essa compensação. Eu
3881 acho que seria ilegal. Recomendar, que seja. Até entendo a preocupação da
3882 prefeitura, mas extrapola.” Presidente Renato Teixeira Brandão:
3883 “‘Preferencialmente’. Pode ser colocado, Dr. Rodrigo?” Conselheiro Marcelo
3884 Belisário Campos: “Já é uma previsão legal que a unidade afetada deve ser
3885 contemplada por compensação. Então, se tem a competência da CPB, que aqui
3886 seja feita uma recomendação, e estaria encaminhado.” Rodrigo Ribas,
3887 superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “Em relação à recomendação,
3888 nós somos plenamente favoráveis, até mesmo porque é critério legal, mas tem
3889 um problema de competência de condicionar pela CMI uma compensação
3890 ambiental que pertence à CPB.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Nós
3891 vamos fazer uma recomendação dentro de uma condicionante. Eu volto aos
3892 conselheiros. A CPB é competente para fazer essa questão, tem que observar a
3893 legislação existente. Sob o ponto de vista da minha percepção, não que essa
3894 inclusão não traga a legislação, mas a CPB vai ter que observar isso, e acho
3895 que não precisa estar aí, porque a CPB tem que cumprir o que a lei prevê. Eu
3896 acho melhor a retirada. Algum conselheiro tem alguma consideração pela
3897 manutenção dela? Ok. Próxima condicionante.” Rodrigo Ribas, superintendente
3898 de Projetos Prioritários/SEMAD: “Condicionante 33 do PU. Eles solicitam a
3899 alteração do texto da 33 para: ‘Cumprir os protocolos de intenções e demais
3900 instrumentos decorrentes, assinados em dezembro de 2017, junto aos
3901 municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, no âmbito das
3902 discussões do processo de licenciamento e extensão da Mina do Sapo, Step 3’.
3903 Na verdade, refina aquilo que já estava condicionado.” Presidente Renato
3904 Teixeira Brandão: “Deixou mais claro o que é e incluiu o município de Alvorada
3905 de Minas.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “Já
3906 estava ‘dos municípios’, então, só falou os municípios que estão nessa
3907 condicionante. São aqueles que firmaram os termos de acordo.” Presidente

3908 Renato Teixeira Brandão: “Ok. Algum conselheiro tem alguma dúvida com
3909 relação a essa alteração proposta?” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos
3910 Prioritários/SEMAD: “E a condicionante 34: ‘Cumprir as obrigações e medidas

3911 compensatórias estabelecidas em anexo à autorização concedida em 5/12/2017
3912 pelo Conselho Gestor do Monumento Natural da Serra da Ferrugem,
3913 independentemente da assinatura de instrumentos específicos com o município
3914 de Conceição do Mato Dentro, exceto quando assim expressamente previsto no
3915 anexo da referida autorização’. Como nós estamos solicitando a obediência da
3916 autorização e lá já está dizendo quando é, eu não vejo prejuízo em manter
3917 assim, uma vez que está na autorização.” Presidente Renato Teixeira Brandão:
3918 “Algum conselheiro tem alguma consideração quanto ao detalhamento colocado
3919 aqui? Fica claro para todo mundo? ‘Independente da assinatura de instrumento
3920 específico com o município de Conceição, exceto quando expressamente
3921 previsto no anexo da autorização’. Tem alguma previsão nesse anexo da
3922 autorização que não dependa? Já que o município está propondo, vamos
3923 passar a palavra.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos
3924 Prioritários/SEMAD: “O empreendedor está pedindo esclarecimento ao
3925 município.” Priscila Viana, consultora da Prefeitura de Conceição do Mato
3926 Dentro: “Tem mais ou menos 30 medidas compensatórias como anexo dessa
3927 autorização. Algumas delas são de cumprimento imediato, ‘enviar relatório de
3928 monitoramento’, ‘responder ao município quando questionado sobre eventual
3929 impacto’. E algumas outras medidas colocam o seguinte: ‘O prazo para o
3930 cumprimento de determinada compensação depende de termo de referência a
3931 ser elaborado pelo município, e será firmado instrumento específico para
3932 cumprimento da medida’. O que acontece é que a empresa, às vezes, quer que
3933 a gente faça protocolos de intenções de todas as 30 medidas, e isso não tem
3934 lógica. Então, quando a gente fala ‘expressamente previsto no anexo da referida
3935 autorização’, significa que, quando na autorização falar que será elaborado
3936 termo de referência e depende de instrumento específico, nós vamos fazer o
3937 instrumento específico.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “É isto a dúvida:
3938 ‘Independente de assinatura de instrumento’.” Priscila Viana, consultora da
3939 Prefeitura de Conceição do Mato Dentro: “É. Porque lá fala o seguinte: ‘enviar
3940 um relatório trimestralmente’. Não precisa assinar um protocolo de intenções
3941 com a empresa para que ela cumpra essa obrigação.” Presidente Renato
3942 Teixeira Brandão: “Eu entendo lógica a inclusão do anexo da autorização. Aí, o
3943 anexo vai remeter o que é vinculado ou não. E aí não precisaria da parte final.”
3944 Priscila Viana, consultora da Prefeitura de Conceição do Mato Dentro: “Mas o
3945 problema é que nós já estamos discutindo isso com a empresa, porque o
3946 Conselho Gestor do Monumento Natural da Serra da Ferrugem pediu que, além
3947 da autorização, exista um termo de compromisso com força executiva
3948 extrajudicial a ser assinado com o município. Para mim, nem dependeria porque
3949 essas medidas compensatórias são condicionantes para autorização. Então, da
3950 mesma forma que a empresa não faz termo de compromisso com a Supram

3951 cada vez que vai cumprir uma condicionante, não precisa fazer isso com o
3952 município de Conceição, exceto quando o próprio Conselho Gestor e a
3953 Secretaria já estabeleceram que será necessário instrumento específico. É
3954 simplesmente isso.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Ok. Obrigado pelo
3955 esclarecimento.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos
3956 Prioritários/SEMAD: “Nós entendemos, a explicação ficou registrada na ata da
3957 reunião, então, qualquer dúvida, nós podemos recorrer à ata de reunião para
3958 esclarecimento. O empreendedor também já entendeu e já disse que não há
3959 problema nenhum em acatar a inclusão desse texto conforme está.” Presidente
3960 Renato Teixeira Brandão: “Surgiu alguma dúvida para os conselheiros com
3961 relação a essa inclusão? Próxima, por favor.” Rodrigo Ribas, superintendente de
3962 Projetos Prioritários/SEMAD: “Condicionante 34: ‘Cumprir as obrigações e
3963 medidas compensatórias estabelecidas em anexo à autorização concedida em 5
3964 de dezembro de 2017 pelo Conselho Gestor do Monumento Natural da Serra da
3965 Ferrugem, independentemente da assinatura de instrumentos específicos com o
3966 município de Conceição do Mato Dentro, exceto quando assim expressamente
3967 previsto no anexo da referida autorização’.” Presidente Renato Teixeira
3968 Brandão: “Esclareceu os conselheiros? Então, nós temos aqui alterações nas
3969 condicionantes.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos
3970 Prioritários/SEMAD: “33, 34, 39, 47 e 52, que é a segunda proposta pelo
3971 Ibama.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Então, das condicionantes
3972 originais do Parecer Único, estamos alterando a 33, 34, 39 e 47. Com relação à
3973 proposição das novas condicionantes, daquele documento que inseriu 11
3974 condicionantes, temos ajustes nos textos das condicionantes.” Rodrigo Ribas,
3975 superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “Como o ajuste foi feito antes
3976 da votação, é desnecessário votar o ajuste.” Presidente Renato Teixeira
3977 Brandão: “Eu só queria registrar porque os conselheiros receberam o
3978 documento. Eu queria só registrar que são ajustes naquele texto que os
3979 conselheiros receberam.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos
3980 Prioritários/SEMAD: “Naquele texto, na própria condicionante 39 e na 52. Então,
3981 33, 34 e 39 da original; 39 novamente e 47 das propostas pela SEMAD.”
3982 Presidente Renato Teixeira Brandão: “E alteração de uma das duas
3983 condicionantes propostas pelo Ibama, que a princípio, na discussão aqui, se
3984 colocaram dois anos. Ela vai passar a ser cinco anos. Algum conselheiro tem
3985 alguma dúvida com relação a essa questão das condicionantes? E a 37, com
3986 relação à alteração do prazo cumprindo a DN. Então, estão registradas todas as
3987 alterações. Ficou claro para os conselheiros? Aqueles conselheiros que estão
3988 de acordo com a alteração e a inclusão dessas condicionantes se mantenham
3989 como estão. Aprovadas a inclusão e as alterações dessas condicionantes por
3990 11 votos favoráveis e nenhum contrário. Registrado a abstenção de uma
3991 pessoa. Então, esse item está encerrado. Conselheiro Newton Reis de Oliveira
3992 Luz: “Eu gostaria que ficasse consignado, não obstante a saída justificada da
3993 conselheira Maria Teresa, a presença integral de todos os conselheiros até o

3994 final da reunião. Que ficasse registrada a nossa colaboração para a discussão
3995 do processo.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Com certeza, conselheiro.
3996 Eu realmente agradeço a participação dos conselheiros. Foi uma discussão que
3997 eu acho que consegui trazer as principais questões e dúvidas. E agradeço
3998 também a participação do Ministério Público, que trouxe algumas considerações
3999 importantes para o processo.” Então, eu agradeço a todos. Boa tarde a todo
4000 mundo.” **5) ENCERRAMENTO**. Não havendo outros assuntos a serem tratados,
4001 o presidente Renato Teixeira Brandão agradeceu a presença de todos e
4002 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

4003
4004 **APROVAÇÃO DA ATA**

4005
4006
4007 **Renato Teixeira Brandão**
4008 **Presidente da Câmara de Atividades Minerárias**
4009